



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



**LÍVIA MARIA MOREIRA PAGLIARO GUARATO**

**DILMA ROUSSEFF E O PROCESSO DE IMPEACHMENT EM CAPAS DE  
REVISTAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA E PSICOSSOCIAL DOS DISCURSOS DE  
VEJA E CARTA CAPITAL**

Uberlândia

2021

LÍVIA MARIA MOREIRA PAGLIARO GUARATO

DILMA ROUSSEFF E O PROCESSO DE IMPEACHMENT EM CAPAS DE  
REVISTAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA E PSICOSSOCIAL DOS DISCURSOS DE  
VEJA E CARTA CAPITAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia do Instituto de Psicologia da  
Universidade Federal de Uberlândia  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Renata Fabiana  
Pegoraro

Coorientador: Prof. Dr. João Fernando  
Rech Wachelke

Uberlândia

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G914  
2021 Guarato, Lívia Maria Moreira Pagliaro, 1987-  
Dilma Rousseff e o processo de impeachment em capas de  
revistas: uma análise crítica e psicossocial dos  
discursos de Veja e Carta Capital [recurso eletrônico] /  
Lívia Maria Moreira Pagliaro Guarato. - 2021.

Orientadora: Renata Fabiana Pegoraro.  
Coorientador: João Fernando Rech Wachelke.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.644>  
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. I. Pegoraro, Renata Fabiana, 1974-,  
(Orient.). II. Wachelke, João Fernando Rech, 1982-,  
(Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia.  
Pós-graduação em Psicologia. IV. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
 Av. Pará, 1720, Bloco 2C, Sala 54 - Bairro Umarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: +55 (34) 3225 8512 - www.pgpsi.ip.ufu.br - pgpsi@ipsi.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 385, PGPSI				
Data:	Vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	19:00	Hora de encerramento:	20:38
Matrícula do Discente:	11812PSI013				
Nome do Discente:	Lívia Maria Moreira Pagliaro Guarato				
Título do Trabalho:	Dilma Rousseff e o processo de impeachment em capas de revistas: uma análise crítica e psicossocial dos discursos de Veja e Carta Capital				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Processos Psicossociais em Saúde e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Desafios do cuidado na Rede de Atenção Psicossocial				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: Adriane Rubio Roso - UFSM; Pedro de Oliveira Filho - UFCG; Renata Fabiana Pegoraro, orientadora da candidata. Ressalta-se que todos membros da banca participaram por web conferência, sendo que a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriane Rubio Roso participou da cidade de Santa Maria - RS, o Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho participou desde a cidade de Lagoa Seca - PB, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Fabiana Pegoraro e a mestranda Lívia Maria Moreira Pagliaro Guarato da cidade de Uberlândia - MG, em conformidade com a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dr.<sup>a</sup> Renata Fabiana Pegoraro apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Fabiana Pegoraro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/11/2021, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriane Rubio Roso, Usuário Externo**, em 29/11/2021, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro de Oliveira Filho, Usuário Externo**, em 29/11/2021, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3167175** e o código CRC **15886DDE**.

## AGRADECIMENTOS

Àquele com quem compartilho a vida, Alexandre, por estar ao meu lado em todos os momentos, sejam eles os mais prazerosos ou os mais difíceis; Aos meus pequenos companheiros caninos, Pixel e Oliver, que me trazem alegria diária e força nos períodos mais necessários; À minha família de origem, que sempre torce pelas minhas conquistas; Ao meu orientador, João, que muito admiro pela competência, sensibilidade e ética com que conduz seu trabalho, por topar me acompanhar, do início ao fim, nessa jornada acadêmica atravessada pelos mais diversos desafios, agravados por um contexto pandêmico; À minha orientadora, Renata, por sua disponibilidade em aceitar minha inclusão como sua aluna após mudanças no PGPSI/UFU; Aos professores, Adriane Roso e Pedro de Oliveira Filho, que gentilmente aceitaram compor as bancas tanto de qualificação quanto de defesa desta dissertação, cujos apontamentos, sugestões e críticas muito acrescentaram ao trabalho e ao meu percurso como pesquisadora. À Universidade Federal de Uberlândia, instituição à qual retornei após anos circulando por outros espaços voltados à construção, questionamento e partilha de conhecimento, pela oportunidade de redescobri-la, de ressignificá-la e, sobretudo, de avançar na minha trajetória acadêmica e profissional, tendo hoje muito orgulho disso; Aos amigos, colegas e todos aqueles que colaboraram de alguma forma com este trabalho, seja pelo apoio, pelas trocas, pela paciência e/ou pela compreensão; Por fim, ao meu trabalho como psicóloga clínica e, sobretudo, aos meus pacientes, que me proporcionam cotidianamente o encontro com novas interpretações da realidade e contribuem para que o meu próprio pensar vá cada dia mais além.

## RESUMO

Em 31 de agosto de 2016, após intensos protestos populares por todo o Brasil, chega ao fim o processo de impeachment de Dilma Rousseff. O país, polarizado, se dividia entre aqueles que gritavam “golpe” e os que defendiam o afastamento da Presidente como legítimo e necessário. Os eventos contaram com larga cobertura midiática, e a polarização das ruas também se materializava nas capas semanais das revistas brasileiras que se dedicavam ao assunto. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar como Dilma Rousseff e o processo de impeachment foram representados, à época dos acontecimentos, em capas das revistas *Veja* e *Carta Capital*. O trabalho se situa no campo da Psicologia Social Crítica (PSC) e emprega como suporte metodológico a Análise de Discurso Crítica (ADC). Buscou-se identificar como os textos verbais e visuais são apresentados em cada uma das capas e as possíveis estratégias argumentativas ali empregadas. Para isso, foram utilizadas as categorias da intertextualidade e do vocabulário propostas por Norman Fairclough, ancoradas na análise da estrutura visual e também, em alguns momentos, na apreciação de outros aspectos que se destacaram, tais como a interdiscursividade, o uso das cores e da tipografia. As análises mostraram posicionamentos consonantes das revistas com seus nichos político-ideológicos: enquanto *Veja* se alinha aos preceitos da direita, *Carta Capital* ajusta seus discursos àqueles da esquerda brasileira. Busca-se argumentar, à luz dos achados, que apesar de se tratarem de posicionamentos ideologicamente opostos, ambos os veículos se utilizam de estratégias similares para fornecer interpretações da realidade.

**Palavras-chave:** Impeachment; Dilma Rousseff; Psicologia Social Crítica; Análise de Discurso Crítica; Capas de Revistas.

## ABSTRACT

On August 31, 2016, after intense popular protests throughout Brazil, the impeachment of Dilma Rousseff comes to an end. The country, polarized, was divided between those who shouted “coup” and those who defended the removal of the President as rightful and necessary. The events had wide media coverage, and the polarization of the streets was also materialized in the weekly covers of Brazilian magazines dedicated to the subject. In this context, the objective of this work is to analyze how Dilma Rousseff and the impeachment process were represented, at the time of the events, on the covers of *Veja* and *Carta Capital* magazines. The work is located in the field of Critical Social Psychology (CSP) and employs Critical Discourse Analysis (CDA) as a methodological support. We sought to identify how verbal and visual texts are presented on each of the covers and the possible argumentative strategies employed therein. For this, the categories of intertextuality and vocabulary proposed by Norman Fairclough were used, anchored in the analysis of the visual structure and also, at times, in the appreciation of other aspects that stood out, such as interdiscursiveness, the use of colors and typography. Results showed consonance between the magazines' positions and their political-ideological niches: while *Veja* aligns itself with the precepts of the right, *Carta Capital* adjusts its discourses to those of the Brazilian left. We seek to argue, in light of the findings, that despite being ideologically opposed positions, both vehicles use similar strategies to provide interpretations of reality.

**Keywords:** Impeachment; Dilma Rousseff; Critical Social Psychology; Critical Discourse Analysis; Magazine Covers.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. DA ASCENSÃO DO PT AO PODER À QUEDA DE DILMA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO .....</b>	<b>14</b>
1.1. As eleições no Brasil.....	15
1.2. O Partido dos Trabalhadores (PT) .....	17
1.3. A passagem entre os governos Lula – Dilma: contrastes e desafios .....	22
1.3.1. A Era Lula .....	22
1.3.2. Dilma Rousseff: da luta armada à Presidência da República .....	26
1.4. O governo Dilma Rousseff .....	30
1.4.1. As jornadas de junho de 2013 .....	33
1.4.2. O processo de impeachment de Dilma Rousseff.....	37
<b>2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS: A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA E A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....</b>	<b>39</b>
2.1. A Psicologia Social Crítica .....	39
2.2. A Análise de Discurso Crítica.....	41
2.2.1. O conceito de ideologia .....	44
2.2.2. O discurso para a ADC.....	46
2.2.3. Texto, intertextualidade e a importância do vocabulário para a ADC .....	48
<b>3. A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA: A CAPA DE REVISTA COMO GÊNERO DISCURSIVO .....</b>	<b>50</b>
3.1. Os meios de comunicação de massa .....	50
3.2. O gênero capa de revista .....	53
3.3. Características formais das capas de revistas.....	55
3.4. Breve caracterização das revistas selecionadas: Veja e Carta Capital.....	56
3.4.1. A revista Veja .....	56
3.4.2. A revista Carta Capital .....	59
3.4.3. Comparativo entre as revistas Veja e Carta Capital .....	60
<b>4. MÉTODO.....</b>	<b>62</b>

4.1.	Classificação do tipo de pesquisa .....	62
4.2.	Seleção e definição do <i>corpus</i> .....	64
4.3.	Procedimentos metodológicos .....	65
4.4.	Diferenciação entre esquerda e direita política.....	66
<b>5.</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>70</b>
5.1.	Capas da revista Veja.....	70
5.1.1.	Capa 1 – “POR QUE CAEM OS PRESIDENTES” .....	70
5.1.2.	Capa 2 – “IMPEACHMENT” .....	73
5.1.3.	Capa 3 – “FORA DO BARALHO”.....	80
5.1.4.	Capa 4 – “TCHAU, QUERIDA. TCHAU, QUERIDO”.....	84
5.2.	Capas da revista Carta Capital .....	90
5.2.1.	Capa 1 – “A SORTE ESTÁ LANÇADA” .....	90
5.2.2.	Capa 2 – “OS ENSAÍSTAS DO GOLPE” .....	96
5.2.3.	Capa 3 – “BRASIL, 1964 2016” .....	103
5.2.4.	Capa 4 – “ESPECIAL: O CHEIRO DO GOLPE” .....	107
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

Em outubro de 2014, após acirrada disputa eleitoral, a chapa formada por Dilma Rousseff e Michel Temer foi reeleita para o comando do Brasil. Durante a campanha presidencial, Dilma afirmou por diversas vezes que a situação econômica do país era favorável, e que, caso reeleita, não faria cortes em áreas sociais sensíveis, nem faria modificações em direitos trabalhistas. Contudo, um mês depois de sua eleição, o governo anunciou reformas na direção oposta. Paralelamente às eleições, vinha se desenvolvendo a Operação Lava Jato, liderada pelo até então Juiz Sérgio Moro, que ligou diversos políticos e empreiteiros a escândalos de corrupção na Petrobrás, a maior estatal do país. Com uma crise econômica já visível, em um cenário potencializado por grandes manifestações populares que, desde meados de 2013, tomaram as ruas de diversas cidades brasileiras, foi se construindo um sentimento progressivo e amplamente compartilhado de forte rejeição ao governo, que culminou no processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, finalizado em 31 de agosto de 2016.

Guareschi, Roso e Amon (2016) destacam que, em meio a esse turbilhão de acontecimentos, existe uma variedade de ideologias ocultas, camufladas por um tipo de cientificismo propagado por intelectuais que estudam a população brasileira e trabalham no sentido de promover a manutenção da hegemonia das elites. Uma dessas ideologias seria a do patrimonialismo, ou seja, a ideia de que o mercado é honesto e de que é no Estado que se concentra a corrupção. Dessa forma, tira-se o foco do grande problema de concentração de riqueza e desigualdade social que assola o país, como se o capital financeiro em nada contribuisse para isso, e coloca-se a culpa das mazelas da nação inteiramente no Estado, materializado, em última instância, pela Presidente.

Uma forma potente de disseminação de ideologias é através da mídia, ou seja, do conjunto dos meios de comunicação de massa, tais como rádio, televisão, imprensa e, mais recentemente, a própria internet, através das redes sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas e chamadas de voz. Cabe ressaltar que, nessa pesquisa, busca-se abranger o conceito de ideologia de uma maneira crítica, a partir do que foi proposto por Thompson (1995) ao descrevê-la como o uso de formas simbólicas em determinados contextos visando produzir, instituir, sustentar ou reproduzir, de forma sistemática, desigualdades sociais, sendo estas últimas entendidas como relações assimétricas de poder e, portanto, de dominação.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar como o processo de impeachment e a Presidente Dilma Rousseff são representados em capas das revistas *Veja* e *Carta Capital*. Os objetivos específicos são: identificar os discursos verbais e imagéticos presentes nas capas, descrever as estratégias retórico-discursivas empregadas e discutir os possíveis efeitos de sentido por elas materializados.

As revistas *Veja* e *Carta Capital* foram escolhidas porque, em contato com suas leituras, entende-se que consistem em dois nichos político-ideológicos opostos. Segundo Fernandes (2016), a primeira tem seu quadro jornalístico formado por representantes e colaboradores mais conservadores – alinhados, em sua maioria, à direita política –; utiliza linguagem mais dura ao abordar assuntos dos campos econômico e político; e tem como uma de suas marcas a crítica implacável aos governos petistas. Já a segunda trabalha com corpo editorial composto por figuras que se identificam, majoritariamente, aos ideais da esquerda política; aborda temas políticos, econômicos e culturais de forma mais progressista; e caracteriza-se por apoiar, desde a campanha de Lula à Presidência da República e ascensão ao cargo, em 2002, as passagens dos governos petistas pelo poder.

O trabalho está dividido em seis seções. Na primeira, são apresentados os principais fatos e acontecimentos históricos que contribuem para a compreensão do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Para isso, um panorama das eleições no Brasil é traçado, seguido de um breve histórico do Partido dos Trabalhadores (PT) e suas principais características. Logo em seguida, o governo de Luís Inácio Lula da Silva ganha destaque, com o intuito de esclarecer como o Presidente era visto e como sua forma de se estabelecer no cargo e de circular pelas esferas de poder teve fortes impactos no governo de Dilma Rousseff. Segue-se uma apresentação da Presidente, que em um primeiro momento foi considerada por muitos como a sucessora ideal de Lula. Na sequência, são abordados os desafios enfrentados por Dilma desde o início de seu governo, o gradual derretimento de seu apoio político e popular, sua tensa vitória nas eleições de 2014 e, por fim, a instauração do processo de impeachment, que terminou com seu afastamento definitivo do poder em meados de seu segundo mandato.

A segunda seção se dedica a especificar o marco teórico escolhido. Trata-se de uma pesquisa situada no campo da Psicologia Social Crítica (PSC) e que se utiliza do suporte metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC) como desenvolvida por Norman Fairclough (2001/2003). Opta-se pela adoção da PSC por conta de seu caráter contestatório nas pesquisas em Psicologia Social; associa-se, a essa perspectiva, a ADC,

por considerá-la metodologicamente útil aos propósitos do trabalho e teoricamente condizente com a primeira no que concerne à busca pela transformação e compromisso social.

Na terceira seção, traça-se um breve panorama histórico do desenvolvimento e das transformações sofridas e promovidas pelos veículos de comunicação de massa ao longo dos anos. O gênero capa de revista é apresentado, dando enfoque às suas propriedades multimodais e caráter persuasivo. As características formais das capas de revistas também são colocadas em evidência, buscando mostrar que as escolhas dos locais e das informações a serem distribuídas dentro delas marcam suas identidades e conduzem à construção de sentidos específicos. Também se encontra ali uma breve caracterização histórica das revistas selecionadas, com suas respectivas posições editoriais, além de um quadro comparativo das principais características de cada uma delas, com o intuito de facilitar a visualização de suas aproximações e contrastes.

A quarta seção concentra-se na descrição do método. Em um primeiro momento, é traçado um percurso de classificação do tipo de pesquisa, sob diversos aspectos. Logo depois, uma passagem sobre como se deu a seleção e definição do *corpus* de trabalho, percorrendo o processo de escolha dos veículos, a circunscrição do período temporal de interesse e os critérios de inclusão e exclusão das capas encontradas, até chegar à amostra total selecionada (N=8). Em seguida, é feita a exposição dos procedimentos metodológicos adotados para realização das análises. Finalmente, fez-se necessário esclarecer a definição dos conceitos de direita e esquerda, tal como utilizados na pesquisa, tendo em vista sua importância na sustentação das argumentações posteriores.

A quinta seção se dedica à análise e discussão do material selecionado. As análises passam pela identificação dos textos verbais e visuais, da forma como dialogam entre si, bem como das possíveis estratégias argumentativas empregadas em cada uma das capas. Para isso, são utilizadas as categorias da intertextualidade e do vocabulário, ancoradas na análise da estrutura visual e também, em alguns momentos, na apreciação de outros aspectos que se destacam, tais como a interdiscursividade, o uso das cores e da tipografia. Busca-se apoio no esquema verbo-visual proposto por Kostelnick e Hassett (2003), aliado às categorias propostas pela ADC, para discutir como as estratégias retórico-discursivas usadas pelas equipes editoriais das revistas serve à construção de discursos específicos sobre o processo de impeachment e a Presidente Dilma Rousseff.

Por fim, na seção intitulada Considerações Finais, apresenta-se um panorama geral dos elementos que compõem o trabalho, buscando apontar o que foi realizado, se os objetivos, geral e específicos, foram alcançados e o percurso que se trilhou para tal. Entende-se que uma pesquisa não abrange ou esgota a totalidade do conhecimento passível de ser gerado sobre seu objeto de estudo. Por isso, ao final da seção, busca-se elencar possíveis caminhos a serem seguidos por pesquisas futuras que se interessem pela temática e pela abordagem utilizadas neste trabalho.

## **1. DA ASCENSÃO DO PT AO PODER À QUEDA DE DILMA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO**

Nesta seção, serão apresentados os principais fatos e acontecimentos históricos que contribuem para a compreensão do contexto que levou à instauração do processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff.

Em um primeiro momento, um panorama das eleições no Brasil é traçado, ressaltando as características essenciais do pleito eleitoral no país, sua ancianidade e importância, buscando dar destaque às movimentações, dentro e fora dos muros de Brasília, que possibilitaram a redemocratização do país após 21 anos de ditadura militar e a consequente emergência de novas lideranças essenciais ao alinhamento posterior do cenário político brasileiro.

Em seguida, o enfoque é passado para a história do Partido dos Trabalhadores (PT), seu processo de criação, seu amadurecimento e consolidação no seio da política brasileira, suas contradições internas e a diluição ideológica que o permitiram se tornar o maior representante da esquerda no país.

Como expressão do bem-sucedido – mas controverso – reposicionamento do PT no cenário político do Brasil, o partido consegue alçar seu candidato ao topo do poder nas eleições presidenciais de 2002, dando início à chamada Era Lula. Entender o que a vitória do ex-metalúrgico representa, tanto nacional quanto internacionalmente, e as manobras conciliatórias que o mesmo consegue empreender ao longo de seus dois mandatos é indispensável para compreensão dos desdobramentos políticos, econômicos e sociais que passam a tomar corpo logo em seguida.

Na sequência, Dilma Rousseff é apresentada: jovem guerrilheira, vista pelo olhar de Lula como técnica competente e alguém de fora da política, o que casava perfeitamente com o que ele buscava em um sucessor. Nesse momento, são abordados os desafios enfrentados pela Presidente desde o início de seu primeiro governo, em 2011; o gradual derretimento de seu apoio político e popular, impulsionado pelas Jornadas de Junho de 2013, pelos desafios econômicos do período e as sucessivas denúncias de corrupção focalizadas em seu partido; sua tensa vitória nas eleições de 2014, e por fim, a instauração de seu processo de impeachment, articulado nos bastidores do Congresso Nacional, e que culminou com seu afastamento definitivo do poder em 31 de agosto de 2016.

## 1.1. As eleições no Brasil

Não é objetivo deste trabalho abordar em detalhes a história das eleições no Brasil ou dos governos que já conduziram o país. Trata-se de pesquisa extensa e minuciosa que fica a cargo daqueles que podem, com muito mais competência e primazia, se ocupar desses estudos. Entretanto, um breve panorama dos acontecimentos históricos é necessário para a compreensão da construção e consolidação, em 2016, do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, objeto central de interesse dessa pesquisa.

Segundo Nicolau (2012), o Brasil tem uma das mais duradouras experiências em processos eleitorais do mundo. Contando atualmente com o quarto maior eleitorado do planeta (atrás apenas da Índia, dos Estados Unidos e da Indonésia), o autor considera que as instituições eleitorais em vigor no país são reflexo de um processo bem sucedido rumo à democracia: o sufrágio é universal; os eleitores escolhem representantes para os principais postos de poder; as fraudes eleitorais foram praticamente eliminadas; e, apesar da extensão territorial e populacional do Brasil, o voto eletrônico garante agilidade de apuração e rapidez da divulgação dos resultados das eleições – desde meados da década de 1990, adotou-se progressivamente a utilização das urnas eletrônicas para votação em território nacional. Lançadas em 1996, vieram para substituir o antigo sistema de votação em cédulas de papel e de apuração manual, considerado um processo lento, repleto de erros e com muita suspeição. Cabe ressaltar que, além do Brasil, outros 46 países utilizam urnas eletrônicas em suas eleições e que o modelo brasileiro tem servido de inspiração, por sua segurança, confiabilidade e eficiência, para todo o mundo (TSE, 2021).

O voto como prática instituída vigora no Brasil desde o período colonial. A primeira eleição em território brasileiro, de caráter local, teria sido organizada em 1532 para escolha dos representantes das Câmaras Municipais – os chamados “homens bons” – os quais acumulariam funções executivas e legislativas. A partir da independência, as eleições já eram reconhecidas como parte fundamental da organização política. Com a promulgação da primeira Constituição do Brasil, em 1824, se estabeleceram as eleições regulares para Senado e Câmara dos Deputados e também as normas que definiam o direito de voto. Tais práticas se repetiram em todas as Constituições seguintes, com exceção da Carta de 1937. De caráter extremamente centralizador e em consonância com os modelos autoritários de organização político-institucional em voga à época em diversas partes do mundo, a Carta foi outorgada por Getúlio Vargas no mesmo dia em



que, por meio de um golpe de Estado, foi implementada no país a ditadura do Estado Novo, que durou até 1945 (CPDOC, 2020).

Em 1964, o Brasil sofreu um novo golpe de Estado, através do qual foi instaurada uma ditadura militar. Com a publicação do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, as eleições presidenciais diretas foram abolidas e o Congresso, reunido em Colégio Eleitoral, se tornou o responsável por escolher os presidentes militares durante esse período. A cassação dos direitos políticos de integrantes do Congresso que fossem contra o poder vigente era uma ameaça constante aos parlamentares e garantia que as ordens governamentais fossem seguidas. A partir de 1973, com o progressivo enfraquecimento do regime militar – devido, entre outros fatores, ao mergulho do país em uma das maiores crises econômicas de sua história, que evidenciava o fracasso do modelo político-econômico implementado no período –, o Governo Geisel (1974-1979) dá início a um processo de abertura política lenta, controlada e gradual no país, que foi continuada e expandida pelo Governo Figueiredo (1979-1985). Reflexos disso foram a extinção, em 1978, do Ato Institucional nº 5 – considerado o mais truculento e autoritário diploma legal emitido pelo poder executivo ditatorial – e a assinatura da Lei da Anistia, no ano seguinte, permitindo que os brasileiros que haviam fugido do país por conta de ameaças e perseguições políticas pudessem retornar (Silva, 2021).

Em 1979, uma grande reforma política levou à abolição do bipartidarismo e permitiu, através da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o reestabelecimento oficial do pluripartidarismo no país. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), único partido de oposição autorizado até então, tornou-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido do governo ditatorial, passou a se chamar PDS (Partido Democrático Social). Algumas correntes dos dois partidos optaram por criar outras legendas, ao mesmo tempo em que novos partidos também puderam surgir.

Diante de intensa pressão de diversos setores da sociedade (partidos políticos, comunidade científica, classe artística, sindicatos, etc.) que desejavam a transição do regime autoritário para um regime democrático, surgiram campanhas suprapartidárias por todo o país que ficaram conhecidas como Diretas Já. Organizadas por figuras de liderança da oposição à ditadura militar (tais como Tancredo Neves, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Inácio Lula da Silva, dentre muitos outros), ocorreram entre 1983 e 1984 e tinham como objetivo a retomada das eleições diretas para Presidente no país. Em 25 de abril de

1984, a Emenda Dante de Oliveira – resultante das pressões do movimento das Diretas Já e que previa, justamente, o reestabelecimento do voto popular no pleito presidencial – foi votada pelo Congresso, com grande apoio da população e cobertura das mídias de massa, mas acabou sendo rejeitada por conta de uma manobra articulada pelos políticos aliados ao regime militar para que a mesma não obtivesse o número mínimo de votos (Sousa, 2021). Assim, as eleições presidenciais se mantiveram indiretas e, em 1985, Tancredo Neves acabou sendo escolhido como Presidente, mas nunca chegou a tomar posse no cargo, visto que já estava doente e veio a falecer, tendo sido substituído por seu vice, José Sarney, este último se tornando de fato o 31º Presidente do Brasil.

Vale evidenciar que, apesar de filiado ao PMDB no momento de sua ascensão ao poder, José Sarney vinha de uma longa história política construída ao lado daqueles que defendiam a ditadura militar. Em 1954, ele inicia sua carreira no Partido Social Democrático (PSD), mas migra logo depois, em 1958, para a União Democrática Nacional (UDN), um partido de orientação conservadora e de forte oposição ao governo de Getúlio Vargas. Pela UDN, é eleito deputado federal e, em seguida, governador do Maranhão. Com a publicação do AI-2, em 1965, que força a instituição do bipartidarismo no país, Sarney ingressa na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido de sustentação do governo ditatorial no país –, onde fica por quase vinte anos. Em 1984, filia-se ao PMDB expressamente para concorrer ao cargo de vice-presidente ao lado de Tancredo Neves nas eleições presidenciais.

Ainda assim, o governo de José Sarney marca o retorno de um civil ao poder no país. E a despeito da derrota da oposição ligada às Diretas Já no Congresso, o movimento teve grande importância no processo de redemocratização. Os desmandos do governo militar e a grave crise econômica vivida pelo Brasil finalmente vieram à tona. Após quinze anos de silenciamento das vozes e dos movimentos sociais contrários à ditadura – através dos instrumentos de força e violência implementados pelo regime –, a grandiosidade das campanhas das Diretas Já, espalhadas por todo o território brasileiro, trouxeram de volta o debate político para o público em geral. Suas lideranças se constituíram, aos poucos, na nova elite política brasileira.

## 1.2. O Partido dos Trabalhadores (PT)

O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático. (Estatuto do PT, 2016, p. 3).

Em 10 de fevereiro de 1980, dentro do contexto de gradual retomada das liberdades democráticas no Brasil ainda no período da ditadura militar, o Partido dos Trabalhadores (PT) é fundado, sendo oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 11 de fevereiro de 1982. Surge da aproximação entre os movimentos sindicais da região do ABC – que já vinham promovendo grandes greves na região desde 1978 –, a igreja progressista e os militantes remanescentes dos grupos da luta armada, os quais tiveram seus direitos de expressão política restaurados por conta da Lei da Anistia. Secco (2018, p. 27) aponta que esse tripé inicial poderia ainda ser desdobrado em pelo menos seis fontes diversas, as quais seriam responsáveis pelo modelo de formação do partido:

A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado [pelos setores progressistas da] Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar esses dois últimos).

O PT surge fora da órbita do comunismo soviético (este último representado no país pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB). O Manifesto do PT, aprovado no dia de sua fundação, também não falava em socialismo, mas sim em um programa para a democracia, diferentemente da Carta de Princípios divulgada por seus líderes no ano anterior. Apesar disso, o partido se colocava, desde esse primeiro momento, como organização de esquerda radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores, e que objetivava “integrar na atividade política legal camadas que dela estavam marginalizadas” (Secco, 2018, p. 36).

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. (Carta de Princípios do PT, 1979).

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. (Manifesto do PT, 1980).

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do País com o seu trabalho. (Programa do PT, 1980).

Ao contrário do que muitos possam imaginar, o PT não deu início à maior campanha de massas da história republicana, as Diretas Já. Entretanto, mesmo não sendo a principal força do movimento, o partido conquistou o protagonismo nas ruas. Tornou-se, a partir de 1984, oposição extraparlamentar predominante nos movimentos sociais e sindicais. Após a derrota política e isolamento advindos do fracasso – à primeira vista – das Diretas Já, o PT ganhou experiência política que permitiu a seus líderes a tomada de consciência de que era preciso um centro comprometido com a construção estratégica do partido para lançar novos voos. Através da Assembleia Nacional Constituinte, instaurada entre 1987 e 1988, foi elaborada e aprovada a atual Constituição brasileira. A atuação do PT e de outros partidos de esquerda permitiu avanços em muitos pontos relativos aos direitos sociais da população e à democratização de diversas políticas públicas. De acordo

com Secco (2018), a Constituição de 1988 materializou as bases jurídicas para uma democracia formal no Brasil.

O ano de 1989 marca uma grande virada política para o Partido dos Trabalhadores. Com a volta das eleições presidenciais diretas após 29 anos, o PT se torna não só a principal força da esquerda brasileira na sociedade civil (posição que já se consolidava há alguns anos), mas também oposição relevante dentro do aparelho do Estado. Através da postura política influente de Luiz Inácio Lula da Silva, o PT desbanca Leonel Brizola (forte candidato da esquerda, pelo PDT) e consegue chegar ao segundo turno das eleições. A derrota apertada para o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello (àquela época, jovem político alagoano apoiado pelos setores da direita), marca um novo movimento no seio do Partido dos Trabalhadores, desta vez caracterizado por uma ruptura ideológica entendida como condição essencial para o triunfo do partido em eleições futuras. Nas palavras de Santos (2016, p. 45):

Em 1989, o mundo, o Brasil e o PT eram diferentes do que seriam em 2002. Para muitos, naquele ano, a vitória estreita de Fernando Collor de Mello sobre Lula significou o triunfo do medo sobre a esperança. Confrontado com uma sórdida e violenta campanha, em que o conservadorismo se uniu monoliticamente em torno de um político até então inexpressivo, mas que o marketing catapultava como uma tábua de salvação da ordem, o partido derrotado se deparou com um dilema. Percebendo que a mudança social mobilizaria a resistência implacável dos de cima, o partido atingia a maioria política. E precisava decidir se se casaria por conveniência ou por amor.

A partir de 1990, o PT opta por dar início a uma diluição ideológica; manter uma identidade socialista não só dificultava a estatização e, mais tarde, a nacionalização do partido, como também se tornara impopular devido ao movimento internacional que ocorria naquele momento: o socialismo real havia chegado ao fim. A queda do muro de Berlim serviu como metáfora da dissolução das esperanças e ameaças socialistas da URSS ao capitalismo. Redefinições importantes no seio do partido passaram a ser debatidas. No primeiro Congresso Nacional do PT, realizado em 1991, Florestan Fernandes convocou os petistas, em meio a esses impasses, a responderem a duas perguntas, sendo a segunda delas: “o PT manterá a natureza de uma necessidade histórica

dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a ‘ocupação do poder’ à ótica revolucionária marxista?” (Santos, 2016, p. 45). O sociólogo acreditava que, a partir do momento em que o partido abandonasse seus princípios de base e deixasse de cumprir as funções pelas quais havia sido criado, seu sentido histórico deixaria de existir.

Várias correntes petistas abandonaram o marxismo. Diante de contrastes cada vez maiores, as cisões entre diversas frentes internas do partido foram sucessivas e inevitáveis. A articulação interna petista sela sua preferência pela ocupação do poder. O PT começa, progressivamente, a se afastar de seu radicalismo aparente e a se aproximar de setores minoritários da burguesia. Segundo Secco (2018), a transformação do partido se deu de forma molecular, principalmente ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Este último, apesar de sociólogo com formação de esquerda (foi, inclusive, orientado por Florestan Fernandes), adota uma agenda neoliberal (iniciada por seu antecessor), de caráter extremamente antipopular.

Especialmente no que diz respeito ao relacionamento do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Tude e Milani (2013) explicam que um novo ciclo se iniciou a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994. Até então, a relação variava de acordo com os diferentes contextos políticos e econômicos em nível mundial e nacional, dependendo sobretudo da proximidade (alinhamento) ou distância (autonomia) dos contatos entre Brasil e EUA. Durante a administração FHC, as relações com o FMI se deram de maneira cooperativa; adotando uma agenda de “completa adesão aos regimes internacionais, possibilitando a convergência da política externa brasileira com tendências mundiais, evitando, assim, o seu isolamento diante do *mainstream* internacional” (Vigevani, Oliveira & Cintra, 2003, p. 36), o governo brasileiro deixava de constituir entraves políticos para obtenção de ajuda financeira vinda do FMI, e passava a obter apoio sempre que solicitado, caracterizando um padrão de bom relacionamento com a organização.

Voltando ao PT, o partido tem uma nova chance de alcançar o poder com a candidatura de Lula à presidência nas eleições de 2002. Tude e Milani (2013, p. 86) lembram que o partido “sustentava historicamente uma série de críticas ao FMI, considerado pelo partido um símbolo de dominação política e submissão internacional”. Diante de uma crise financeira que afetava não só o Brasil, mas todo o Cone Sul, agravada pela queda da paridade do real em relação ao dólar, o FMI se via relutante em firmar novos acordos com o governo brasileiro, principalmente com a alta possibilidade de Lula,

símbolo maior de um partido que sempre se posicionou tão enfaticamente contra as políticas instituídas pela organização, ser eleito presidente da República. Frente a esse cenário de incertezas, em grande aceno ao setor econômico financeiro, a Carta ao Povo Brasileiro, assinada por Lula, é lida durante um dos encontros sobre o programa de governo do partido. Nela, o candidato assegura ao capital (notadamente, FMI e Banco Mundial) o respeito aos contratos e obrigações nacionais e esclarece sua disposição em dialogar com todos os segmentos da sociedade, ratificando oficialmente sua guinada em direção ao centro com o intuito de estabelecer as alianças necessárias à sua vitória.

Como lembra Florestan Fernandes, “todo partido contém as limitações e as grandezas da sociedade em que emerge e das classes que representa” (Santos, 2016, p. 47). Apesar das contradições presentes tanto na definição teórica quanto na formação política interna do PT, o caráter pedagógico do partido, principalmente no que diz respeito ao espaço e capital político dos trabalhadores na sociedade civil, além de sua capacidade de articulação e de diálogo com o capital e de consolidação de alianças com os setores mais conservadores, permitiram que ele se tornasse alternativa viável ao poder, a partir de 2002, e que ali se mantivesse por mais de uma década, primeiramente materializado de forma bastante exitosa por Lula, durante dois mandatos, sucedendo-se uma passagem não tão sólida (talvez até um pouco claudicante) para Dilma Rousseff, a qual acabou destituída do poder antes do término de seu segundo mandato.

### 1.3. A passagem entre os governos Lula – Dilma: contrastes e desafios

Para entender o governo Dilma e alguns dos aspectos que levaram ao impeachment da Presidente, é preciso refazer os passos históricos dos governos Lula e explorar as transformações na representação tanto do ex-metalúrgico quanto de seu partido para as diferentes classes sociais. A compreensão das manobras governamentais empreendidas pelo Presidente e que levam ao surgimento do fenômeno do lulismo (Singer, 2012) são condição *sine qua non* tanto para o crescimento e reposicionamento do Brasil no cenário internacional, quanto para o fomento de uma polarização política crescente à nível nacional, a qual explode com os resultados das eleições de 2014.

#### 1.3.1. A Era Lula

Em sua quarta tentativa de ascensão à Presidência, Lula alcançou a vitória nas eleições de 2002. Ele passou ao segundo turno com 46,44% dos votos e ganhou de José Serra (candidato do PSDB), no segundo turno, com 61,27% dos votos. Sua cerimônia de posse em Brasília, no dia 1º de janeiro de 2003, teve a maior participação popular da história do país. Segundo Singer (2012), apesar de sua imagem ainda estar fortemente ligada ao movimento operário e suas causas, Lula optou por uma estratégia conciliatória para ascender ao poder e manteve a ordem neoliberal estabelecida nos governos anteriores, porém de forma mais astuta.

O fato é que, mesmo após verbalizar apoio formal à continuidade dos acordos já estabelecidos, havia ainda bastante receio e dúvidas, à época, sobre como o novo governo se relacionaria com as lideranças e agendas internacionais. Segundo Almeida (2004), depois de eleito, Lula passa a defender um forte multilateralismo. Ele busca criar novas alianças estratégicas com potências médias e economias emergentes, sobretudo do Sul, como pela formação do G-3, com África do Sul e Índia, e com ênfase notadamente aos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, com importante reforço deste último no plano político, no intuito de estimular uma “nova geografia comercial”, caracterizada por “uma presença mais afirmada dos países em desenvolvimento no processo decisório em matéria de negociações comerciais e num acesso desimpedido aos mercados nos quais esses países apresentam nítidas vantagens comparativas” (Almeida, 2004, p. 178). Diante disso, as relações com os EUA, antes tidas como essenciais e fortemente cooperativas durante a administração FHC, ainda seguem relevantes, mas o foco do governo Lula realmente se estende de forma significativa para a construção de um maior equilíbrio nas relações internacionais, com a adoção de ações de reciprocidade em relação a medidas tomadas pelo governo americano, por exemplo. Entretanto, “diferentemente do ‘terrorismo monetário’ previsto por especuladores, Lula estruturou sua política econômica com base no preceito de continuidade em relação ao governo FHC” (Tude & Milani, 2013, p. 88). Os autores ressaltam:

Para minimizar as preocupações alardeadas por agências internacionais de *rating*, Lula convidou Henrique Meirelles, figura conhecida internacionalmente por ter sido ex-presidente do *Bank of Boston*, para ocupar o posto de presidente do Banco Central do Brasil. [...] Para assumir o Ministério da Fazenda, Lula escalou Antônio Palocci, segundo o qual todos os acordos com o FMI deveriam ser cumpridos, sem



alteração da política econômica brasileira, o que não deixou de provocar reações calorosas da esquerda nacional e sul-americana. [...] Assim, no início de 2003, as relações do novo governo com o FMI foram baseadas no respeito aos acordos estabelecidos e na política de não confrontação. (Tude & Milani, 2013, p. 88).

Aproveitando-se da conjuntura internacional economicamente favorável, o Presidente priorizou políticas voltadas à redução da pobreza – com destaque para o combate à miséria – e ao aquecimento do mercado interno, sem confronto com o capital. De fato, ao longo dos governos Lula, foram várias as medidas a favor dos mais pobres: criação e ampliação de programas de transferência de renda (como o Bolsa Família), aumento real do salário mínimo (acima da inflação), ampliação do sistema de seguridade social, acesso ao crédito consignado, dentre muitas outras. Além disso, priorizou apoio técnico e aporte de capital para pequenos e microempreendedores, fomentou a economia solidária, aumentou o investimento na obtenção de terras para reforma agrária e democratizou as relações com a sociedade civil, o que “catapultou lideranças setoriais do partido” (Secco, 2018, p. 206).

Embora o PT e a figura de Lula representassem, a princípio, a classe trabalhadora e a esquerda brasileira, não contavam com o apoio das classes mais baixas, essas últimas pendendo à direita: “era relativamente claro que havia um poder de veto das classes dominantes, o qual residia na capacidade de mobilizar o voto da baixíssima renda” (Singer, 2009, p. 89). Logo, nas eleições de 2002, foi com apoio majoritariamente das classes mais escolarizadas e advindas dos espaços urbanizados do Sul e do Sudeste que Lula foi eleito.

De acordo com Singer (2012), a partir de 2003, o governo Lula passou a estabelecer uma nova relação com as camadas mais pobres da população, principalmente no que diz respeito ao subproletariado. Este último foi definido por Paul Singer, no início dos anos 80, como o grupo formado por “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” (Singer, 1981, p. 83). Ele detalha:

O proletariado, portanto, também se compõe de duas partes: uma empregada pelo capital ou pelo Estado que chamamos de proletariado propriamente dito e outra composta pelos que de fato ou potencialmente oferecem sua força de trabalho no

mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais, constituindo assim um proletariado virtual ou subproletariado. (Singer, 1981, p. 22).

Alinhando a adoção de políticas voltadas ao menos favorecidos de promoção do mercado interno brasileiro à manutenção da estabilidade econômica no país, Lula passou a construir uma base de apoio forte no subproletariado, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Segundo Singer (2012), isso teria produzido, em associação com a crise do Mensalão – esquema de compra de votos de parlamentares denunciado durante o primeiro mandato do Presidente e que impactou negativamente a imagem do PT e de diversas figuras de peso de seu governo –, um realinhamento eleitoral que se solidificou em 2006 e que levou ao surgimento de um fenômeno político nomeado por André Singer de lulismo. Apesar de apontar que este realinhamento talvez já tivesse tido início no final da década de 80, com o PT adentrando aos poucos nas camadas mais pobres do Nordeste e com o PSDB se estabelecendo como partido da classe média, o autor explica:

Em 2006, em pleito de continuidade, há relevantes trocas de posição social no interior da coalizão majoritária: em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato de Lula, a classe média se afasta e contingentes pobres ocupam o seu lugar. Isso quer dizer que, embora o processo de mudança tenha começado em 2002, a eleição decisiva do ponto de vista das classes, na qual o subproletariado adere em bloco a Lula e a classe média ao PSDB, é a de 2006. (Singer, 2012, p. 9).

Sobre o fenômeno do lulismo, Singer (2012, p. 10), aponta que:

O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo,

também decorre do realinhamento o anti-lulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT.

No plano ideológico, ainda que a princípio se mostre como fenômeno de conciliação entre pontos de vista conservadores e progressistas, o lulismo traz à tona a tensão social entre ricos e pobres, reatualizando o discurso “povo” × “anti-povo” da Era Vargas (Singer, 2012). O subproletariado, reconhecendo na forma de governar lulista a materialização do que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem –, dá a base de sustentação necessária para a consolidação da esquerda no poder – pelo menos por ora –, ao mesmo tempo em que a oposição, agora abastecida pelo apoio da classe média, se prepara aos poucos para confrontos que serão acentuados no governo posterior.

Outro aspecto marcante diz respeito ao próprio Lula. Diferentemente de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, o qual possuía carreira universitária consolidada e ocupava, desde a época de oposição acadêmica ao regime militar – através da fundação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), por exemplo – a posição de “intelectual que liderava intelectuais” (Prando, 2016, p. 12), Lula era símbolo da mobilidade social brasileira do final do século XX. Nascido em condições de vida miseráveis, no seio do agreste pernambucano, foi filho dos movimentos migratórios Nordeste-Sudeste, forjando-se, através da luta sindical, comunicador e negociador talentoso. Tais habilidades, aliadas a um carisma bastante peculiar, fazem Lula atingir patamares de popularidade altíssimos junto à população brasileira e cativam até mesmo líderes internacionais (em encontro com o Presidente dos EUA, Barack Obama, em 2009, este se refere a Lula como “*The man*” – “O cara” – e afirma: “*The most popular politician on Earth*” – “O político mais popular da Terra”). Os êxitos de sua gestão ficam fortemente cristalizados na sua imagem e em tudo o que ela representa, o que em muito dificulta a vida de sua sucessora, Dilma Rousseff.

### 1.3.2. Dilma Rousseff: da luta armada à Presidência da República

Em seus oito anos à frente do poder, Lula conseguiu consolidar como programa político governamental uma versão mais branda do neoliberalismo – em relação àquela defendida pelos governos de Collor e FHC –, “atraindo para a hegemonia do capital

financeiro o apoio ativo das principais organizações do mundo do trabalho e o apoio passivo de enormes massas de trabalhadores desorganizados, por meio do lulismo e das políticas sociais compensatórias” (Maciel, 2012, p. 1). Ele termina seu segundo mandato com índice de aprovação na casa dos 83% e agora precisa passar o bastão a alguém que seja capaz de operar, da forma mais habilidosa possível, o delicado jogo político, econômico e social estabelecido por seu governo. Os nomes de peso estão escassos; o PT, afetado pelo escândalo do Mensalão, conta com poucas figuras de liderança ainda incólumes do ponto de vista ético e moral. Aos poucos, uma mulher fora dos padrões políticos convencionais e que contava com o apreço e admiração de Lula passa a ocupar os radares do poder: Dilma Rousseff.

Dilma nasceu em 1947, de pai búlgaro e mãe brasileira, no seio de uma família de classe média alta na capital de Minas Gerais. Formada em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, participou durante sua juventude da luta armada contra o regime militar. Em 1964, ingressou na POLOP (Política Operária), organização oriunda do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Participou do COLINA (Comando de Libertação Nacional) – onde não atuava diretamente nas ações armadas, pois era conhecida por sua atuação pública, contato com sindicatos, aulas de marxismo e responsabilidade pelo jornal “O piquete” – e da formação do VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). Foi presa em 1970, aos 23 anos, e torturada durante 22 dias. Condenada, inicialmente, a seis anos de prisão, teve sua pena posteriormente revista para dois anos e um mês pelo Superior Tribunal Militar e seus direitos políticos cassados por 18 anos. Cumpriu integralmente sua pena, saindo do presídio no fim de 1972.

Com o reestabelecimento do pluripartidarismo no Brasil, em 1979, participa da fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista). Mudou-se para o Rio Grande do Sul nos anos 80 – acompanhando seu marido, Carlos Araújo, pai de sua única filha, Paula – e foi nomeada titular da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre, seu primeiro cargo executivo, onde permaneceu até 1988. Em 1990, foi indicada como Presidente da FEE (Fundação de Economia e Estatística) – onde já havia estagiado nos anos 70 – e ali permaneceu até 1993, quando assumiu a Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicações. Em 2001, após desavenças internas com outros nomes do PDT, abandona a sigla e filia-se ao PT. A partir de então, passa a compor a equipe responsável pelo plano de energia do governo Lula.

É a partir desse momento que Dilma começa a chamar a atenção de Lula e acaba sendo nomeada por ele ao Ministério de Minas e Energia, assim que ele assume a Presidência da República, em 2003. Com o estouro do escândalo do Mensalão, em 2005, José Dirceu – um dos principais ministros do governo lulista – pede demissão (sob acusação de corrupção) e Dilma é nomeada Ministra-chefe da Casa Civil, tornando-se a primeira mulher na história do Brasil a ocupar o cargo. Com isso, desde 2007, seu nome já começa a ser ventilado, nos corredores de Brasília, como possível sucessora de Lula. Sobre isso, Prando (2016, p. 14) aponta:

Nesse contexto, o cálculo político de Lula parecia ser infalível: Dilma não era uma política convencional (nunca havia disputado uma eleição), não era de origem no PT (que naquele momento tinha sua imagem e seus símbolos questionados), era uma mulher (fora do padrão patriarcal tradicional da política) e parecia ter capacidade gerencial (embora já fosse notório seu pouco apreço para a conversa política miúda e cotidiana). Que mal, então, faria lançar Dilma sua sucessora? Poderia, assim, colocar alguém de confiança de 2010 até 2014 e, posteriormente, voltar a disputar as eleições. E mais: a inaptidão de Dilma para o trato político, com os eleitores e com seus pares, poderia ser equacionada com uma boa dose de marketing político e, também, com a assessoria de quadros do PT mais bem preparados e experientes.

E é baseado em suas competências técnicas e na confiança de que a até então Ministra conseguiria dar continuidade, pelo menos em parte, às políticas econômicas e sociais do governo lulista que, a partir de uma campanha grandiosa de marketing nacional, Dilma foi apresentada ao eleitorado brasileiro como candidata à Presidência da República pelo PT para as eleições de 2010. Ao longo do período eleitoral, os debates foram largamente dominados pela perspectiva neoliberal, polarizada por duas variantes: uma mais moderada, defendida pela candidatura de Dilma Rousseff, e uma mais extremada, representada pela candidatura de José Serra pelo PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira). Na mesma linha defendida por Maciel (2012, p. 2), entende-se como extremada:

[...] a versão mais radicalizada do neoliberalismo, marcada pela privatização do setor produtivo estatal, pela transferência para o mercado do controle e da regulação de setores econômicos essenciais, como no caso das agências reguladoras; pela desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas; por cortes significativos nos gastos sociais públicos e no serviço público.

Cabe ressaltar que a adoção do projeto neoliberal moderado pelo governo do PT vai na contramão de seus antigos discursos e dos movimentos sociais dos quais seus membros participavam, o que dificulta uma aliança com a esquerda socialista. Tal movimento fica nítido ao verificar-se que a coligação partidária (formal e informal) da candidatura de Dilma foi composta por 11 partidos, dentre eles alguns pertencentes ao grupo apelidado de Centrão (conhecido por negociar apoio ao poder executivo em troca de cargos na administração pública, é associado à “velha política” e ao fisiologismo, ou seja, a uma atuação visando ganhos pessoais e partidários, independentemente de ideologias ou do interesse público).

Mesmo com uma parte expressiva dos votos no primeiro turno indo em direção a uma terceira candidatura, a de Marina Silva (a candidata do Partido Verde, se colocando como uma opção entre extremos, conseguiu arrecadar 19,33% dos votos, sendo importante influência para que Dilma Rousseff adaptasse seu discurso para o segundo turno em relação a pautas mais progressistas como, por exemplo, a legalização do aborto), Dilma conseguiu ter a maioria dos votos tanto no primeiro, quanto no segundo turno (46,91% e 56,05%, respectivamente) e se elegeu como a primeira mulher Presidente do Brasil.

Cabe ressaltar que, para um país em que o número de mulheres equivale a 51,8% da população e representa 52,29% do eleitorado brasileiro (TSE, 2016), a participação feminina nas esferas políticas ainda é baixíssima. Segundo o Mapa das Mulheres na Política (2020), o Brasil ocupa a 142ª posição entre os 193 países pesquisados no que diz respeito à presença percentual feminina no Poder Legislativo, com apenas 15,2% dos assentos na Câmara dos Deputados e 12,4% no Senado. Quando se considera o número total de mulheres em cargos eletivos na política brasileira, chega-se a 12,32% de 70 mil, ou seja, bem longe da maioria populacional representada por elas no país.

Mesmo em nível mundial, pouquíssimas são as mulheres que alcançaram as mais altas posições de poder; atualmente, em apenas nove países elas são chefes de Estado e,

em 13, chefes de governo; em 119 nações, elas nunca ocuparam nenhum desses cargos (ONU Mulheres, 2021). Moehlecke (2002) afirma que as mulheres têm dificuldade de exercer seu direito de participação social e política, encontrando-se, assim, em uma situação de inferiorização, marginalizadas das esferas de poder. Logo, ao ser eleita, Dilma carrega consigo não somente o fardo de ser a primeira mulher a alcançar a esfera máxima do poder em um país extremamente misógino e desigual no que diz respeito às questões de gênero, como também o de suceder ao Presidente mais popular da história do país. Somam-se a isso, tornando o contexto ainda mais delicado para Dilma, os desafios derivados de uma situação internacional economicamente desfavorável, com os reflexos da crise financeira de 2008 e o fim do ciclo mundial da alta de commodities.

#### 1.4. O governo Dilma Rousseff

Em seu discurso de posse, realizado em 1º de janeiro de 2011, Dilma prometia, de forma bastante otimista, consolidar o processo de desenvolvimento da nação brasileira iniciado no governo Lula, com “um país de classe média sólida e empreendedora, uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade” (Rousseff, 2012, n.p.). Ela ressalta:

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional. Milhões de empregos estão sendo criados. Nossa taxa de crescimento mais que dobrou. Encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa dívida externa. Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média. (Rousseff, 2012, n.p.).

De fato, como relembra Singer (2018, p. 11), “motivos de esperança existiam”. Dilma chega ao poder contando com grande apoio popular e trazendo consigo diversos êxitos do governo precedente. Com 7,5% de crescimento do PIB nacional, uma taxa média anual de desemprego na casa dos 6% (a mais baixa desde 2002) e um mercado interno aquecido como nunca, o Brasil parecia ter alcançado o impossível: a ascensão real do subproletariado dentro do sistema capitalista, sem perturbar o capital. Na Câmara dos

Deputados, mais notícias promissoras: o PT formava a maior bancada da Casa, com 88 nomes e, graças à sua coligação ao PMDB (partido ao qual pertence o vice-presidente de Dilma, Michel Temer) e diversos outros partidos menores, contava com o apoio de 80% da Câmara, condição mais favorável que a de Lula quando assumiu seu segundo mandato. No Senado, o cenário se repetia, pois contava com apoio de 76% de seus membros. Tudo parecia apontar para um mandato tranquilo e compromissado com a nação: “queridos brasileiros e brasileiras, a luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e pela criação de oportunidades para todos!” (Rousseff, 2011, n.p.). Infelizmente, não é o que acontece:

Apesar da maioria dos parlamentares no Senado e Câmara e do amplo leque de partidos na base governista, Dilma enfrenta dificuldades para governar devido à falta de compromisso programático, identificação ideológica e fragmentação da base, composta, em boa parte, por partidos fisiológicos, ávidos por espaço no governo, dando apoio em troca de cargos em ministérios e nomeações em estatais. (Guerra et al., 2017, p. 16).

Já nos primeiros meses de seu governo, uma grande crise ministerial se instaura: sob denúncias de improbidade administrativa, Antonio Palocci, Ministro-chefe da Casa Civil, pede demissão do cargo. Seguido dele, outros seis ministros são afastados ainda no primeiro ano do mandato de Dilma, alguns deles acusados de corrupção. São eles: Alfredo Nascimento – Ministro dos Transportes, Nelson Jobim – Ministro da Defesa, Wagner Rossi – Ministro da Agricultura, Pedro Novais – Ministro do Turismo, Orlando Silva – Ministro do Esporte e Carlos Lupi – Ministro do Trabalho. Enquanto Dilma cresce em meio ao povo por estar promovendo uma “faxina ética” em Brasília (Guerra et al., 2017, p. 16), ela passa a enfrentar problemas com sua base aliada, a qual começa a considerá-la como alguém de perfil centralizador, avessa ao diálogo e à política parlamentar e partidária. A oposição também começa a se fortalecer e Dilma sofre algumas derrotas importantes na Câmara. Apesar disso, o balanço de seu primeiro ano de governo ainda é positivo, com crescimento de 2,7% do PIB e apenas 5% de desemprego, além da ampliação de diversos programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.



No campo econômico, Dilma vinha pressionando pela queda da taxa de juros, na contramão do pacto conciliatório com o setor financeiro preconizado pelo governo Lula. Em discurso realizado em 1º de maio de 2012, a Presidente se dirige aos donos do capital com firmeza: “é inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo” e, ainda: “a economia brasileira só será plenamente competitiva quando nossas taxas de juros, seja para o produtor seja para o consumidor, se igualarem às taxas praticadas no mercado internacional” (Rousseff, 2012, n.p.). Estava deflagrada a guerra entre governo, instituições privadas e órgãos internacionais que Lula havia tentado, a todo custo, evitar. Os bancos públicos tomaram a frente de um movimento forçoso de redução dos lucros dos bancos privados, o que durou até meados de 2013, quando o Banco Central retomou as rédeas do poder e, conseqüentemente, a alta dos juros, devolvendo o controle da política econômica ao mercado financeiro (Singer, 2015).

Contra o esforço desenvolvimentista do governo Dilma, a retomada neoliberal ganha força. O movimento conta com cada vez maior adesão dos mais diversos setores da sociedade civil: elites, classe média e, até mesmo, trabalhadores. Estes últimos haviam ascendido graças às políticas implementadas pelos governos petistas, mas o próprio Partido dos Trabalhadores, ao classificá-los como classe média (estratégia de propaganda política), desperdiça o enorme potencial dessa “nova classe trabalhadora” – termo mais adequado a esse grupo social, segundo Rodrigues (2019), no que diz respeito à luta de classes. Identificada com certos valores e ideologias do grupo ao qual agora acredita pertencer, a nova classe trabalhadora, em sua ilusão classista, passa a compor as estatísticas de rejeição ao governo e a apoiar propostas e ideias defendidas pela direita política.

Nogara (2019) aponta que, a partir daí, a performance de Dilma como chefe de Estado se torna cada vez mais errática, aprofundando o isolamento do governo e desestabilizando as bases de sustentação do projeto lulista: a relação harmoniosa com o capital financeiro e as alianças políticas que propiciavam sustentação parlamentar, principalmente com o PMDB. Sobre isso, Rodrigues (2019) aponta que ao enrijecer a lei contra corrupção, Dilma provoca forte descontentamento dos prejudicados, visto que agora práticas antigas de clientelismo (em resumo, troca de bens e serviços por apoio político, famoso “toma lá, dá cá”) passam a ser coibidas, o que se torna o estopim para a aproximação do PMDB ao PSDB que, juntos, arquitetariam, mais tarde, o impeachment da Presidente.

#### 1.4.1. As jornadas de junho de 2013

As duas semanas que mudariam a história da política brasileira começaram de forma prosaica, com mais um protesto desinteressante, fadado a ser uma notinha de jornal. Os outros seis atos se sucederam cheios de novidades: jovens dispostos a resistir à PM, arregimentados pelas redes sociais, lidando com o tradicional despreparo das autoridades (Manso & Zanchetta, 2013, p. 14).

Em junho de 2013, manifestações populares se espalham por todo o território brasileiro. Inicialmente modestas e organizadas pelos jovens do Movimento Passe Livre (MPL) em protesto ao aumento das tarifas do transporte público na cidade de São Paulo, acabaram servindo de estopim para o surgimento de um movimento sistêmico com escopo ampliado contra o *status quo*. As vozes que ecoavam pelas ruas de diversas cidades brasileiras – e até mesmo do exterior – comportavam reivindicações sociais diversas, ligadas ao transporte, à saúde, à educação, etc., além de críticas contra a corrupção.

Cerca de duas semanas separam a pequena passeata do dia 06 de junho organizada pelo MPL com cerca de 150 jovens entoando “mãos para o alto, R\$ 3,20 é um assalto”, do levante social generalizado que tomou conta de mais de 400 cidades, incluindo 22 capitais, no dia 20 de junho. Manso e Zanchetta (2013), em didática linha do tempo publicada no jornal Estadão, mostram como a falta de preparo e truculência da Polícia Militar (PM) para lidar com as manifestações seriam fatores importantes que fariam outros grupos, que em nada se identificavam, a princípio, com aquele grupo de 150 jovens, aderissem em massa aos protestos e os transformassem em plataforma de reivindicação e defesa de outras pautas.

Frente à uma juventude que reconhecia nas táticas de resistência e desobediência formas de atrair a atenção que almejava para suas causas – com muita ousadia, os jovens faziam barricadas e passaram a interromper o trânsito em diversas vias importantes da capital na hora do *rush* –, a PM fica perdida. Aos poucos, jovens ligados a movimentos anarquistas, como os *Black Blocks*, passam também a integrar os protestos e escalam a desobediência e os conflitos com a ordem a outro nível. Até então contando com o apoio da população – cansada da sequência de interrupções em seu cotidiano causadas por aqueles jovens –, a Tropa de Choque da polícia paulistana faz uso, mais uma vez, de força desproporcional para barrar os manifestantes. O dia 13 de junho marca a virada do jogo:

cinco mil pessoas estavam nas ruas, inclusive a imprensa. Quando a passeata insiste em ir em direção à Avenida Paulista, os policiais bombardeiam, sem constrangimentos, a todos que ali se encontram, com cobertura massiva da mídia no local. Jornalistas ficam feridos, além de dezenas de participantes. A covardia e excessos cometidos pela PM causam indignação nacional e fazem aquele pequeno grupo de jovens ganhar, de vez, um lugar na história. A partir daí, como lembram Manso e Zanchetta (2013), não se reclamava mais do trânsito, nem dos protestos. A imprensa havia abraçado a causa e a população também.

Segundo Antunes (2013), concebidas inicialmente como um movimento ideologicamente alinhado a pautas da esquerda (os jovens participantes, ligados ou não ao MBL, traziam consigo afinidades anarquistas, autonomistas ou, ainda, proximidade com partidos de esquerda como PSOL, PSTU, PCB, entre outros), as manifestações ampliadas passam a ser policlassistas, abrangendo inclusive setores conservadores e de direita. Sobre isso, o autor lembra que estes últimos, contando com o apoio da mídia, passaram a levantar uma bandeira “contra partidos”, o que levou a uma onda de agressões e linchamentos daqueles que se identificavam com a esquerda. Assim, uma bandeira direitista, travestida de neutralidade e pautada no nacionalismo, começa a surgir.

Para Braga (2013, p. 53), a onda de mobilização popular ocorrida em 2013 pode ser explicada por diferentes razões:

Além de verificamos a fadiga do atual modelo de desenvolvimento apoiado sobre o consumo degradante de força de trabalho barata, em gerar empregos e distribuir renda, devemos levar em consideração o aprofundamento da crise econômica internacional, bem como suas implicações sobre o atual regime de acumulação brasileiro em termos de desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Finalmente, percebemos a transformação de um estado mais ou menos latente de inquietação social que acompanhou o bom desempenho do PIB entre 2005 e 2010 em uma generalizada indignação popular que transbordou para as ruas nos últimos meses.

Desde 2010, um aumento importante da atividade grevista pelo país já era visível, reflexo do descompasso entre uma desaceleração do crescimento econômico e um mercado de trabalho ainda aquecido (Braga, 2013). De acordo com dados do

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de greves em 2012 era 75% maior que o do ano anterior, um pico histórico que perdia apenas para aqueles de 1989 e 1990. A partir do momento em que os protestos e mobilizações ganham força e adesão da sociedade, o governo federal, percebendo o distanciamento que havia tomado dos movimentos sociais – tradicionais aliados do PT – começa a se mexer freneticamente em busca de soluções para o caos que havia se instalado em todo o território nacional.

No dia 24 de junho, em resposta às demandas dos manifestantes, Dilma propõe “cinco pactos em favor do Brasil”: 1) responsabilidade fiscal: controle de gastos para garantir a estabilidade econômica no país e conter a inflação; 2) reforma política: plebiscito para a realização de uma Assembleia Constituinte para definir a reforma política; alteração na lei para definir corrupção como crime hediondo; ampliar a Lei de Acesso à Informação Pública; 3) saúde: acelerar os investimentos em UPAs e unidades básicas de saúde; incentivar a ida de médicos para regiões carentes; contratação de profissionais estrangeiros para trabalhar exclusivamente no SUS; 4) transporte público: ampliar a desoneração do PIS/Cofins sobre o óleo diesel de ônibus e energia de metrô e trens; mais R\$ 50 bilhões para novos investimentos em mobilidade urbana; criar o Conselho Nacional de Transporte Público; 5) educação: destinação de 100% dos royalties do petróleo extraído do pré-sal para bancar a educação (Folha de S. Paulo, 2013).

Apesar da proposta do plebiscito ter sido descartada, o programa apresentado pela Presidente foi apoiado por 84,3% da população, se tornando um dos principais trunfos de seu governo e recuperando parte de sua popularidade após os protestos, passando a 41% em novembro de 2013. Em maio de 2014, no 14º Encontro Nacional do PT, a candidatura de Dilma à reeleição foi oficialmente anunciada, mantendo Michel Temer (PMDB) como seu vice. Ela teria como principais ameaças nesta eleição as candidaturas de Eduardo Campos (PSB) – o qual contava com o apoio de Marina Silva (PV) como sua vice, que já havia conquistado quase 20% dos votos no primeiro turno da eleição anterior – e de Aécio Neves (PSDB). Com a morte trágica do candidato do PSB em um acidente aéreo, em agosto de 2014, o pleito eleitoral ficou polarizado entre a candidata do PT e o candidato do PSDB.

A vitória apertada de Dilma nas eleições presidenciais de 2014 – ela vence com 51,64% dos votos em segundo turno, contra 48,36% de Aécio Neves – representou uma ruptura na sociedade brasileira, a qual apresentava perspectivas conflitantes entre grupos

sociais e regiões do país; enquanto a Presidente contou com vitórias expressivas no Norte e Nordeste, Sul e Centro-Oeste apoiaram largamente o candidato do PSDB, enquanto o Sudeste se manteve dividido entre os dois. Segundo Belieiro Jr. (2016, p. 211):

No pleito de 2014, as classes médias, na perspectiva de perda de seu status social e renda, incorporam a retórica antigoverno, muitas vezes num radicalismo com as medidas sociais e distributivas da gestão petista, acabando por convergir com outros grupos e classes sociais o sentimento de rejeição ao seu governo, tal como mostravam as inúmeras pesquisas de opinião pública. Essa rejeição ao governo manifestou-se de forma ideologicamente orientada na recusa ao Estado social petista, num novo tipo de consenso neoliberal entre classes médias, empresariado e os grupos de mídia no país. Todo esse somatório de questões contraditórias acabou levando ao início do processo de impeachment em abril de 2016, num episódio claramente dantesco e impressionante, encerrando 13 anos de poder no país e a crise final de um projeto político e de dominação de longo prazo.

Retomando Prando (2016), vários foram os fatores que tornaram insustentável o segundo mandato de Dilma Rousseff. As fissuras do projeto governamental petista vinham aumentando desde seu primeiro mandato, causando insatisfação tanto por parte do capital financeiro quanto dos setores sociais e populares; a adoção de ações políticas que migravam em direção contrária às medidas que haviam sido defendidas por ela ao longo de sua campanha eleitoral fizeram a oposição crescer mais ainda, sob os holofotes do que eles classificavam como “estelionato eleitoral” – destaque aqui para as pautas feministas: Dilma contava com grande apoio das mulheres progressistas no momento de sua reeleição. Em carta-manifesto publicada por feministas em setembro de 2016, com mais de 500 assinaturas, elas expressavam 13 motivos pelos quais as mulheres deveriam votar em Dilma; dentre eles, o fato de a candidata representar a melhor alternativa no que diz respeito à evolução de pautas-chave dos direitos femininos (Fórum, 2014). Entretanto, ao perceber o desalinhamento da Presidente em relação às políticas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, particularmente no que se refere à mudança de posicionamento em relação à legalização do aborto, Dilma perde muito desse apoio, o que também contribui para sua derrocada (Roso, 2021). Soma-se a isso um cenário de crise econômica e forte recessão instalado no país desde meados de 2014, com recuo do

PIB por dois anos consecutivos, retração da economia e forte alta da taxa de desemprego, acompanhado por um cenário concomitante de crise política que havia tido início com as Jornadas de Junho de 2013 e que se agravou com os escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato, a partir de 2014. Tais fatores contribuíram em definitivo para a consolidação de uma insatisfação generalizada da população em relação ao governo de Dilma e das políticas petistas, o que desencadeou grandes protestos em todo o país, a partir de 2015, pedindo o impeachment da Presidente, com forte adesão dos grupos derrotados no pleito eleitoral, concentrados na figura de Aécio Neves.

#### 1.4.2. O processo de impeachment de Dilma Rousseff

Com uma rejeição na casa dos 70% e acumulando sucessivas derrotas no Legislativo, Dilma tinha o poder de direito, mas não ocupava mais o poder de fato. Isolada, não conseguia lidar com os bastidores da política. No dia 02 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados) acolhe um dos sessenta e oito pedidos de impeachment protocolados contra a Presidente. No documento redigido pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, Dilma era acusada de atrasar propositalmente o repasse de verba a bancos públicos e privados, além de autarquias – como o INSS – com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo por determinado período, visando uma melhora artificial das contas federais (famosa “pedalada fiscal”). Tais operações orçamentarias (não previstas na legislação) caracterizariam improbidade administrativa.

Em 17 de março de 2016, foi formada uma comissão especial para análise do pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. Em 11 de abril, foi aprovado o parecer do relator do caso, o qual defendia a admissibilidade do processo de afastamento da Presidente. Apresentado à Câmara dos Deputados para votação em 17 de abril, o processo é aceito com 367 votos favoráveis e segue, então, para o Senado. Este último aprova, em 06 de maio, o relatório de Antonio Anastasia (PSD), favorável ao prosseguimento do processo. Em 12 de maio, o Senado determina o afastamento de Dilma da Presidência da República por um período de até 180 dias. O processo é finalizado em 31 de agosto de 2016, com a decisão final do Senado sendo a de cassação do mandato presidencial de Dilma, mas mantendo o direito da mesma em ocupar cargos públicos.

Após o veredito definitivo, Dilma faz seu último discurso do Palácio da Alvorada, no qual se dirige a todos os brasileiros:

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. [...] É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. [...] Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles. (Rousseff, 2016, n.p.).

## 2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS: A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA E A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Colocado o contexto temático e histórico norteador dessa pesquisa, cabe a essa seção demarcar os fundamentos teóricos escolhidos para dar conta dos objetivos propostos. Trata-se de uma pesquisa inserida no campo da Psicologia Social Crítica (PSC) e que faz uso da metodologia proposta pela Análise de Discurso Crítica (ADC), em uma concepção interdisciplinar.

### 2.1. A Psicologia Social Crítica

Durante décadas, o percurso de construção de conhecimento no campo da Psicologia Social se pautou por uma perspectiva teórico-metodológica hegemônica ligada aos discursos positivista e individualista. A Psicologia Social Psicológica, proveniente dos EUA e moldada sob forte influência do behaviorismo, foi exportada para o Brasil e utilizada, massivamente, entre 1930 e 1970. Tal perspectiva se definia como objetiva, de base experimental e focada no indivíduo (Franzoi, 2007) e até hoje se configura como tendência dominante na América do Norte. Tendo como principal objetivo a descoberta de leis universais que explicariam o comportamento social, a Psicologia Social Psicológica estruturou-se progressivamente como uma ciência natural e empírica que desconsiderava o papel exercido pelas estruturas sociais e os sistemas culturais sobre os indivíduos (Pepitone, 1981). Esse excesso de individualização, somado ao crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais durante os anos 1970, provocou uma série de questionamentos e rupturas que caracterizaram a chamada “crise da Psicologia Social”. Segundo Ferreira (2010), as críticas se dirigiam majoritariamente – mas, não somente –, à falta de relevância social e artificialidade dos experimentos conduzidos em laboratório, totalmente distanciados da realidade social e dos problemas enfrentados pela população, como também à adoção de uma postura neutra, por parte dos pesquisadores, frente a questões que gritavam por posicionamento crítico. É nesse contexto que surge, a partir de uma movimentação potente dos psicólogos sociais latino-americanos em prol de um fazer mais contextualizado, voltado para os problemas políticos e sociais que assolavam seus países, a Psicologia Social Crítica (PSC).



A função da crítica é desvelar aquilo que não se quer saber. De uma forma extremamente oposta à Psicologia Social tradicional (experimental/positiva), essa Psicologia Social Crítica pode ser descrita como aquela que não reduz a leitura da “realidade” ao que existe. Sendo que sua tarefa consiste, precisamente, em conceituar e avaliar as condições e alternativas subjetivas e concretas frente ao que está empiricamente dado. Ela é crítica do que existe como desigualdade de oportunidades e do que é produzido e reproduzido pelos regimes de invisibilidade. Ela parte do pressuposto de que nossas vivências não esgotam as possibilidades de existência e que, portanto, existem alternativas às alternativas atuais diante das condições historicamente construídas de discriminação, de exploração, de segregação, de adaptação e de poder. (Lima & Junior, 2014, p. 9).

De acordo com Borges (2014), o enfoque crítico dentro da Psicologia Social permite a tomada da própria Psicologia como objeto de reflexão, produtora de conhecimento e radicalmente oposta aos estudos tradicionais. Trata-se de um giro completo na forma de escolha, apreensão e compreensão das questões das quais ela se ocupa, dos métodos que adota para investigá-las, bem como das respostas que fornece.

Em um nível muito geral, essa psicologia social “diferente” assume uma guinada construcionista (na esfera ontológica), uma virada interpretativa/linguística (no que se refere à metodologia) e um giro não-fundamentalista (no nível epistemológico, mesmo que o mais radical dos críticos questione o próprio conceito de “epistemologia”). (Ibáñez, 1997, p. 29).

Lima e Junior (2014) ressaltam que a Psicologia Social Crítica não é uma exclusividade e não se refere especificamente a um conjunto de autores ou problemas específicos. Suas práticas e pensamentos se movimentam e se organizam de forma transdisciplinar. Portanto, “pode ser melhor configurada como um campo (ou rede) constituído por produções múltiplas, práticas variadas e metodologias diversas” (Lima & Junior, 2014, p. 9).

Efetivamente, se tem produzido uma oposição radical ao positivismo e uma severa crítica ao individualismo, ao mesmo tempo em que se tem deixado entrar ideias e

proposições de outras disciplinas da Psicologia Social e da Psicologia que vão desde a epistemologia feminista e os estudos de gênero, até a guinada linguística e discursiva, se tem reafirmado um compromisso com os processos de transformação político-sociais e tem se buscado uma reconstrução das fronteiras entre o teórico e o metodológico. [...] Seus eixos, em suma, se estruturam em torno da intersubjetividade e o imaginário social, as perspectivas pós-estruturalistas e construcionistas, aos posicionamentos pós-modernos, ao abandono das grandes narrativas, a análise do discurso, a análise conversacional e a psicologia discursiva, como alternativa séria ao cognitivismo dominante e, como não, ao relativismo. (Iñiguez-Rueda, 2003, p. 234).

Diante disso, é fazendo uso da epistemologia da Psicologia Social Crítica como alternativa radicalmente oposta às formas de pensamento autoritário, comprometida com as transformações político-sociais e buscando reconfigurar as fronteiras entre teoria e método que se optou, nessa pesquisa, pela aliança aos procedimentos de análise propostos por uma área específica dos estudos linguísticos; mais precisamente, a Análise de Discurso Crítica.

## 2.2. A Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica (ADC) diz respeito a “um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares e transdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social” (Vieira & Macedo, 2018, p. 49). Norman Fairclough é considerado o responsável por cunhar o termo Análise de Discurso Crítica ao utilizá-lo pela primeira vez em 1985, em uma publicação no *Journal of Pragmatics*.

Segundo Vieira e Macedo (2018), a ADC surge a partir da linguística crítica (LC). Fairclough (2001) aponta que a LC foi uma abordagem desenvolvida na década de 1970 visando unir um método de análise linguística textual a uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos. Estudiosos dessa área costumam recorrer à linguística sistêmico-funcional (LSF) de Halliday para embasar suas análises, pois consideram que a linguagem se manifesta de determinada maneira por conta de sua função na estrutura social. A LC sofre críticas da ADC por enfatizar prioritariamente o uso da linguagem em instituições, além de dar mais enfoque ao texto

como produto do que como processo aberto a interpretações variadas dependendo do contexto e da posição social daquele que o interpreta. Ademais, deixa de lado os discursos das lutas sociais e foca, unilateralmente, na paralisia social e nas estruturas, e não na mudança e na ação social. Entretanto, Wodak (2004) opta por usar os termos LC e ADC de forma intercambiável, esclarecendo que existem pontos de discordância entre seus autores, mas que a ADC atual tem enorme continuidade com a LC e que trabalhos que possam ser descritos pelas duas abordagens se encontram dentro de um mesmo espaço paradigmático.

Diferentemente do que ocorre com outros paradigmas de análise do discurso e da linguística textual, a LC e a ADC não têm como objeto de investigação apenas o texto, falado ou escrito, já que, para se caracterizar como uma abordagem verdadeiramente crítica, precisa olhar para além da estrutura e dos processos sociais de construção do texto, levando em conta também a estrutura e os processos sociais dentro dos quais os sujeitos sócio-históricos fazem suas interpretações. A ADC se interessa por desvelar criticamente, dentro do discurso ou no uso da linguagem, como as assimetrias sociais se manifestam, são apontadas, constituídas e legitimadas (Wodak, 2004). Outrossim:

[...] a LC e a ADC tentam evitar estabelecer uma relação simplista de determinação entre os textos e o social. Levando em conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação; que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder, a abordagem complexa defendida pelos proponentes da LC e da ADC possibilita a análise das pressões verticalizadas, e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais. A partir dessa perspectiva, as estruturas dominantes estabilizam as convenções e as naturalizam, isto é, os efeitos da ideologia e do poder na produção de significados são mascarados, e assumem formas estáveis e naturais: eles são tomados como ‘dados’. A resistência é vista, então, como a quebra de convenções, de práticas discursivas estáveis, através de atos de “criatividade”. (Wodak, 2004, p. 226).

Três conceitos são indispensáveis para a ADC e estabelecem um terreno comum entre seus autores. São eles: os conceitos de crítica, de ideologia e de poder. De acordo

com Wodak e Meyer (2009), o ímpeto crítico inerente ao programa da ADC vem, para parcela dos estudiosos sobre o assunto, da influência da Escola de Frankfurt. Max Horkheimer, diretor nos anos 1930 do Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt, escreveu um ensaio em 1937 ressaltando que a teoria crítica deveria ser orientada não somente para compreender ou explicar a sociedade, mas também para criticá-la e mudá-la. Ele define dois conceitos centrais desta teoria: ela precisa levar em conta a totalidade da sociedade em toda sua especificidade histórica e deve buscar melhorar seu entendimento sobre a mesma através da integração das mais diversas ciências sociais, tais como sociologia, psicologia, economia, história, ciências políticas e antropologia. A relação entre teoria e prática é dinâmica, pois ele não acredita que exista um sistema invariável que seja capaz de dizer como a teoria irá conduzir as ações humanas. Diante disso, Horkheimer defende a necessidade de utilização de diversos métodos complementares em uma mesma pesquisa, visto que nenhum método por si só pode fornecer resultados confiáveis a respeito de determinada questão.

O conceito de ideologia também é central para a ADC, pois é entendido como um importante aspecto de concepção e manutenção de situações desiguais de poder. As teorias críticas – das quais fazem parte a LC e a ADC –, objetivam desmistificar os discursos, decifrando as ideologias que os sustentam, visando produzir conscientização e gerar emancipação daqueles que se encontram em situação desfavorável, mostrando a estes indivíduos que eles são ludibriados em relação aos seus próprios interesses e necessidades.

Ao falar da relação entre linguagem e poder, Wodak (2004, p. 236) aponta:

Para a ADC, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. Isso explica porque a LC com frequência adota a perspectiva dos que sofrem, e analisa criticamente a linguagem daqueles que estão no poder, que são responsáveis pela existência de desigualdades, e que também dispõem dos meios e oportunidades para melhorar as condições gerais.

Ainda segundo Wodak (2004), o poder é entendido pela ADC como característica constitutiva da sociedade e o texto é visto como uma manifestação das ações sociais que são determinadas por uma estrutura social. A autora ressalta que:

O poder envolve relações de diferença, particularmente os efeitos dessas diferenças nas estruturas sociais. A unidade permanente entre a linguagem e outras questões sociais garante que a linguagem esteja entrelaçada com o poder social de várias maneiras: a linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo. A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas. (Wodak, 2004, p. 237).

Wodak e Meyer (2009) resumem que a ADC pode ser definida como interessada pela análise das relações manifestas através da linguagem, tanto de forma evidente quanto dissimulada, de dominação, discriminação, poder e controle. Na medida em que a legitimação dessas relações não é articulada, a linguagem é também ideológica. Diante disso, cabe uma análise mais profunda do conceito – mais que controverso – de ideologia.

### 2.2.1. O conceito de ideologia

É preciso ressaltar que o conceito de ideologia não foi construído, ao longo da história, de forma linear. Ele vem sendo trabalhado de acordo com diversos enfoques teóricos, o que pode dar a ele diferentes significados e funções. A crescente importância do estudo das ideologias se deve, segundo Guareschi (2000), ao fato da sociedade estar se tornando cada vez mais abstrata, sustentada por uma comunicação verbal e simbólica.

Para buscar compreender de forma mais clara os diversos significados de ideologia, Guareschi (2000) propõe uma divisão em dois planos: um primeiro positivo (ou neutro) e negativo (ou crítico) e um segundo estático e dinâmico. No sentido positivo (ou neutro) estaria a ideologia compreendida como um conjunto de valores, ideias e filosofias de um indivíduo ou grupo, ou seja, uma cosmovisão. Nesse caso, todas as pessoas ou grupos sociais poderiam ser considerados como detentores de uma ideologia, visto que todos possuem ideias ou valores próprios. Já no sentido negativo (ou crítico), o conceito de ideologia seria formado por ideias errôneas, falsas ou distorcidas, que tem o intuito de enganar as pessoas ou camuflar a realidade. Nesse caso, apresenta-se como algo

abstrato, ilusório ou mistificador, sustentando interesses dominantes e relações assimétricas de poder. No sentido estático, a ideologia tomaria forma na própria ideia, se tornando algo materializado como, por exemplo, nas instituições. Já no sentido dinâmico, a ideologia seria vista como uma prática, um modo pelo qual as formas simbólicas servem para criar e manter relações sociais entre os indivíduos.

Quando fala-se sobre uma concepção positiva (ou neutra) de ideologia, pode-se encaixar neste grupo autores como Destutt de Tracy, filósofo francês do início do século XVIII, próprio criador do termo e para o qual ideologia diz respeito ao “estudo sistemático das ideias e sensações que fundamentariam o conhecimento científico e as conclusões práticas dele decorrentes” (Guareschi, Roso, & Amon, 2016, p. 553), e Karl Mannheim (1968), o qual afirma que é impossível não se deixar contaminar pela situação social em que se vive, logo tudo o que qualquer pessoa pensa é ideológico. Nesse sentido, para este autor, ideologia estaria ligada a conhecimento e, como todo conhecimento é condicionado, assim também seriam as ideologias.

Já no grupo daqueles que defendem um conceito de ideologia negativo (ou crítico), pode-se encontrar uma concepção restrita de Mannheim (1968), ou seja, as ideias dominantes de um grupo sobre outro (dominação de classe), e as concepções de Karl Marx, em que o conceito ganha nova roupagem, associando-se a um referencial teórico e a um programa político. Segundo Thompson (1995), tais concepções poderiam ser divididas em três: as ideias puras sem ligação com a realidade; as ideias da classe dominante; e um sistema de representações que serve para sustentar relações de dominação.

Levando-se em conta o eixo estático × dinâmico do conceito de ideologia, pode-se encaixar no primeiro grupo as concepções de ideologia de Marx, como as ideias da classe dominante, e também de Althusser (1972), como aparelhos ideológicos do estado. Segundo o autor, estes aparelhos seriam as instituições que são construídas ao longo do tempo na sociedade, como a escola, a família, a mídia, etc. Para ele, a ideologia está materializada nestas instituições, ou seja, elas são a própria ideologia. Já no segundo grupo tem-se, por exemplo, Therborn (1980), o qual defende que a ideologia permitiria aos seres humanos se constituírem como sujeitos e que estudar ideologicamente uma prática significaria buscar compreender a maneira pela qual ela atua na formação e na transformação da subjetividade humana.

Os quatro eixos apresentados até aqui se entrelaçam ou se separam, de acordo com a concepção de cada autor. Todos possuem sua importância e validade de acordo com o que se deseja ser estudado. Levando tudo isso em consideração, optou-se neste trabalho pela adoção do conceito de ideologia defendido por Thompson (1995, p. 76), o qual define que “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Tais relações se dariam por meio de formas simbólicas. A respeito disso, Thompson (1995, p. 78) detalha:

Formas simbólicas não são meramente representações que servem para articular ou obscurecer relações sociais ou interesses que são constituídos fundamental e essencialmente em um nível pré-simbólico: ao contrário, as formas simbólicas estão, contínua e criativamente, implicadas na constituição das relações sociais como tais. Por isso, proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.

A concepção de ideologia defendida por Thompson é largamente aceita e utilizada pela ADC, pois abre espaço para processos de mudança que buscam “transcender a visão reproducionista de ideologia”, tal como a defendida por Althusser (Pérez, 2012, p. 124). A ADC questiona a ideia de que os sujeitos seriam completamente anulados pelos dispositivos ideológicos, pois acredita que eles seriam capazes de agir criativamente no sentido de questionar e modificar as práticas ideológicas às quais seriam expostos. Por isso, para a ADC, é possível transcender a ideologia, estabelecendo um “equilíbrio entre o sujeito efeito ideológico e o sujeito agente ativo” (Fairclough, 2001, p. 121).

### 2.2.2. O discurso para a ADC

O discurso, segundo esta perspectiva, é definido como “uso da linguagem” (Fairclough, 2001, pp. 31-33) ou, ainda, “linguagem em uso” (Resende & Ramalho, 2006,

pp. 25-26). Trata-se de um modo de ação historicamente localizado, sendo essa ação remetida a um sujeito interpelado – porém não determinado – ideologicamente, que pode agir no mundo, gerando mudanças. Segundo Walsh (2011), esse sujeito estaria localizado na modernidade tardia e certos traços desse período ajudariam a compreender essa visão de sujeito:

Primeiro, o fato de que na pós-modernidade a tradição não tem o mesmo papel que tinha em estabilizar identidades e posições sociais. Segundo, o sujeito pós-moderno está constantemente em busca de uma auto-identidade. Essa busca, no entanto, é atravessada por uma “reflexividade”, resultante de um novo estado social imerso na informação e nos “sistemas de especialidades” (conhecimento). Há uma ruptura com a “identidade mestra da classe social”, que seria um pressuposto para o pensamento de estruturalistas como Althusser. A classe social não pode determinar uma identidade una e fixa. O sujeito pós-moderno é necessariamente fragmentado, constituído de várias identidades contraditórias, que se rearranjam politicamente. A instabilidade está na articulação dessas identidades, que dependerá do momento social. (Walsh, 2011, p. 12).

Dessa forma, o sujeito seria, ao mesmo tempo, constituído e constitutivo do social. O mesmo ocorre com a língua: os significados são determinados historicamente e, por isso, instáveis. Os sistemas linguísticos só podem existir, portanto, em uma construção dialética com o social (Resende & Ramalho, 2006). Ao seguir este raciocínio, entende-se que o discurso também se articula com outros elementos do social (Walsh, 2011). Para dar conta disso, a ADC desenvolve uma concepção tridimensional do discurso, considerando-o ao mesmo tempo texto, prática discursiva e prática social (Fairclough, 2001). Essas três características, quando analisadas em conjunto, permitiriam a compreensão do papel social do discurso, como reflexo do meio em que é produzido e principal ferramenta ideológica na disputa de poder. Logo, a análise se dividiria em três etapas: análise dos textos, falados ou escritos; análise da prática discursiva, englobando o processo total de produção, distribuição e consumo dos textos; e, por fim, a análise da prática social, ou seja, do discurso como fração das construções históricas e culturais de uma sociedade e intimamente ligado aos conceitos de ideologia e poder.



### 2.2.3. Texto, intertextualidade e a importância do vocabulário para a ADC

A noção de texto, para a ADC, é centrada no conceito de intertextualidade. Fairclough (2001) lembra que o termo foi cunhado, no final dos anos 1960, por Julia Kristeva, tomando como base os trabalhos de Bakhtin. Embora este último não faça uso do termo em si, o desenvolvimento de uma abordagem intertextual era tema destacado em seus trabalhos. Segundo Bakhtin (2000, p. 308), cada enunciado “é um elo na cadeia de comunicação”. Sendo assim, os textos são inerentemente intertextuais, pois são preenchidos com palavras de outros textos, que podem se apresentar mais ou menos explícitos ou completos.

Na mesma direção de Bakhtin, Fairclough (2003) aponta que, em um sentido mais amplo, as relações intertextuais se caracterizam pela presença de elementos de outros textos dentro de um texto – e então, potencialmente, de outras vozes além das vozes do autor –, que podem estar relacionados de várias maneiras. Em sua obra anterior, Fairclough (2001, p. 114) já buscava definir intertextualidade como “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”.

Ao analisar os discursos, temos em mente a qualidade dialética em que os elementos internalizam partes dos demais discursos, sem se reduzirem uns aos outros. Nesse sentido, a intertextualidade evoca sentidos, significados de outros elementos trazidos à ação por meio dos gêneros discursivos para participar da interação. Interessa, em termos de intertextualidade, que sua utilização estabeleça uma relação entre o texto e outros textos, discursos, práticas, ideologias, sentidos, imagens e assim por diante. (Batista Jr., Sato & De Melo, 2018, p. 142).

Assim como a intertextualidade, as suposições conectam um texto a outros textos; o que é dito em um texto é dito em um pano de fundo do que não é dito, mas considerado como dado. Fairclough (2003) ressalta que tanto a intertextualidade quanto as suposições podem ser vistas em termos de “reivindicações” por parte do autor. Entretanto, tais reivindicações podem ou não ser comprovadas, pois as pessoas podem, erroneamente, desonestamente ou, ainda, com intenções manipuladoras, fazer afirmações implícitas.

É importante ressaltar que, enquanto a intertextualidade amplia a diferença, trazendo outras “vozes” para dentro do texto, a suposição reduz a diferença ao assumir conhecimento prévio compartilhado (Fairclough, 2003). Dito de outra forma, a primeira acentua a dialogicidade de um texto, ou seja, o diálogo entre a voz do autor do texto e outras vozes, enquanto a última a diminui.

Formas de representar o mundo podem ser explicitadas por meio dos traços linguísticos presentes em um texto. Segundo Fairclough (2003), o traço mais evidente e distintivo de um discurso é o vocabulário, pois os discursos lexicalizam o mundo de maneiras diferentes. Sendo assim, a análise do vocabulário tem grande relevância em estudos discursivos, visto que as escolhas lexicais para compor um texto são feitas de modo que uma representação específica de mundo possa ser transmitida. Nesse sentido, é importante identificar sinônimos, metáforas, neologismos, entre outros aspectos gramaticais utilizados para expressar determinado ponto de vista que, por sua vez, revelam uma posição específica sobre um determinado fenômeno.

### 3. A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA: A CAPA DE REVISTA COMO GÊNERO DISCURSIVO

Para tecer uma análise discursiva sobre capas de revistas, impõe-se a necessidade de falar sobre os meios de comunicação de massa, buscando compreender como estes desempenham um papel de destaque no processo de construção de opiniões e de representações acerca de fatos, acontecimentos e sujeitos. Diante disso, cabe a essa seção, primeiramente, traçar um breve panorama do desenvolvimento e das transformações sofridas e promovidas pelos veículos de comunicação de massa ao longo dos anos. Em seguida, apresentar o gênero capa de revista, dando enfoque às suas propriedades multimodais e caráter persuasivo. Logo após, apresentar as características formais das capas de revistas, buscando mostrar que as escolhas dos locais e das informações a serem distribuídas dentro deles marcam suas identidades e conduzem à construção de sentidos específicos. Por fim, trazer uma breve caracterização das revistas selecionadas, com suas respectivas posições editoriais.

#### 3.1. Os meios de comunicação de massa

DeFleur e Ball-Rokeach (1993) apontam que a chamada Era da Comunicação de Massa começa no início do século XIX, com o aumento do acesso aos jornais pela população e também com o desenvolvimento da mídia elétrica, como o telégrafo e o telefone. Entretanto, é somente a partir do começo do século XX, com a invenção e adoção maciça do filme, do rádio e da televisão pelas pessoas, que se pode falar em uma grande transição no formato de comunicação – transição essa que está em vigência até hoje, visto que a evolução e a acumulação cultural do ser humano podem ser entendidas como um processo contínuo que se dá ao longo dos anos. Atualmente, pode-se falar na Era dos Computadores, retrato de uma sociedade informatizada em que a tecnologia vem transformando e remodelando os veículos de comunicação de massa. A forma como as mensagens circulam é cada vez mais dinâmica, rápida e globalizada, e os desdobramentos disso para a comunicação ainda são incertos, mas problemas de grande dimensão já derivam desses novos tempos, como, por exemplo, a disseminação massiva e os impactos na sociedade das chamadas *fake news*.

Apesar desse conjunto de incertezas que deriva da análise das mudanças cada vez mais rápidas nos métodos de comunicação, uma coisa parece certa: os veículos de massa exercem grande influência sobre as crenças, atitudes e/ou comportamentos de suas audiências e, para além, da sociedade como um todo. Olhando para essa questão de uma perspectiva histórica, DeFleur e Ball-Rokeach (1993) sugerem que o rápido aparecimento e constante modificação dos meios atuais de comunicação de massa nada mais são que um dos progressos ocorridos na maneira das pessoas se comunicarem, ou seja, outras mudanças anteriores exerceram influências poderosas no desenvolvimento do pensamento humano, comportamento e cultura. Dito isso, apesar de serem recentes, os veículos de massa da contemporaneidade já são fundamentais na vida cotidiana dos sujeitos e devem ajudar a modelar o destino da espécie humana no futuro. Os autores reforçam que:

Nossa impressionante capacidade atual de enviar mensagens instantaneamente a distâncias imensas, e para suscitar significados semelhantes em milhões de pessoas ao mesmo tempo, é tão familiar para todos nós que é fácil encará-la com indiferença. Na perspectiva da vida humana como o foi em épocas anteriores, contudo, o que fazemos hoje ao abrirmos nosso jornal, ligarmos nosso rádio, irmos a um cinema, ou assistirmos à televisão, representa uma mudança no comportamento da comunicação humana de grandeza verdadeiramente extraordinária. (DeFleur & Ball-Rokeach, 1993, p. 17).

Hohlfeldt (2003) considera como veículos de comunicação de massa todos aqueles que distribuem informação. Segundo ele:

A comunicação de massa pressupõe a urbanização massiva, fenômeno que ocorre em especial ao longo do século XIX, graças à segunda Revolução Industrial, dificultando ou mesmo impedindo que as pessoas possam se comunicar diretamente entre si ou atingir a todo e qualquer tipo de informação de maneira pessoal, passando a depender de intermediários para tal. Esses intermediários tanto implicam pessoas que desenvolvam ações de buscar a informação, tratá-la e veiculá-la – os jornalistas – quanto de tecnologias através das quais se distribuem essas informações. Todo esse conjunto constitui um complexo que recebe a

denominação genérica de meios de comunicação de massa ou mídia. (Hohlfeldt, 2003, p. 62).

Segundo Camponez (2002), a comunicação de massa pode ser entendida como um tipo de comunicação em que a mensagem é transmitida de um centro emissor para uma pluralidade de indivíduos receptores. Exemplos de mídias de massa seriam a televisão, o rádio, os jornais e as revistas de grande circulação que, mais recentemente, também são disponibilizadas na internet, em formato digital. A respeito disso, cabe ressaltar algumas diferenças entre a mídia tradicional (impressa) e a mídia digital (online).

Com o rápido aparecimento e disseminação das mídias digitais, muito se especulou sobre o fim das mídias impressas. Entretanto, nota-se que a ameaça de extinção não só tirou as últimas da zona de conforto, como fez muitas delas se reinventarem. Hoje, o impresso e o digital coexistem, pois os dois tipos de mídias se tornaram complementares, sendo cada um deles eficiente em diferentes funções. Segundo Wulfhorst (2004, p. 83), “a mídia digital e impressa se transversalizam, não é possível pensá-las separadamente. Ambas surgem em épocas diferentes, o que não significa que uma exclua a outra, e, sim, que são re-significadas”.

Enquanto a mídia online evolui mais rapidamente e oferece uma infinidade de possibilidades de interação, tudo que é impresso é imutável e, portanto, passa uma sensação maior de segurança. A informação digital pode ser modificada a qualquer momento, está sempre se reconstruindo, o que aponta para uma transitoriedade e uma efemeridade ansiogênicas, marcantes dos tempos modernos. Além disso, o digital pode facilmente se tornar pasteurizado, enquanto as particularidades do impresso, como escolhas tipográficas atraentes, o tipo de papel, a encadernação, etc. podem enriquecer os percursos narrativos.

Segundo a Escola Panamericana de Arte e Design (n.d.), uma pesquisa realizada pela empresa especializada Toluna, em 10 países (Brasil, Austrália, França, Alemanha, Itália, Nova Zelândia, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos), concluiu que os consumidores confiam, desfrutam e obtêm um entendimento mais profundo das informações quando elas são impressas. Isso porque os meios digitais causam fadiga e geram preocupação com a segurança e a privacidade. Logo, dependendo da situação, a mídia tradicional ainda pode ser mais engajadora. Apesar disso, o digital veio para ficar e já se tornou parte da vida cotidiana da população.

A tecnologia está cada vez mais presente na vida das pessoas e vem modificando de forma significativa os processos comunicacionais, implicando a criação de novas formas de coletar, armazenar e transmitir informações; as inovações tecnológicas mudam as maneiras de produção e de recepção dos conteúdos. Enquanto o veículo impresso exige do público o conhecimento da escrita, o rádio atinge um número maior de pessoas por usar apenas o som. Já a televisão trabalha com apelo visual e auditivo, simultaneamente. Já os veículos digitais reúnem todas as características dos demais e, por isso, vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade, gerando uma mudança de paradigma da tecnologia da informação.

### 3.2. O gênero capa de revista

Capas de revistas têm sido objeto de diversos estudos (Puzzo, 2008; Vitorino & Dinísio, 2010; Silva & Cabral, 2015; entre outros) os quais seguem diferentes orientações, mas tendo todos em comum o fato de levarem em conta os aspectos visuais do gênero. Segundo Dionísio (2008, p. 121), “os gêneros textuais falados e escritos são multimodais porque, quando falamos ou escrevemos um texto, estamos usando no mínimo dois modos de representação: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens”. Nesse sentido, a capa de revista é um gênero multimodal que alia o verbal ao não-verbal e cuja leitura é imprescindível para a construção de sentido.

Silva e Cabral (2015) assinalam que as capas de revistas são consideradas gêneros discursivos que demandam um processo de elaboração complexo, em que “vários elementos participam numa integração significativa, tais como fotos ou imagens, letras com variações de tamanho, compondo títulos e subtítulos, e outras informações pontuais que também as caracterizam, como assinatura, data, número de edição e logotipo da empresa” (p. 6). Todos estes elementos são discutidos e acertados por meio de uma cadeia estruturada de relações interpessoais, formada por todos aqueles envolvidos no processo de produção do material, que vai desde a concepção da ideia inicial, passando pela escolha, organização e análise das unidades temáticas que irão compor o projeto verbal e visual, até sua publicação final.

Diante disso, Vitorino e Dionísio (2010) ressaltam que todas as escolhas realizadas pela equipe de produção não são ao acaso, pois as capas de revistas são o “carro-chefe” de veículos que, fazendo uso dos discursos jornalístico e publicitário – pois

não só informam, mas também anunciam-se como objeto que deve despertar interesse do leitor e gerar capital –, se camuflam como objetivas e imparciais – através de sua elaborada composição verbal e visual –, mas visam objetivamente seduzir o consumidor, vendendo uma interpretação própria dos fatos permeada por ideologias e opiniões, levantando polêmicas e ditando tendências. Puzzo (2008, pp. 1-2) também compartilha deste ponto de vista:

As capas das revistas semanais informativas apresentam tratamento misto de informação e apelo, situando-se no intermédio entre jornalismo e publicidade. Enquanto as manchetes procuram chamar a atenção para os fatos veiculados na revista, associando-os a imagens fotográficas, a elaboração estética, associada à diagramação, à escolha das cores, ao arranjo do conjunto, perpassando também por outros tipos de imagens, altera o que seria a mera informação, ou seja, a objetividade proposta nessa esfera de circulação de notícias. [...] Como as capas representam a embalagem das notícias e disputam o espaço nas bancas de jornal com outras da mesma natureza, seu efeito persuasivo decorre da convergência do tratamento estético da linguagem verbal articulada à visual. Nessa permeabilidade discursiva, é preciso ressaltar ainda que a escolha dos fatos a serem noticiados se deve não só à importância que assumem num determinado contexto, mas também ao interesse da empresa em divulgá-los, expressando indiretamente sua ideologia. Como consequência, a organização prévia das capas a partir das pautas obedece a um processo bastante refinado de produção e, apesar de apresentarem os fatos reais, constantes das revistas, deles se distanciam pela articulação de procedimentos estéticos verbo-visuais.

Nesse sentido, a análise da linguagem verbo-visual utilizada em capas de revistas demonstra seu interesse, pois trata-se de um gênero discursivo que, além de informar, visa persuadir seus leitores através de ideologias, opiniões e composições estéticas minuciosamente planejadas, exercendo assim grande impacto sobre o modo como as pessoas pensam, discutem e se posicionam frente aos fatos e acontecimentos que a mídia opta por dar destaque, contribuindo sobremaneira para a construção de representações sobre eventos específicos e, de forma mais abrangente, sobre a própria realidade social.

### 3.3. Características formais das capas de revistas

Segundo Kostelnick e Hassett (2003), um gênero é reconhecido visualmente através de seus fatores retórico-visuais, pois, como tal, emerge de um padrão comunicativo com o qual as pessoas já estão familiarizadas, ou seja, é padronizado. Em relação à configuração formal de uma capa de revista, os autores apontam que sua identidade visual pode ser resumida, de modo geral, pela figura 1 a seguir, a qual faz referência à sua forma típica visualmente reconhecível:

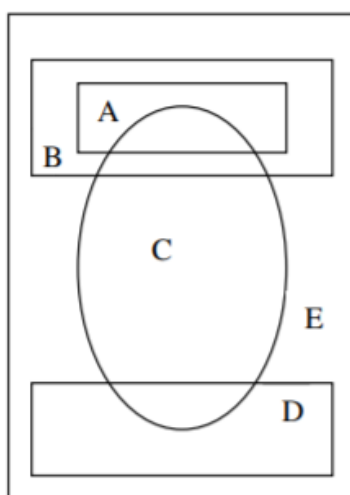


Figura 1: constituição visual formal típica da capa de revista (Kostelnick & Hasset, 2003)

De acordo com o que é exposto por Kostelnick e Hassett (2003), os componentes verbais e não-verbais que manifestam os propósitos do gênero capa de revista se distribuem pelos campos de modo relativamente estável, sendo: o campo A destinado ao título da revista, podendo figurar centralizado, ajustado mais à direita ou mais à esquerda; no campo B se distribuem as informações sobre a edição: logotipo da editora, data e número da edição, preço e código de barras (muito embora tais informações também figurem, com certa frequência, distribuídas pelo campo E, de modo geral as encontramos localizadas próximas ao título); o campo C se destina à imagem principal, a qual pode ultrapassar os campos B e A, sobrepondo-se, inclusive, ao título; compondo, juntamente com a imagem do campo C, o conteúdo temático da capa, a chamada principal (ou chamada de capa) ocupa o campo D e é acompanhada de um subtítulo menos saliente; ao campo E, por sua vez, cabe a distribuição de outros destaques da edição, como entrevistas, outras reportagens, etc., localizadas tanto na parte superior quanto na inferior, à esquerda



ou à direita, podendo ou não ser acompanhadas de imagens menores. As escolhas dos locais e das informações a serem distribuídas por esse esquema conduzirão os sentidos do conteúdo semântico da capa.

Scalzo (2009) salienta que o conteúdo temático das capas de revistas é extraído dos assuntos em alta no momento e trazem uma antecipação do que será exposto na edição, criando assim certas expectativas no leitor e determinando a agenda da opinião pública. Essa antecipação pode ser feita de maneira parcial, quando apenas um assunto, escolhido como principal, é apresentado de maneira verbal e visual pela capa, ou através de chamadas de capa que margeiam a chamada principal, que possui maior destaque, e podem ou não ser acompanhadas por imagens em menor destaque.

#### 3.4. Breve caracterização das revistas selecionadas: Veja e Carta Capital

Entende-se como necessário apresentar, nesse momento, um breve percurso histórico de cada uma das revistas, desde sua fundação até os dias de hoje, além de suas principais características:

##### 3.4.1. A revista Veja

Publicada pela Editora Abril, Veja foi criada em 11 de setembro de 1968 pelo jornalista Roberto Civita, com a ambição de ser “uma revista semanal de informações que levaria ao leitor reportagens sobre os principais acontecimentos do Brasil e do mundo de forma organizada, analítica e contextualizada” (Veja, 2018). A ideia de Civita, ao retornar ao Brasil a pedido do pai, era a criação de uma revista nos moldes da Time americana. Uma primeira tentativa nesse sentido se materializou em 1966, com o lançamento da revista Realidade. Apesar de ter sido descontinuada em 1978, Realidade foi o gatilho que faltava para que Civita se aventurasse em um projeto semanal de grande porte; afinal, a editora Abril, estabelecida no Brasil desde a década de 1950, já colecionava um acervo importante de informações para a produção de notícias, o qual foi sistematizado para permitir a escolha dos assuntos mais interessantes e úteis aos objetivos jornalísticos da equipe. Além disso, a editora contava também com capital que permitia a garantia de recursos técnicos e mão-de-obra qualificada para a realização da empreitada. Um exemplo disso já havia sido a contratação, em 1960, de Mino Carta – italiano reconhecido

pela sua *expertise* em revistas – para comandar a equipe da revista automotiva Quatro Rodas e, posteriormente, Veja (Velasquez & Kushnir, 2009).

Antes da primeira edição de Veja ser lançada, 14 pilotos da publicação foram feitos, dentro do chamado Projeto Falcão. Inicialmente, o nome da revista era Veja e leia. Aquilo que chega às bancas depois de nove anos em muito se difere dos primeiros testes, realizados a partir de 1959. Segundo Villalta (2002, p. 6), “no final da década de 1960, o modelo de jornalismo proposto pelas revistas semanais ilustradas estava em franca decadência” por conta da popularização da TV. Ao tentar trazer ao Brasil um modelo americano de revista, Veja se diferenciava de suas principais concorrentes no mercado brasileiro, Manchete (semanal ilustrada) e Visão (economia e política internacional), por posicionar-se como uma revista que, nas palavras de Mino Carta, se interessava por tudo. Essa abordagem decepcionou tanto anunciantes quanto a classe jornalística especializada, além de não ter agradado ao público.

Para Villalta (2002), a consolidação da revista junto ao mercado consumidor levou alguns anos e só foi possível por conta da solidez econômica do grupo editorial Abril. É somente a partir de 1973 que Veja começa a se pagar e a cobrir os prejuízos causados à editora. Tal demora teria se dado, principalmente, por dois fatores: o primeiro se ligava ao fato de os leitores não estarem acostumados com uma revista de pequeno formato que, além de informativa, propunha também uma certa perspectiva dos acontecimentos, ou seja, era interpretativa; já o segundo dizia respeito ao momento histórico e político que o país estava vivendo, mergulhado em uma ditadura militar que promovia a censura dos meios de comunicação.

É importante notar que, desde seus primórdios, Veja se propõe como veículo interpretativo, ou seja, que tem como um de seus objetivos não apenas apresentar os fatos, mas produzir uma versão discursiva dos mesmos e apresentá-la como realidade a seus leitores. Segundo Inácio (2008), essa manobra produz, possivelmente, um efeito de verdade para o consumidor final, fazendo com que aquilo que é colocado seja entendido como única possibilidade sobre os acontecimentos, simplificando-os e reduzindo-os a um ponto de vista parcial.

Em sua primeira edição, Veja trouxe em sua capa a chamada “O grande duelo no mundo comunista”, acompanhada da imagem da foice e do martelo – símbolos do comunismo – em preto sob um fundo vermelho. Naquele momento, o mundo se encontrava dividido entre duas potências mundiais, EUA e União Soviética, no contexto

da Guerra Fria. Embora o editorial não fizesse referência à conjuntura nacional – marcada pela ditadura militar –, e a política não estivesse entre os temas nele listados como relevantes, a revista ficou marcada desde o início por suas coberturas políticas (Velasquez & Kushnir, 2009). Ao longo de suas páginas, Veja aponta suas divergências com o projeto comunista, marcando sua posição política e ideológica.

Cabe ressaltar que, em suas publicações posteriores, Veja por diversas vezes se posicionou de forma favorável à ditadura no Brasil, elogiando a postura dos militares e os grandes avanços, sobretudo econômicos, alcançados por eles no período. A respeito disso, Silva (2013) aponta que Veja buscava dar voz, ao longo de suas páginas, aos militares e às suas versões dos fatos, insistindo na humanização dos ditadores. Ainda segundo a autora, em um dos exemplos de seu posicionamento político-ideológico, a revista elegeu Ernesto Geisel como um grande modelo de liderança, na medida em que teria sido o responsável pela abertura política no país. Além disso, a esquerda era retratada como a grande responsável pela ditadura, pois sua simples existência justificaria a implementação do regime ditatorial, visando combatê-la. Silva (2013, p. 106) ainda marca que, em diversas edições da revista, “o discurso de Veja se mistura com o dos personagens que cria e repercute, os militares, se afastando totalmente de qualquer discurso de contestação”.

De forma semelhante, ao analisar o posicionamento da revista frente aos campos de poder e da luta de classes, Rautenberg (2011) também conclui que Veja defendia, em suas matérias, tanto os empresários quanto os militares, construindo discursos elogiosos a respeito dos projetos de governo e apontando os melhores caminhos para o desenvolvimento econômico do país. Ainda conforme a autora, a revista buscava narrar o avanço da industrialização como uma conquista do período ditatorial, excluindo qualquer menção ao passado populista do governo brasileiro. “O país demonstrado por Veja é aquele de modernização econômica, de eficiência, sendo o controle militar justificado pelo avanço que proporcionou o progresso e a melhoria das condições da sociedade como um todo” (Rautenberg, 2011, p. 81).

Em seu estágio atual, Veja trabalha com uma miscelânea de temas de abrangência nacional e global, tratando com frequência de questões políticas, econômicas e culturais. Apesar de não ser o foco da revista, assuntos como ciência, tecnologia, ecologia e religião também costumam aparecer com regularidade em suas páginas. Com tiragem superior a um milhão de cópias – sendo a maioria de assinaturas – e mais de nove milhões de leitores,

é a revista de maior circulação no território brasileiro (Sobreiro, 2017). Como veículo de divulgação escrita que se firmou junto a um público majoritariamente pertencente às classes média e alta, exerce grande influência sobre os discursos de seus consumidores ao comentar, confirmar, contradizer ou se posicionar sobre fatos divulgados pela TV, rádio e internet. Disponível sempre às quartas-feiras – tanto em versão impressa quanto em versão digital (esta última disponível a partir de junho de 1997) –, conta com equipe de redação extensa e possui linha editorial alinhada à direita, com corpo jornalístico conhecido por partilhar, ou até mesmo integrar, setores conservadores da direita política brasileira.

#### 3.4.2. A revista Carta Capital

Publicada pela Editora Confiança, Carta Capital também se encontra disponível para assinatura tanto em formato impresso quanto digital (este último disponível a partir de 1999). Lançada como mensal em agosto de 1994, tornou-se quinzenal em março de 1996 e, a partir de agosto de 2001, passou a ter tiragem semanal, sendo publicada sempre às quartas-feiras. Surgiu, segundo seu diretor de redação, Mino Carta, como uma “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira, calcada no tripé do bom jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste” (Carta Capital, 2019).

Mino Carta, antigo diretor de redação da revista *Veja*, decide deixar o cargo em 1976 após anos de uma relação tensa com a cúpula da editora Abril, agravada pelo recrudescimento da censura durante o período militar, advindo da publicação do Ato Institucional nº 5. Segundo o jornalista, a família Civita buscava limitar sua autonomia, prevista em contrato, aproveitando-se das pressões exercidas pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão, sobre o periódico. Na biografia de Roberto Civita, lançada em 2016, o dono do império Abril expressa seu descontentamento com os rumos editoriais que a revista *Veja* vinha tomando sob o comando de Mino Carta:

A linha básica havia sido estabelecida pelos Civita: “A revista deveria defender a livre-iniciativa, apoiar o empreendedor, combater a burocracia e criticar a presença excessiva do Estado na economia”. Roberto Civita notava que, apesar da ditadura, a economia crescera, “o país progredira”. Mas, na sua opinião, *Veja* não

registrava a diversidade da realidade, só os problemas. “Roberto queria que Veja focasse sua pauta não apenas em problemas brasileiros, mas nas soluções – coisas que davam certo, personagens que faziam a diferença, histórias de superação, relatos de transformações positivas”, assinala o biógrafo. Mino Carta “pensava” o oposto disso. (Belém, 2016, n.p.).

Após sua saída da direção de Veja, Mino Carta participou da criação de diversos outros periódicos e jornais até fundar em 1994 a revista Carta Capital, cujas temáticas se concentrariam nas áreas de negócios, economia, política e comportamento. Com uma tiragem de 56 mil exemplares semanais (Carta Capital, 2016), a revista conta com cerca de 230 mil leitores, números bem mais modestos que aqueles apresentados por Veja. Nos anos de 2001 e 2003, ganhou o prêmio Brasil de Mídia do Ano pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE). Em 2007, também saiu vencedora da segunda edição do Troféu Dia da Imprensa, recebendo o título de “melhor revista semanal” (Popinigis, 2009). Conta com uma redação enxuta e sustenta uma linha editorial alinhada à esquerda. Em 2006, assim como já havia feito em 2002, declarou abertamente apoio à candidatura de Lula à Presidência da República. Em 2010, adotou posição favorável à continuidade dos governos petistas, apoiando também a então candidata Dilma Rousseff.

### 3.4.3. Comparativo entre as revistas Veja e Carta Capital

Diante do exposto até aqui, pode-se montar o seguinte quadro comparativo, contendo as principais características das revistas selecionadas:

<b>Veículo</b>	REVISTA VEJA	REVISTA CARTA CAPITAL
<b>Editora</b>	Abril	Confiança
<b>Primeira edição</b>	1968	1994
<b>Formato disponível</b>	Impresso e digital (o último a partir de 1997)	Impresso e digital (o último a partir de 1999)
<b>Tiragem semanal</b>	+ de 1 milhão de exemplares (2017)	Cerca de 56 mil exemplares (2016)
<b>Slogan</b>	“Veja, indispensável para o país que queremos ser”	“Jornalismo crítico e transparente”
<b>Alinhamento político</b>	À direita política	À esquerda política
<b>Postura adotada frente aos governos petistas</b>	Crítica/de oposição	Favorável/majoritariamente de apoio

Quadro 1: comparativo entre as revistas Veja e Carta Capital

## 4. MÉTODO

A definição do objeto de pesquisa e da opção metodológica por parte do pesquisador constitui processo indispensável para construção rigorosa e formalização dos achados da pesquisa. Tal passo evita a armadilha dos achismos e das afeições ideológicas que levam, atualmente, às inúmeras críticas tecidas ao fazer acadêmico do campo das ciências sociais. Segundo Gil (2008), define-se método como o caminho adotado para se chegar a um determinado fim. Por método científico, entende-se o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se gerar conhecimento. Nesta seção, pretende-se apresentar as bases metodológicas da pesquisa, começando por suas classificações e conceituações. Em seguida, definir o *corpus* de trabalho e os critérios utilizados para sua seleção. Logo depois, explicitar os procedimentos metodológicos adotados para a confecção das análises. E, por fim, uma breve diferenciação entre os conceitos de esquerda e direita tal como utilizados nessa pesquisa.

### 4.1. Classificação do tipo de pesquisa

Este trabalho se organiza dentro da área de estudos da Psicologia, mais precisamente no campo da Psicologia Social Crítica. As escolhas teóricas realizadas tornam a pesquisa interdisciplinar, transitando não só pelos corredores de sua origem psicossocial, como também por conhecimentos provenientes das áreas da linguística, da ciência política e das ciências sociais. Para Leis (2005, p. 2), “a interdisciplinaridade pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea”. Segundo o autor, a definição do termo diz respeito:

[...] a um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora, assim como entre visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva. (Leis, 2005, p. 2).

Acredita-se que a pesquisa interdisciplinar se inclua no *hall* de práticas transformadoras ao estabelecer pontes entre as mais diversas áreas do conhecimento e ao

atuar como motor de novos desafios e descobertas. Seria, portanto, uma forma de abranger horizontes:

[...] um modo de fazer investigação, por grupos ou indivíduos, que integra informações, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas, conceitos e/ou teorias de duas ou mais disciplinas ou especialidades para avançar a compreensão ou resolver problemas cujas soluções estão além do escopo de uma única disciplina ou área de pesquisa”. (The National Academies, 2005, p. 2).

Trata-se de uma pesquisa documental, visto que “se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos” (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009). O uso de documentos possibilita ampliar a compreensão de fatos cujo entendimento dependa de contextualização sócio-histórico-cultural. Além disso, as informações que dele derivam permitem acrescentar a dimensão do tempo às análises. Segundo Cellard (2008), a utilização de documentos favorece a observação do processo de amadurecimento ou de desenvolvimento de indivíduos, grupos, conhecimentos, comportamentos, pensamentos, conceitos, práticas, dentre outros. O autor continua:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Segundo Oliveira (2007), a pesquisa documental requer uma análise mais cuidadosa, visto que se caracteriza pelo uso de informações presentes em documentos que não passaram por nenhum tipo de tratamento científico, tais como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, etc. Essa seria a principal diferença entre essa modalidade de pesquisa – voltada à análise de fontes primárias –, e a pesquisa bibliográfica – direcionada à análise de fontes secundárias, que já foram trabalhadas por outros estudiosos.



De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. Dito isso, a presente pesquisa também se classifica, de forma mais abrangente, como pesquisa bibliográfica, visto que faz uso do levantamento de dados e informações a respeito da temática de interesse a partir de diferentes materiais bibliográficos, como artigos, livros, teses, dissertações, dentre outros.

Trata-se ainda de uma pesquisa social, definida por Gil (2008, p. 26) como “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. De fato, o trabalho desenvolvido busca dar conta de aspectos relativos aos sujeitos, suas interações sociais e de como eles constroem o mundo e são constituídos por ele, em uma ação dialética engendrada pelos discursos. Encaixa-se, portanto, no estudo da realidade social por meio de pesquisa aplicada, visto que se interessa pelos desdobramentos práticos que os conhecimentos por ela gerados possam ter na sociedade.

Quanto à abordagem, esta pesquisa se classifica como qualitativa de caráter exploratório. Por pesquisa qualitativa, entende-se “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (Neves, 1996, p. 1). Portanto, trata-se de pesquisa qualitativa, pois procura traduzir e expressar sentidos de fenômenos do mundo social (Neves, 2016). É exploratória porque busca literalmente explorar o objetivo de pesquisa com o intuito de desenvolver maior familiaridade com o mesmo, o que pode ser feito através de levantamento bibliográfico e análises que estimulem a compreensão de determinados fenômenos (Gil, 2008).

#### 4.2. Seleção e definição do *corpus*

O *corpus* de trabalho dessa pesquisa é composto por oito capas de revistas, sendo quatro de *Veja* e quatro de *Carta Capital*, publicadas entre os anos de 2015 e 2016. As revistas pertencem, respectivamente, aos grupos editoriais Abril e Confiança. Os critérios para escolha destes veículos e período temporal específico foram: as duas revistas são largamente conhecidas do público brasileiro e suas edições são distribuídas tanto por meio impresso quanto digital, o que aumenta as possibilidades de acesso; são consideradas de

posições político-ideológicas opostas: enquanto a revista *Veja* se coloca como mais alinhada ao espectro da direita política, a revista *Carta Capital* se posiciona como veículo alinhado à esquerda, o que acreditou-se que renderia um bom contraste de discursos; no período de 2015 a 2016, o processo de impeachment de Dilma Rousseff estava em andamento e foi amplamente abordado pela mídia brasileira.

Foi efetuada uma varredura inicial de todas as capas encontradas dentro do marco cronológico estabelecido e que traziam estampada a imagem da Presidente ou que faziam alusão ao processo de impeachment. As plataformas utilizadas para tal foram os sites oficiais das revistas, onde encontram-se disponíveis todas as edições em formato eletrônico (trata-se, portanto, de produto derivado da mídia online). Foram encontradas 15 capas da revista *Veja* e 10 capas da revista *Carta Capital* que atendiam a esses critérios. Após leitura minuciosa e submissão das capas a uma primeira “chuva de ideias”, descartou-se aquelas que apresentavam menores possibilidades de análise (nenhum texto verbal, por exemplo) ou que, apesar de trazerem a temática em questão na capa, a mesma não se configurava como o assunto central da edição.

Ao final, foram selecionadas oito capas que passaram a compor o *corpus* definitivo da pesquisa, sendo quatro da revista *Veja* e quatro da revista *Carta Capital*. São elas: edição 2447 de 14 de outubro de 2015, edição 2455 de 09 de dezembro de 2015, edição 2474 de 20 de abril de 2016 e edição 2477 de 11 de maio de 2016, de *Veja*; e edição 861 de 05 de agosto de 2015, edição 894 de 30 de março de 2016, edição 895 de 06 de abril de 2016 e edição 909 de 13 de julho de 2016, de *Carta Capital*.

### 4.3. Procedimentos metodológicos

Tomou-se como base para esse estudo a epistemologia da Psicologia Social Crítica associada à metodologia de análise desenvolvida pela Análise de Discurso Crítica, por entender que essas perspectivas, críticas e propositivas em sua base, direcionam uma atenção especial à função social do discurso, ou seja, ao modo como seus elementos contribuem para o estabelecimento de certos significados e construções de mundo por parte dos indivíduos.

Tendo em vista o fato de o *corpus* de trabalho ser composto por material majoritariamente imagético aliado a conteúdo textual, entendeu-se como apropriada a adoção da proposta de Kostelnick e Hassett (2003) para análise da estrutura visual das

capas das revistas. Esta abordagem foi escolhida por se propor a compreender os discursos tanto sob uma perspectiva multifuncional quanto multimodal. Ao voltar o olhar para a minuciosa diagramação das capas, ressaltando as escolhas dos editores quanto à localização dos elementos e à organização das informações em cada uma delas, destacam-se marcas que materializam suas identidades e conduzem à construção de sentidos específicos.

A partir do que foi definido por Fairclough (2003) no que diz respeito à seleção das categorias de análise, mostraram-se mais explícitas em uma primeira leitura a intertextualidade e o significado das palavras (vocabulário). A primeira chama a atenção pelo fato de propiciar uma análise da movimentação dos textos e as transformações de sentido possivelmente produzidas para o leitor; sendo assim, essa categoria ajuda a entender que o significado não se constrói apenas pelo texto interpretado, mas também por todos os outros textos por detrás dele. Já a segunda categoria se destaca pelo fato de uma escolha lexical não se dar ao acaso, ainda mais no contexto editorial de uma revista; logo, o vocabulário minuciosamente pensado e elencado à chamada de capa possibilita, dialogicamente, produzir sentidos entre editores e público-alvo.

#### 4.4. Diferenciação entre esquerda e direita política

Antes de passar às análises propriamente ditas, cabe pontuar o entendimento dos termos direita e esquerda acolhido nesta pesquisa. Segundo Silva e Moraes (2019), as palavras direita e esquerda se tornaram ligadas a posições políticas durante o período da Revolução Francesa, pois diziam respeito aos lados em que os membros da Assembleia Nacional Constituinte da França decidiam se sentar; enquanto os representantes da burguesia optaram pelo lado direito, para não se misturar aos mais pobres, esses últimos se sentaram ao lado esquerdo. Logo, a direita passou a ser associada às classes mais altas e a princípios conservadores, enquanto a esquerda passou a representar a luta pelos direitos dos menos favorecidos e os princípios progressistas. Nessa linha, Bobbio (1995), sustenta que direita e esquerda são termos antagônicos utilizados para contrastar ideologias, pensamentos e ações políticas. Segundo o autor:

A contraposição entre direita e esquerda representa um típico modo de pensar por díades, a respeito do qual já foram apresentadas as mais diversas explicações –

psicológicas, sociológicas, históricas e mesmo biológicas. Conhecem-se exemplos de díades em todos os campos do saber (Bobbio, 1995, p.32).

Bobbio (1995) define os termos esquerda e direita a partir da díade igualdade-desigualdade. Dessa forma, o critério selecionado por ele para realizar a diferenciação entre direita e esquerda é “a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal de igualdade” (Bobbio, 1995, p. 95). Sendo assim, representantes da esquerda política consideram os indivíduos mais iguais do que desiguais e tem como prioridade a luta por maior justiça social; já para os representantes da direita política, as desigualdades são naturais – inevitáveis – e, sob muitos aspectos, até desejáveis.

Em solo brasileiro, Bresser-Pereira tem construído uma definição dos conceitos de direita e esquerda em diversos artigos (1997; 2000; 2006). O autor contrapõe seu conceito àquele de Bobbio, por não concordar com seu caráter majoritariamente econômico, atrelado à polarização socialista × liberal. Para ele:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas. Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social. (Bresser-Pereira, 2006, pp. 26-27).

É importante observar que, no Brasil, são encontradas algumas incoerências e até mesmo divergências em relação às distinções feitas usualmente por autores europeus entre direita e esquerda. Singer (2002), também referindo-se à definição de Bobbio, aponta que, diferentemente do que ocorre na maioria dos países capitalistas da Europa, não é a questão da igualdade que separa a direita da esquerda no cenário brasileiro, mas

sim os meios para alcançá-la, o que marca uma importante ambiguidade quanto às expectativas da população em relação ao papel do Estado; enquanto a direita é a favor do reforço da autoridade do Estado para manutenção da ordem, a esquerda a contesta na medida em que ela serve para reprimir movimentos sociais e políticos engajados na luta por igualdade, ao mesmo tempo em que cobra do Estado papel ativo na criação e sustentação de políticas redistributivas.

De acordo com Tarouco e Madeira (2013), a leitura brasileira do conceito de liberalismo também é bastante peculiar, pois em vários momentos da história do país a direita se posicionou no sentido de demandar maior intervenção estatal na economia, o que vai de encontro à ideia de Estado mínimo e autorregulação dos mercados preconizada pelos teóricos liberais; outra inconsistência diz respeito às práticas protecionistas, fortemente condenadas pela direita. No Brasil, governos marcadamente alinhados à direita, como aqueles do período da ditadura, foram responsáveis pela adoção de diversas barreiras comerciais à importação com o intuito de proteger o mercado interno da concorrência estrangeira e alavancar o desenvolvimento da indústria nacional.

Há de se ressaltar ainda que, por conta do passado de restrições imposto pela experiência da ditadura militar no país, posições associadas geralmente à direita foram naturalmente incorporadas pela esquerda brasileira, como por exemplo: a importância dada à liberdade, a defesa dos direitos humanos e do constitucionalismo, dentre outras. Por outro lado, a defesa da democracia, bandeira fortemente ligada à esquerda em outros países, se encontra presente no discurso de todos os partidos brasileiros que emergiram a partir da transição do regime autoritário para o regime democrático. Como lembrado por Tarouco e Madeira (2013), a preocupação com a manutenção da ordem democrática se faz presente inclusive em partidos herdeiros do ARENA, interessados em fincar posição sólida na nova configuração nacional. Tal postura estaria de acordo com o que fora colocado por Lipset (1967) de que, no contínuo direita-centro-esquerda, encontra-se uma pluralidade de posicionamentos, mais ou menos arraigados, ao longo de toda a sua extensão; ou seja, várias direitas e várias esquerdas, mais ou menos democráticas, se constituem como possíveis no cenário brasileiro.

Diante disso, opta-se nesse trabalho pela adoção da proposta conceitual de direita e esquerda elaborada por Silva (2014, p. 156), o qual considera que “a esquerda é o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub-representados nas esferas de poder; e a direita é o espectro ideológico que pretende preservar ou ampliar os poderes de

grupos já devidamente representados nas esferas de poder”. Entende-se que esse conceito dialoga com os objetivos da pesquisa, e transcende os aspectos apontados pelos demais, tendo em vista que os indivíduos estariam sujeitos tanto a influências no eixo econômico quanto no eixo moral da sociedade.

Com esses pontos esclarecidos, passe-se agora à análise e discussão do material de pesquisa selecionado.

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Serão produzidas, nessa seção, a análise e a discussão do *corpus* de trabalho, levando em conta seus aspectos formais, visuais, temporais e manifestações retórico-discursivas, buscando compreender como os mesmos se relacionam à construção de discursos específicos sobre o processo de impeachment e a Presidente Dilma Rousseff.

### 5.1. Capas da revista Veja

#### 5.1.1. Capa 1 – “POR QUE CAEM OS PRESIDENTES”

A capa da edição 2447 de 14 de outubro de 2015 de Veja é exibida na figura 2:



Figura 2: Revista Veja, edição 2447, ano 48, nº 41 de 14/10/2015

De acordo com o esquema proposto por Kostelnick e Hassett (2003), tem-se, no campo A, o título da revista na cor vermelha, com as informações sobre a edição dispostas logo abaixo e à direita, em tamanho menor e também na cor vermelha, no campo B. Na área central do campo C encontra-se, em primeiro plano, uma foto de meio corpo em perfil de Dilma Rousseff, com o Palácio do Planalto ao fundo, desfocado. Sua imagem está escura, dando destaque a sua postura: ombros caídos, cabeça baixa, semblante sério e olhar voltado para o chão. Ainda no campo C, três afirmações escritas na cor branca e em caixa alta, fazendo contraste com a imagem sombreada da Presidente, e iniciadas cada

uma com um pequeno quadrado vazado com bordas na cor branca, preenchido com um sinal de visto na cor vermelha; são elas: “ALTAMENTE IMPOPULARES”; “PERDEM APOIO NO CONGRESSO”; “ARRUÍNAM A ECONOMIA DO PAÍS”. Tais afirmações buscam responder à pergunta colocada como chamada de capa, no campo D, em destaque na cor branca e em caixa alta: “POR QUE CAEM OS PRESIDENTES”, acompanhada do subtítulo, logo abaixo, também na cor branca e em caixa alta, porém em tamanho menor: DILMA ROUSSEFF REÚNE AS TRÊS CONDIÇÕES QUE, À LUZ DA HISTÓRIA, SÃO COMUNS AOS GOVERNANTES DE DEMOCRACIAS DESTITUÍDOS DE SEU CARGO”. O campo E não é explorado.

Até o momento da publicação dessa capa, 37 pedidos de impeachment contra a Presidente já haviam sido apresentados à Câmara dos Deputados. De fato, desde que assumiu seu segundo mandato, Dilma já vinha enfrentando um cenário de crise política e econômica que só se agravava, reforçado pela insatisfação crescente tanto da oposição quanto, principalmente, de uma parcela extensiva da população. Em julho de 2015, ela atinge o pico mais baixo de aprovação de um Presidente até então: 9%. É nesse contexto que, um dia após a publicação da edição 2447 de Veja, em 15 de outubro de 2015, é protocolado o pedido de impeachment redigido pelos juristas Hélio Bicudo (figura política de base do PT desde sua fundação até 2005), Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, acolhido por Eduardo Cunha em 2 de dezembro do mesmo ano e que levou à cassação do mandato de Dilma no ano seguinte.

Segundo Bakhtin (2000), ao pensar sobre o processo de produção dos textos, a intertextualidade acentua a historicidade dos mesmos, funcionando como um acréscimo às cadeias de comunicação verbal. A intertextualidade se mostra presente nessa capa nos enunciados trazidos nos campos C e D. Ao elencar os motivos pelos quais a Presidente estaria apta a ser deposta, Veja faz uso de uma estratégia argumentativa de alusão histórica, ou seja, usa de exposição de fatos “À LUZ DA HISTÓRIA” para elencar condições supostamente compartilhadas entre ela e outros governantes que foram afastados do poder, na tentativa de garantir validade à sua posição favorável frente ao cenário de queda da Presidente.

Trazendo os quesitos que levariam Dilma a perder seu mandato em tom de previsão, Veja faz uso de argumento de autoridade para afirmar que o que acontece na História se passa tal como é contado e, logo, é verdade, o que mostra uma tentativa da revista em ocultar o viés ideológico presente em sua narrativa. Ainda de acordo com



Bakhtin (2000), a intertextualidade pressupõe a inclusão da História em um texto e, dessa forma, desse texto na História. Entretanto, isso pode se dar de maneiras distintas: ele pode tanto assimilar ou responder uma narrativa anterior, como também retomá-la, contrapor-la ou retrabalhá-la. Nesse caso, nota-se um esforço de retrabalho das narrativas anteriores – visto que não há como afirmar que os critérios apontados são, de fato, aqueles que levam à queda de um Presidente (diferentes situações, contextos e momentos sociais, culturais, econômicos, históricos e políticos podem gerar milhares de possibilidades quanto a isso) – com o propósito de fixar uma leitura específica dos fatos a seus leitores, ou seja, de que não há outro caminho possível para Dilma senão sua queda do poder.

Pensando na categoria do vocabulário, nota-se o uso do tempo verbal no presente como forma de reafirmar as alegações feitas como verdade: Dilma Rousseff “REÚNE” as três condições para cair; ou seja, não há o que se discutir, está posto pela revista – apesar de, até então, ainda não ter sido aberto nenhum processo de afastamento contra a Presidente –, de que ela comporta todos os traços necessários para colocá-la para fora do Planalto (metaforicamente e literalmente, visto que a foto utilizada faz menção a isso, pois retrata Dilma fora do Palácio, ou seja, fora do poder, destituída).

A imagem escolhida para a capa e que toma todo o campo C também é muito simbólica. Ao ser apresentada com postura cabisbaixa, na penumbra, com olhar taciturno e posicionada fora do Palácio do Planalto – já distante e fora de foco –, a leitura impressa por *Veja* é de que Dilma já está ciente de sua derrota. Sabendo que não há mais como fugir de seu destino, só lhe resta percorrer a rampa de saída de cabeça baixa, envergonhada e entristecida frente ao legado de erros que deixa para trás. Afinal, ela preenche todos os requisitos de um mau governante, pois *Veja* não abre nenhum espaço para contestação.

Além disso, o uso de uma imagem escura, revelando apenas a silhueta da Presidente e deixando a cargo do leitor as interpretações, lembra aquelas modificadas digitalmente para preservar a identidade de criminosos ou de pessoas que não gostariam de se expor em reportagens televisivas. Revela-se uma nova marca de intertextualidade da capa, pois é possível relacionar a imagem sombreada de Dilma a de uma pessoa que precisa se esconder ou que tenha vergonha/medo de aparecer, ou seja, uma possível criminosa ou alguém que não tem coragem suficiente para arcar com as consequências de seus atos, respectivamente. Seja como culpada ou como fraca, em ambos os casos o que

fica marcado é a fixação de uma leitura extremamente negativa de Veja em relação à Presidente.

A junção dos discursos verbal e imagético, tão bem construída nessa capa, visa persuadir o leitor de que o fato anunciado já está consumado. Dilma já não ocupa mais o palco do poder. Tendo errado em todos os sentidos, sai enfraquecida, em total escuridão. Tal posicionamento, direto e pungente, mostra o viés ideológico de Veja, alinhada aos anseios da direita política, que sai às ruas e exige o afastamento da Presidente.

### 5.1.2. Capa 2 – “IMPEACHMENT”

A figura 3 traz a capa da edição 2455 de 09 de dezembro de 2015 de Veja:



Figura 3: Revista Veja, edição 2455, ano 48, nº 46 de 09/12/2015

Começando pela análise da estrutura visual, tal como apresentada por Kostelnick e Hassett (2003), observa-se, no campo A, o título da revista na cor branca, alinhado à direita, com as informações sobre a edição figurando no campo B, também à direita e logo abaixo do título. O campo C é composto, do lado esquerdo, por uma foto de perfil da Presidente Dilma Rousseff, com olhar vazio, semblante sério e expressão de preocupação e, do lado direito, por diversas chamadas textuais – todas na cor branca, em caixa alta, com quadrados vermelhos pontuando cada uma delas – que demarcam o conteúdo temático da capa. As frases são as seguintes, de cima para baixo: “POR QUE É FALSA A GUERRA ENTRE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA”; “O PASSO A PASSO DO PROCESSO QUE VISA A DERRUBAR A PRESIDENTE”; “UMA EX-

CARA-PINTADA E UM EX-PETISTA SÃO OS AUTORES DO PEDIDO”; “A EUFORIA DOS MERCADOS SINALIZA QUE, SEM DILMA, A CONFIANÇA VOLTA”; “COMO A LAVA-JATO DARÁ MUNIÇÃO AOS DEFENSORES DO IMPEDIMENTO”; “O STJ PODE SOLTAR OS CORRUPOTOS E A INDIGNAÇÃO CATALISAR O PROCESSO”; “A PRIMEIRA REAÇÃO DE COLLOR E DILMA FOI A MESMA: CULPAR OS ADVERSÁRIOS”; “POR QUE É INDOLOR NO PARLAMENTARISMO TROCAR GOVERNANTE INCOMPETENTE”. O fundo de toda a capa é escuro, tomado pela escolha da cor preta. No meio da capa, em destaque na cor branca e em caixa alta, com tamanho maior e centralizada, encontra-se a chamada principal: “IMPEACHMENT” – em grande contraste com o fundo negro –, com os dizeres “ESPECIAL 24 PÁGINAS” também centralizado, em caixa alta e localizado logo acima, na cor vermelha e em tamanho menor. O campo D encontra-se fusionado com o campo C, formando um único espaço mais amplo. O campo E é explorado na parte superior da capa, trazendo dois outros destaques da edição; à esquerda, na cor branca, acompanhando uma foto de Luís Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-Presidente Lula, os dizeres: “COM VOCÊ NÃO ACONTECE... mas o caçula de Lula copiou a Wikipédia e ganhou, pelo plágio, 2,5 milhões de reais de uma empresa investigada na Zelotes”; e, à direita, também na cor branca, acompanhando uma imagem representativa do mosquito *Aedes aegypti*, vetor do Zika vírus, a chamada: “PARA ESCAPAR DO ZIKA. O que fazer para se proteger do vírus que apavora as grávidas e ameaça virar epidemia no verão”.

Essa capa foi publicada por Veja uma semana depois do Presidente da Câmara dos Deputados à época – Eduardo Cunha – aceitar a abertura de processo para análise e votação do pedido de impedimento de Dilma Rousseff, protocolado em 15 de outubro de 2015 por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. A escolha pela execução de uma capa escura, com fundo todo preto, e uma fotografia digitalmente modificada da Presidente – a qual acentua uma palidez inicial da parte frontal da face de Dilma – e um progressivo esvanecimento de sua figura à medida que grande parte de seu rosto vai se tornando cada vez mais sombria, fundindo-se ao fundo negro da capa, traz consigo uma conotação negativa da mesma, dando a entender que ela já começa a desaparecer em meio ao processo que acaba de ser instaurado, como um ator indesejado que perde aos poucos seu lugar à luz no palco do poder e adentra na escuridão da insignificância.

Segundo Pastoureau e Simonnet (1997), o preto simboliza a cor da morte; da falta, do pecado, da desonestidade; da tristeza, da solidão, da melancolia; da austeridade, da renúncia, etc. Seria, portanto, responsável pela sensação de perda; de introspecção; de ser devorado pela falta de clareza, de precisão científica ou tecnológica; de escuridão. Não é de se estranhar, portanto, que Veja utilize essa cor com tanto destaque em sua capa e, principalmente, na imagem de Dilma. Ao fazê-lo, associa-a a um conjunto de características e sensações negativas, as quais acentuam a significação que Veja quer passar tanto em relação ao governo de Dilma quanto à própria imagem da Presidente, de ambos chegando ao fim, vivendo seus últimos momentos antes de deixar de existir por completo. Até a pequena parte iluminada de seu rosto, em contraste com a escuridão do restante da capa, chama a atenção do leitor para seu semblante preocupado – olhar vazio, lábios bem fechados, denotando tensão – ou seja, de alguém culpado, que sabe que algo ruim está prestes a acontecer e que não há nada a ser feito quanto a isso.

Sobre o processo de escolha das cores, Guimarães (2003, p. 5) ressalta:

Ao passar por todo o processo de produção e de recepção de imagens, a cor pode incorporar valores, regras e códigos constituídos por sistemas ou por campos semânticos de origens diversas (religiosa, política, técnica, etc.)”. [...] Os resultados dessa adequação aos códigos, sistemas ou campos utilizados, formam camadas de significação que determinam a estrutura narrativa de determinado produto da comunicação.” (Guimarães, 2003, p. 5)

A cor branca, ao contrário da preta, está historicamente associada a características positivas. De acordo com Pastoureau e Simonnet (1997), trata-se da cor da pureza, da castidade, da virgindade, da inocência, da higiene, da limpeza, do frio, do que é estéril; da simplicidade, da discrição, da paz; da sabedoria e da velhice; da aristocracia, da monarquia; do divino, etc. Seus efeitos estariam ligados a uma sensação de harmonia, de paz, de limpeza, ordem, equilíbrio e disciplina, além de calma e tranquilidade para se executar as tarefas necessárias.

Nota-se então que, em contraste nítido com a cor escura do fundo da capa em questão, a chamada principal – “IMPEACHMENT” – é apresentada com letras garrafais e em caixa alta, centralizadas, sobrepondo inclusive parte da foto de Dilma, fazendo uso de um branco imaculado. Itten (1970), ao descrever sua teoria dos sete contrastes de cor,

aponta que o contraste mais nítido de claro-escuro é observado quando se tem o branco em conjunto com o preto. Dilma, escurecida, é tirada de vista para que o verdadeiro dono do show possa brilhar: o processo de impeachment.

O destaque do vocábulo “IMPEACHMENT” é tão claro e chamativo que pode se pensar que Veja direcione, ao mesmo tempo e pelo menos, duas mensagens: uma para aqueles que acompanham de fato o processo e que gostariam de se informar sobre como será o andamento do mesmo através da revista (afinal, Veja traz “24 páginas” sobre o assunto, um “passo a passo do processo”, etc.), mas também uma outra que captura os leitores desavisados, que não se atentam tanto aos assuntos políticos e nem os consomem em profundidade, os quais podem inferir que o impedimento já aconteceu, ou seja, de que Dilma já foi afastada do poder.

Seguindo a mesma linha, ao optar por utilizar a cor branca nas chamadas textuais, as quais apontam o impeachment e diversas formas de amparo a ele, Veja mostra sua posição ideológica, ligada à direita e defensora da saída de Dilma. Para justificar a necessidade do impeachment, Veja traz oito pontos para apoiar seu posicionamento. Alguns chamam bastante a atenção, como “POR QUE É FALSA A GUERRA ENTRE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA” – à época da abertura do processo de impeachment, vários apoiadores de Dilma apontaram que Eduardo Cunha – responsável pela decisão – havia se posicionado nesse sentido como forma de retaliação à retirada do apoio do PT a ele no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, onde corria um processo de cassação de seu mandato por denúncia de corrupção e lavagem de dinheiro. Tal motivo potencial, escuso em sua origem, gerou grande debate e colocou Dilma e Cunha como opostos em uma verdadeira guerra que passou a dividir o Brasil entre “É golpe” e “Não é golpe”, respectivamente. Veja publica a capa no epicentro dos referidos acontecimentos e faz uso da intertextualidade para retomar a discussão. Utilizando essa frase, os editores buscam desconstruir a ideia de que tal oposição entre as duas figuras realmente exista e isso pode ser interpretado de duas formas: de um lado, a chamada parece responder às críticas feitas ao processo de impeachment, dadas as motivações possivelmente antidemocráticas de sua instauração: nesse cenário, não existiria nenhum jogo político por trás da decisão de Cunha, apenas a instauração de um processo democrático previsto na Constituição Brasileira; nesse caso, ele teria procedido de forma correta, pois apenas exerceu o papel que lhe cabia e sua decisão teria sido neutra, isenta de motivações pessoais e desvinculada dos bastidores do poder. Por outro lado, a chamada

também pode reforçar que não há guerra entre Dilma e Cunha pois, do ponto de vista da ética e da idoneidade, os dois estariam do mesmo lado – ou seja, compartilhariam da mesma falta de ética e caráter; Veja se esforça a todo momento para traçar um perfil negativo de Dilma e reforçar que o impeachment seria, de fato, devido. Nessa lógica, ela não pode ser outra coisa que corrupta, tal qual Eduardo Cunha e, por isso, ocupando o mesmo lado da moeda.

Logo em seguida, Veja traz “O PASSO A PASSO DO PROCESSO QUE VISA A DERRUBAR A PRESIDENTE”, colocando-se como especialista sobre o processo de impedimento. Veja sabe o que vai acontecer, conhece como o processo vai se desenrolar e pretende instruir ao leitor. Dessa forma, optando pela revista, o leitor poderá aprender sobre as minúcias do processo, visto que os editores se propõem a explicar cada uma das etapas que levarão ao desfecho almejado, de afastamento de Dilma do poder. A revista seria detentora de um conhecimento que os leitores não possuem, o que caracteriza o uso de um argumento de autoridade para trazer credibilidade à mensagem. Trata-se de uma maneira não só de seduzir o leitor, mas também de tentar manipular sua opinião sobre os fatos, visto que se Veja sabe sobre o assunto, suas conclusões terão validade.

Veja segue com “UMA EX-CARA-PINTADA E UM EX-PETISTA SÃO OS AUTORES DO PEDIDO”. Esta chamada faz referência a dois nomes, respectivamente: Janaina Conceição Paschoal – jurista e política brasileira, atualmente Deputada Estadual no Estado de São Paulo pelo Partido Social Liberal (PSL) –, e Hélio Pereira Bicudo – jurista, ativista dos direitos humanos e político brasileiro já falecido; foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual fez parte até 2005. O “caras-pintadas” foi um movimento estudantil brasileiro que saiu às ruas em 1992 para pedir o impeachment do então Presidente Fernando Collor de Mello. Este foi afastado do cargo após denúncias de corrupção e teve seus direitos políticos suspensos por oito anos. Foi a primeira vez na história do Brasil República que um presidente eleito pelo voto direto foi afastado do poder pela via democrática, o que marcou a força do levante popular em questão. Veja faz uso, mais uma vez, da categoria da intertextualidade ao usar as expressões “ex-cara-pintada” e “ex-petista”, retomando-as como referência para dar credibilidade ao pedido de impeachment de Dilma Rousseff.

Fairclough (2011) aponta que lançar mão de uma perspectiva intertextual é útil para marcar que não apenas um texto é responsável por moldar a interpretação, mas sim todos os textos que os leitores podem trazer para o processo interpretativo. Tomando a

chamada acima como exemplo, pode-se notar alguns dos efeitos possíveis desse processo: de um lado, Veja coloca Janaina Paschoal como alguém que já traz em seu histórico a luta, pela via democrática, contra a corrupção; afinal, participou do movimento que derrubou um Presidente considerado, à época, corrupto. Essa manobra textual reforça aspectos positivos ligados à imagem da primeira autora do pedido. Por outro lado, a revista usa Hélio Bicudo e seu passado ligado não só aos ideais de esquerda, como ao próprio Partido dos Trabalhadores, como alavanca de sustentação para as denúncias feitas contra Dilma Rousseff. Essa junção intertextual cria um ambiente favorável a interpretações que culminem em uma leitura do processo de impeachment atual como legítimo, correto e, sobretudo, democrático.

Outras chamadas seguem, todas visando corroborar uma apresentação positiva do processo de impeachment e uma descrição negativa da Presidente Dilma Rousseff, fazendo escolhas lexicais específicas para este fim: “A EUFORIA DOS MERCADOS SINALIZA QUE, SEM DILMA, A CONFIANÇA VOLTA” – alusão à sabedoria do mercado financeiro sobre o que é melhor para o país. Escolha da palavra “euforia” como marca positiva relacionada à saída de Dilma. A Presidente seria, portanto, ruim para o Brasil; “COMO A LAVA-JATO DARÁ MUNIÇÃO AOS DEFENSORES DO IMPEDIMENTO” – o conjunto de investigações conduzido pela Polícia Federal (PF) conhecia seu ápice de popularidade à época; ao usar a expressão “lava-jato”, Veja busca, mais uma vez, dar credibilidade ao processo de impedimento, pois ancora-se na concepção muito fortemente cristalizada no imaginário de milhares de brasileiros de que a Operação Lava-Jato seria a maior responsável pelo combate efetivo à corrupção no país. Interessante notar que o próprio nome da operação, “lava-jato”, já faz referência direta à questão da limpeza. Logo, se ela está ao lado dos defensores do impeachment, o processo ganha força e legitimidade aos olhos da população: é limpo, é correto, é o caminho certo a ser seguido; “O STJ PODE SOLTAR OS CORRUPOTOS E A INDIGNAÇÃO CATALISAR O PROCESSO” – o STJ encarna aqui o oposto da Lava-Jato, ou seja, uma ameaça ao trabalho de limpeza da máquina pública empreendido pela PF; logo, é sujo, a favor da corrupção, e contra o Brasil. Veja liga a liberação indevida de corruptos à aceleração do processo de afastamento de Dilma, ou seja, cria vínculos entre elementos que não se associariam, a princípio, espontaneamente. Ao colocar os fatos nessa ordem, a revista reitera uma visão negativa da Presidente, associando-a a má condutas e corrupção; “A PRIMEIRA REAÇÃO DE COLLOR E DILMA FOI A MESMA:

CULPAR OS ADVERSÁRIOS” – Veja faz uma ancoragem falaciosa de Dilma em Collor: os dois teriam o mesmo comportamento. Logo, se ele era culpado, ela também o é. Cabe ressaltar que o ex-Presidente foi, posteriormente, absolvido das acusações levantadas contra ele, fato que a revista omite completamente; “POR QUE É INDOLOR NO PARLAMENTARISMO TROCAR GOVERNANTE INCOMPETENTE” – por fim, na última chamada, Veja usa o exemplo do parlamentarismo para reforçar a construção da visão negativa em relação à Presidente, classificando-a como incompetente. Além disso, assegura que no regime parlamentarista, retirá-la do poder seria bem mais fácil, ou seja, no Brasil isso ainda não aconteceu apenas por questões burocráticas. Tal afirmação traveste-se de um aceno ao público inseguro em relação ao processo de impeachment, àqueles que ainda não se decidiram completamente. Ao usar o vocabulário “indolor”, os editores buscam desconstruir a ideia do afastamento como algo temeroso para alguns, assegurando que a passagem de poder pode ser mais tranquila do que eles imaginam.

Olhando para o campo E, temos duas outras chamadas de destaque da edição. A primeira delas, ao lado esquerdo, traz uma foto do filho mais novo de Lula e sugere que o mesmo teria não só cometido um crime de plágio, como também se beneficiado financeiramente com isso. Veja faz uso de um tom irônico visando gerar indignação e instigar revolta em seus leitores, dando a entender que quem é ligado ao PT pode passar por cima da lei e, não só, ser recompensado por isso. Ademais, a revista não perde a oportunidade de reforçar quem de fato seria o maior responsável pela corrupção no país: o ex-Presidente Lula e, de forma mais abrangente, todos aqueles ligados a ele e a seu partido, o PT. Tal chamada reforça uma construção negativa de Dilma, além de apontar seu governo como sendo conivente com a impunidade.

Já ao lado direito, encontra-se a segunda chamada: “PARA ESCAPAR DO ZIKA”, referindo-se à epidemia do Zika vírus, responsável por milhares de casos de microcefalia em bebês no Brasil. A escolha lexical do verbo “escapar” abarca uma variedade de significações, mas todas elas ligadas a “livrar-se” de algo: “fugir, subtrair, sair, desaparecer, subtrair, etc.” (Priberam, n.d.). Além disso, a gíria brasileira “zica”, homófona a “zika”, significa algo ruim, um problema, ou desentendimento; também pode ser interpretada como uma maldição, um momento negativo, um mau presságio ou, ainda, mau agouro. Pensando na relação entre os elementos da capa, pode-se inferir que o Brasil também estaria tentando se livrar de outra “zica”, ou seja, do governo de Dilma, o qual só faz mal para o país, assim como a epidemia do Zika vírus.



Logo, a capa conjuga uma série de construções textuais e imagéticas negativas, situações que o Brasil e os brasileiros não querem vivenciar (corrupção, impunidade, doença...) e que, para todas elas, a solução viria através do afastamento da Presidente, este construído narrativamente como algo positivo e necessário. O fato de a revista ressaltar que serão dedicadas 24 páginas dessa edição à análise do processo de impeachment mostra a importância do tema; o leitor precisa saber sobre isso, e Veja será o veículo melhor instrumentado para informá-los sobre o assunto. Portanto, as escolhas lexicais e estratégias discursivas utilizadas por Veja denotam que seu intuito nunca foi o de descrever imparcialmente os fatos, mas sim de fazer vender um posicionamento alinhado à direita política e aos valores neoliberais, que atendem aos interesses das elites financeiras do país.

### 5.1.3. Capa 3 – “FORA DO BARALHO”

A figura 4 apresenta a capa da edição 2474 de 20 de abril de 2016 de Veja:



Figura 4: Revista Veja, edição 2474, ano 49, nº 36 de 20/04/2016

Partindo do esquema proposto por Kostelnick e Hassett (2003), verifica-se, no campo A, o título da revista na cor amarela, com as informações sobre a edição figurando no campo B, à direita e logo abaixo do título. No campo C aparece a foto oficial da Presidente Dilma, com o rosto rasurado. Ela está sorrindo, portando uma vestimenta de cor clara e a faixa presidencial. O campo D está centralizado e traz, em destaque, na cor

amarela e em caixa alta, os dizeres: “FORA DO BARALHO”, seguidos do seguinte texto, também na cor amarela, logo abaixo: “Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”. O campo E não é utilizado.

A capa em questão foi publicada três dias após a votação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados (realizada no dia 17 de abril de 2016 e com vitória da oposição com 367 votos a favor do parecer que recomendava a abertura do processo contra Dilma). A análise da chamada de destaque, presente no campo D, mostra que *Veja* faz uso da intertextualidade ao usar a expressão “FORA DO BARALHO”. Tal expressão remete a uma outra bastante utilizada no cotidiano brasileiro: “carta fora do baralho”. Esta última serve para passar a ideia de algo ou alguém inútil, excluído, nulo, ineficaz, descartável, que não serve para nada, que não faz falta ou, ainda, com o qual não se pode contar (Aulete, n.d.). Ao retomar essa expressão e associá-la à figura de Dilma Rousseff, a revista classifica a Presidente como alguém que não possui mais nenhuma utilidade ao país, totalmente dispensável e ineficaz. Segundo *Veja*, mesmo que Dilma continuasse ocupando o cargo de Presidente da República, ela já não teria mais como usufruir do poder investido a ela, visto que todo seu capital político estaria esgotado.

Outra marca de intertextualidade presente nessa capa diz respeito ao uso da foto oficial da Presidente representada por um cartaz lambe-lambe sendo “retirado” de um muro, no campo C. Surgido em meados do século XIX como uma nova maneira de propaganda derivada da impressão em massa, o cartaz lambe-lambe se disseminou rapidamente por conta de seu baixo custo de produção. Foi muito utilizado primeiramente por circos, os quais se beneficiavam de sua praticidade, aliada de seus espetáculos itinerantes, passando depois ao status de arte de protesto a partir da Segunda Guerra Mundial. Atualmente, ainda é usado nas ruas das grandes cidades brasileiras para publicidade ou como decoração nos mais diversos espaços (Inhauser, 2015). Ao deturpar o uso da foto oficial (geralmente emoldurada e reservada para uso em lugares de prestígio governamental, tais como gabinetes ministeriais e órgãos públicos federais), reproduzindo-a como um veículo de comunicação popular e de baixo custo, *Veja* associa, mais uma vez, a figura de Dilma a algo descartável ou meramente decorativo, sem utilidade.

Também chama a atenção o fundo do campo C, composto por uma espécie de muro em que o cartaz lambe-lambe está colado. A parede é feia, suja, sem acabamento;

trata-se de um muro de baixa qualidade, em que Dilma se encontra ainda – mesmo que parcialmente –, fixada. Não há como passar despercebido que essa base de fixação pode ser relacionada à base aliada da Presidente, mal construída, mal lapidada, formada por blocos ideologicamente disformes e que pouco a sustentam, de fato. Nota-se uma possível marca de intertextualidade com o fato de que, visando à reeleição de Dilma, o PT compôs chapa com partidos do Centrão, formado por “um grupo de políticos notadamente fisiológicos” (Veiga, 2021, n.d.). Destaca-se também o uso do vocabulário “abandonada”, e mais precisamente, “por seus aliados”, o qual corrobora a interpretação acima.

Ao mesmo tempo, muros chapiscados fazem parte do imaginário social ligado às zonas periféricas das cidades e às camadas mais pobres da população. Lembrando Pannunzio (2021, n.d.), “um muro alto de indigentes blocos de concreto chapiscados numa aspereza feito a da vida tão plena de arestas da maior parte dos brasileiros”. Tendo isso em mente, pode-se ir além e pensar que a escolha de Veja por esse fundo e o fato de o cartaz estar parcialmente rasgado, como que em uma tentativa de desafixá-lo dali, busque apontar para a perda de apoio de Dilma inclusive entre as classes mais humildes, também descontentes com seu governo.

Ainda em relação ao campo C, há de se dar mais atenção para o fato de a imagem ali apresentada estar rasgada/rasurada. Esse detalhe carrega consigo mais um diálogo intertextual, pois aponta para a situação caótica vivida à época pela Presidente, com o julgamento do processo de impeachment em andamento, o crescente descontentamento das massas populares com o governo, as quais protestavam fortemente por sua saída, e as sucessivas tentativas, por parte da oposição, de afastá-la do poder. Além disso, o fato de o cartaz estar sendo retirado do muro pode também passar a ideia de que ele está velho, como um espetáculo que há muito acabou; ou seja, Dilma já é coisa do passado, não ocupa mais o palco do poder. Logo, a imagem retoma a expressão “FORA DO BARALHO” e o texto apresentado no campo D, acentuando a construção de uma imagem negativa da Presidente, alguém rasgada, acabada, que não pertence mais nem ao governo, nem ao jogo político.

Outrossim, o ato de rasgar parcialmente a foto oficial da Presidente pode remeter a agressividade, que ganha maior destaque quando notamos que a rasura está simbolizada na face de Dilma Rousseff, como que em uma tentativa de descaracterizá-la. O cartaz, vandalizado, lembra tristes episódios de violência contra minorias, e sobretudo, contra mulheres, infelizmente tão comuns nos dias atuais. Compete lembrar que, durante os

governos de Dilma, várias políticas públicas de auxílio e combate à violência doméstica – a qual vítima, na maioria esmagadora dos casos, o sexo feminino –, foram implementadas e/ou fomentadas, a saber: a Lei Maria da Penha, o “Disque 180” e o projeto “Mulher, Viver sem Violência” (Fórum, 2014). Aparece, portanto, uma nova marca de intertextualidade bastante simbólica, visto que o discurso agressivo sugerido pelo ato de vandalizar a face de Dilma remete à violência contra as mulheres e às inúmeras manifestações desse cunho que puderam ser vistas durante os protestos contra a Presidente, podendo caracterizar também uma crítica velada aos pequenos avanços alcançados pela categoria nesse quesito.

O fato de Dilma ostentar um largo sorriso no rosto apesar da situação apresentada, como que alheia às agressões e à realidade em que estava inserida, também pode remeter a um despreparo, a uma alienação frente à inutilidade de suas ações e a uma incapacidade de perceber sua derrocada que, segundo Veja, já estava consumada. Agride-se para calar, para colocar a mulher “em seu lugar”, lugar este que nunca deveria ter sido o de Presidente da República; é como se gritassem: tire esse sorriso do rosto, seu momento acabou.

Em todos os textos verbais presentes na capa (campos A, B e D), nota-se o uso da cor amarela. Tal escolha não se deu ao acaso. No imaginário popular, a cor está ligada a uma sensação de alerta, de perigo iminente (vide luzes do semáforo) e é associada até mesmo à falsidade. Segundo Pastoureau e Simonnet (1997), o amarelo seria a cor mais malquista do mundo ocidental: remete aos hereges, aos ladrões, aos traidores... Eles explicam:

A principal razão desse desamor se deve à concorrência desleal com o ouro: com efeito, ao longo dos anos, foi a cor dourada que absorveu os símbolos positivos do amarelo, tudo que evoca o sol, a luz, o calor e, por conseguinte, a vida, a energia, a força, a alegria. O ouro é visto como a cor que brilha, que aquece, que esclarece. O amarelo, privado da parte positiva, tornou-se uma cor apagada, fosca, triste, que lembra o outono, o declínio, a doença... Contrariamente às demais cores de base, que têm todas um duplo simbolismo, o amarelo é a única que guarda apenas o lado negativo. (Pastoureau & Simonnet, 1997, p. 80).

Guimarães (2003, p. 1) coloca que “a consciência de que a cor pode incorporar significados às informações que são coloridas aumentam a responsabilidade do jornalista

ou do designer de notícia”. Logo, ao escolher o amarelo para todos os escritos que emolduram a imagem central de Dilma, pode-se inferir que houve a intenção, por parte dos editores de Veja, de incorporar uma camada a mais de valoração negativa à imagem da Presidente através do uso da cor.

Em relação ao vocabulário utilizado no texto do campo D, observa-se o emprego da palavra presidente com “p” minúsculo. Tal escolha contrasta com o uso habitual do “P” maiúsculo, por deferência, e reforça uma visão negativa e desrespeitosa da revista em relação a Dilma. Ao observar também alguns dos termos utilizados, tais como “batalha”, “vitória”, “perdeu”, “comanda”, “aliados” ... Todas essas escolhas lexicais remetem a um contexto bélico, uma guerra travada nos bastidores do Planalto entre governistas e oposição, com vitória certa destes últimos, haja vista que, segundo Veja, “Dilma já perdeu a batalha do poder”.

Segundo Fairclough (2003), o vocabulário empregado em um texto expressa um determinado ponto de vista que, por conseguinte, revela uma posição sobre um determinado fenômeno. Ao fazer escolhas lexicais tais como o adjetivo “abandonada” ou a própria expressão “FORA DO BARALHO” para representarem a figura da Presidente, Veja busca transmitir uma representação específica da mesma para seus leitores, de uma pessoa fraca, isolada, sem capital político (pois rejeitada até mesmo por seus aliados) e, portanto, sem condições de comandar o Brasil – na guerra política, Dilma é perdedora. Logo, a estratégia argumentativa da revista só aponta, ao final, um caminho possível: a aprovação do impeachment, não havendo outra forma de colocar o país nos eixos senão pela saída de Dilma.

#### 5.1.4. Capa 4 – “TCHAU, QUERIDA. TCHAU, QUERIDO”

A figura 5 apresenta a capa da edição 2477 de 11 de maio de 2016 de Veja:



Figura 5: Revista Veja, edição 2477, ano 49, nº 19 de 11/05/2016

Tomando por base o esquema proposto por Kostelnick e Hassett (2003) para análise da capa em questão, observa-se, no campo A, o título da revista na cor branca, com as informações sobre a edição figurando no campo B, logo abaixo do título. O campo C é tomado por duas fotos de perfil, uma de Eduardo Cunha (Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil de 01 de fevereiro de 2015 a 07 de julho de 2016) em segundo plano e outra de Dilma Rousseff (36ª Presidente do Brasil, de 01 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016) em primeiro plano, ambos apresentando feições sérias. O campo D encontra-se deslocado à direita e em conjunção com o campo E, trazendo em destaque, na cor vermelha, os dizeres: “TCHAU QUERIDA, TCHAU QUERIDO”, seguidos de três trechos menos salientes em cores contrastantes em relação ao fundo escuro; o primeiro, na cor vermelha: “Com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública”; já o segundo e o terceiro trechos, na cor branca: “VEJA acompanhou os últimos dias da presidente” e “Por que a derrocada do deputado é o primeiro revés de Temer”. Na parte superior da capa, no campo E, figura um retângulo de bordas vermelhas em destaque com uma foto do rosto de Lula, ao lado dos dizeres, também na cor vermelha: “NO TOPO DA CADEIA”, seguidos do seguinte trecho na cor branca: “Lula é acusado pelo procurador-geral da República de integrar a ‘organização criminosa’ que se instalou na Petrobrás”.

Começando pela análise da chamada principal, a parte verbal em destaque “TCHAU QUERIDA, TCHAU QUERIDO” faz parte de uma cadeia de textos. Sendo assim, verifica-se uma primeira marca de intertextualidade nesta capa. Tal chamada faz referência ao contato telefônico realizado às 13h32 do dia 16 de março de 2016 entre

Dilma e Lula, o qual fora interceptado pela Polícia Federal e liberado para divulgação pelo então juiz Sérgio Moro. O diálogo gravado foi o seguinte (como divulgado em matéria do G1 de 16/03/2016):

**Dilma:** "Alô."

**Lula:** "Alô."

**Dilma:** "Lula, deixa eu te falar uma coisa."

**Lula:** "Fala, querida. Ahn?"

**Dilma:** "Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!"

**Lula:** "Uhum. Tá bom, tá bom."

**Dilma:** "Só isso, você espera aí que ele tá indo aí."

**Lula:** "Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando."

**Dilma:** "Tá?!"

**Lula:** "Tá bom."

**Dilma:** "Tchau."

**Lula:** "Tchau, querida."

Retomando Bakhtin (2000), nesta primeira relação estabelecida pela chamada principal da revista nota-se uma das características da categoria da intertextualidade, de um texto ser preenchido com palavras de outro, aqui com o intuito de ironizar a possível saída de Dilma do poder. Em uma tentativa de cooperação intertextual, os editores fazem uma referência implícita à expressão “Tchau, querida”, diminuindo a dialogicidade do texto e buscando reforçar uma construção de sentido específica.

A revista *Veja*, ao fazer menção à expressão “Tchau, querida”, colocando-a em destaque em sua capa, recontextualiza a fala de Lula, o que implica uma transformação particular e gera efeitos de sentido que evidenciam seu posicionamento ideológico alinhado aos preceitos político-partidários da direita; *Veja* se coloca, portanto, como favorável ao processo de impeachment da então Presidente. Tal posicionamento é reforçado pelo trecho apresentado logo em seguida, o qual representa o impeachment como a oportunidade de se fazer “uma limpeza inédita na vida pública” no Brasil. Aqui, os autores mostram seu comprometimento com o que consideram desejável, pois realizam

uma avaliação positiva do processo de impeachment e buscaram vender tal posicionamento aos leitores, a maioria descontente com o atual governo e ávida pelo fim do mesmo.

Outro aspecto importante diz respeito à representação de Dilma Rousseff nesta capa. Até o momento, ela ainda não havia sido afastada de seu cargo como Presidente da República, visto que o Senado só aprovou a abertura do processo de impeachment contra ela um dia após a publicação desta capa, no dia 12 de maio de 2016. Entretanto, sua figura é colocada ao lado da de Eduardo Cunha, o qual desde o dia 03 de março de 2016 já era réu em processo no Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Tendo em mente o uso de determinadas imagens e montagens feitas pela mídia, Gomes (2004) ressalta que, além de uma imagem visual, existe também a chamada imagem social ou pública, a qual pode ser considerada como uma representação de algo da ordem da realidade; logo, conceber uma imagem estaria ligado a um processo de construção e desconstrução de verdades, realidades e de legitimidade, em um movimento dialético de acordos e disputas entre a mídia. Para além disso, segundo Weber (2004, p. 262), “a imagem pública é resultante da imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na soma das imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos)”.

Sendo assim, a escolha por colocar as figuras de Dilma Rousseff e de Eduardo Cunha lado a lado, como que em pé de igualdade no que diz respeito à corrupção, busca induzir a uma avaliação negativa da primeira, reforçada pela escolha da foto de perfil – relação intertextual implícita com as fotos de condenados no momento de suas prisões; supõe-se aqui que a Presidente é alguém de má índole e que, por isso, deveria estar atrás das grades. Assim como apontado por Fairclough (2003), aqui a intertextualidade é usada no sentido de cooperação, visando atrelar a imagem de Dilma Rousseff à de uma pessoa criminosa, reforçando uma construção de sentido específica (negativa) sobre a Presidente.

Além disso, no segundo trecho em menor destaque abaixo da chamada principal, na cor branca, Veja já se antecipa ao resultado da votação no Senado, que só aconteceria no dia seguinte, e diz acompanhar “os últimos dias da presidente”, com “p” minúsculo. Tal trecho não só denota o posicionamento ideológico da revista – que marca seu posicionamento a favor do afastamento da Presidente, tido pelos editores como inevitável – como também reforça a representação negativa de Dilma Rousseff ao escolher escrever a função democraticamente investida a ela de Presidente da República com “p”



minúsculo, assim como já havia sido feito na capa analisada anteriormente. Nota-se aqui a relevância da análise da categoria vocabulário proposta por Fairclough (2003), visto que a escolha lexical realizada serve para que uma representação específica possa ser transmitida; nesse caso, a posição da Revista Veja de que Dilma não seria Presidente é suficiente, pois não lhe caberia nem o uso do “P” maiúsculo, por consideração.

As escolhas temporais feitas pela equipe editorial da revista nos dois trechos em menor destaque na parte baixa da capa, em branco, também chamam a atenção: “Veja acompanhou os últimos dias da presidente” – o verbo é utilizado no passado –, “Por que a derrocada do deputado é o primeiro revés de Temer” – o verbo é utilizado no presente. A opção, no primeiro trecho, pelo tempo passado para o verbo acompanhar dá a ideia de algo que já aconteceu, que já passou, ou seja, é como se a Presidente já tivesse sido afastada do poder. Tal interpretação ganha força com o uso, no segundo trecho, do verbo estar no tempo presente, ou seja, dá a entender que Temer já é, naquele momento, o novo Presidente da República, o que ainda não havia acontecido.

Na parte superior da capa, não escapa ao olhar a figura de Lula representado como “NO TOPO DA CADEIA”. Aqui, enxerga-se duas possibilidades: uma primeira marca a intertextualidade com conhecimentos da biologia, pois remete ao conceito de cadeia alimentar – sequência de seres vivos em que um serve de alimento para o outro. Como Lula ocupa o topo da cadeia, seria o animal mais forte, “o predador dos predadores”. Deriva-se daqui a ideia de que se trata do indivíduo mais poderoso e, portanto, mais ameaçador do cenário político atual. Lula equivaleria também, em um segundo cenário de significação literal do vocabulário cadeia, ao maior dos criminosos; seria ele o responsável não só pelos esquemas de corrupção na Petrobrás, mas pela derrocada econômica e moral do país como um todo. Apesar do alvo em destaque, no momento, ser Dilma Rousseff – no centro da capa –, Veja não deixa de lembrar aos seus leitores a representação que faz de Lula, como o grande líder estrategista por trás de todo o esquema de corrupção instaurado no país e comandante do governo da Presidente, sendo a última mais uma vez desmoralizada e representada como inferior em relação a uma figura masculina que teria poder sobre ela e sobre suas decisões.

Chama a atenção também o seguinte trecho na cor branca, ao lado da imagem de Lula: “Lula é acusado pelo procurador-geral da República de integrar a ‘organização criminosa’ que se instalou na Petrobrás”. A expressão “organização criminosa” é

colocada entre aspas, por quê? Ao consultar o artigo 1º, parágrafo 1º da lei nº 12.850/2013, que define o conceito de organização criminosa, encontra-se que:

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Alguns exemplos de organizações criminosas famosas mundialmente são: as máfias (como Nuestra Familia, Cosa Nostra e Yakuza), as gangues (como MS-13, Mungiki, Thompson), os cartéis de drogas (como o de Medellín, de Sinaloa, Los Zetas), a Irmandade Ariana, dentre outras. Em território nacional, encontra-se o Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital, Amigos dos Amigos, Família do Norte e muitos outros. Analisando as características compartilhadas pelas organizações acima, parece haver uma banalização no uso do termo por Veja, com o intuito de fixar uma interpretação fortemente negativa à imagem de Lula. Talvez o uso das aspas se faça justamente pelo fato de a equipe editorial da revista ter ciência de que o conceito não caberia à situação analisada.

Além disso, apesar dos esforços da revista em categorizar Lula como criminoso, o uso do vocabulário “acusado” marca a diferença com o significado que a revista quer imprimir, de “culpado”. Todos os detalhes apontam para uma manipulação das informações visando fixar um sentido específico para o público: a foto de perfil do ex-Presidente, com expressão altiva, de soberba; a borda circundando sua imagem, chamando a atenção para o verdadeiro criminoso; o uso da cor vermelha, ligada à sensação de perigo, sangue, violência (Pastoureau & Simonnet, 1997).

A cor vermelha também é usada para dar destaque aos aspectos considerados como mais relevantes pelos criadores da capa. Além de fazer contraste com o fundo escuro, o vermelho está normalmente associado a uma sensação de urgência, perigo, risco (sinalizações de alerta, por exemplo, são quase sempre vermelhas). Não por acaso, também é a cor usada no símbolo do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual pertencem tanto Dilma quanto Lula.

Falando ainda sobre a escolha das cores, como na primeira capa analisada, aqui também Veja faz uso do fundo preto, responsável por uma sensação de luto, morte, desaparecimento (Pastoureau & Simonnet, 1997). Neste caso, Dilma também esvanece na escuridão, tendo iluminada apenas sua feição, bastante séria. Em contrapartida, tanto o título da revista quanto os dois trechos que apontam para o cenário utópico de concretização do processo de impeachment estão na cor branca, ou seja, associam-se à pureza, à paz e à tão falada limpeza política.

Assim sendo, diversas são as marcas linguísticas e visuais presentes nesta capa que permitem captar o viés político e ideológico da revista Veja, tanto em relação ao processo de impeachment, ao qual são favoráveis, quanto à imagem da Presidente Dilma Rousseff, retratada de forma negativa, fraca e já se despedindo do poder – vide a composição de cores sombria da capa, com o slogan “Tchau Querida” em evidência, além do olhar preocupado e distante de Dilma e o posicionamento estratégico de sua imagem de perfil associada à de um criminoso conhecido do público.

## 5.2. Capas da revista Carta Capital

### 5.2.1. Capa 1 – “A SORTE ESTÁ LANÇADA”

A figura 6 apresenta a capa da edição 861 da revista Carta Capital, publicada em 05 de agosto de 2015:



Figura 6: Revista Carta Capital, edição 861 de 05/08/2015

Partindo do esquema proposta por Kostelnick e Hassett (2003), tem-se, ocupando os campos A e B, o título da revista, sendo “Carta” na cor vermelha e “Capital” na cor branca, com o nome da editora e seu site figurando logo abaixo, respectivamente aos lados direito e esquerdo, em letras menores, na cor branca (o código de barras e as informações referentes à edição se encontram no campo E, ao lado esquerdo e próximas ao título). O campo C traz a imagem de uma mão em movimento, segurando uma carta de baralho (dama de paus), em um fundo verde texturizado. No campo D, encontra-se a chamada principal, formada por duas partes: a palavra “Impeachment”, na cor amarela, seguida da frase “A SORTE ESTÁ LANÇADA”, em caixa alta e na cor branca. Na parte superior da capa (campo E) aparecem quatro destaques, todos em um fundo branco. Três deles estão na cor preta e com o título em negrito; eles trazem as seguintes informações, da esquerda para a direita: “MAURICIO DIAS – O juiz Moro pretende recriar a Politeia imaginada por Platão”; “LAVA JATO – Denúncias ainda à espera de investigação”; “SAÚDE – É preciso ou não criar mais faculdades de medicina?”. O quarto destaque, localizado do lado direito, apresenta os dizeres “+QI – A tatuagem sai do gueto e cai no samba – Pág. 55”, os quais aparecem em preto, amarelo e branco dentro de um círculo azul, acompanhando uma imagem de um homem idoso ostentando tatuagens, bigode e barba grandes, óculos coloridos e um chapéu vermelho.

Ao observar o uso da palavra em destaque ligada ao impeachment, “sorte”, presente na chamada principal – apresentada no campo D –, nota-se a importância da análise do vocabulário no contexto da prática discursiva. Segundo Fairclough (2003), traços linguísticos podem especificar maneiras particulares de representação de aspectos do mundo, ou seja, podem ser vistos como responsáveis pela criação de um discurso específico a respeito de um fenômeno, processo ou acontecimento, com o intuito de transmissão de uma determinada ideia ou representação. Um desses traços é justamente o vocabulário.

Assim, a escolha pela palavra “sorte” faz com que a abordagem do processo de impeachment na capa de Carta Capital seja bem distinta daquela encontrada nas capas analisadas da Revista Veja, pois enquanto as últimas dão o impedimento de Dilma como certo e buscam o tempo todo traçar estratégias argumentativas visando persuadir seus leitores das razões pelas quais o posicionamento a favor do processo é o correto, a primeira traz a dúvida para o cenário; ao ligar “a sorte está lançada” ao impeachment,

entende-se que nada está certo, pelo contrário. Dilma tanto pode se manter no poder quanto ser impedida, estando seu destino nas mãos do acaso.

Falando em mãos, o campo C chama a atenção justamente por apresentar uma mão segurando uma carta de baralho da dama de paus. Há uma alusão de movimento na imagem, como se realmente a carta – e, portanto, a “sorte” – estivessem sendo lançadas. Várias marcas de intertextualidade se desprendem dessa imagem; primeiramente, o fundo é composto por uma textura verde que remete ao tampo das mesas de cassino. O próprio baralho, representado na capa pela presença da carta da dama de paus, é usado em diversos tipos de jogos de cassino – vinte-e-um, baccará, pôquer, etc. Cassinos são locais onde as pessoas geralmente se rendem aos jogos de azar. Estes últimos podem ser entendidos como jogos em que as probabilidades de ganhar ou perder não dependem da habilidade do jogador, mas exclusivamente ou, principalmente, da sorte. Daí pode-se inferir que, ao usar esta imagem e ligá-la à questão do impeachment de Dilma, Carta Capital entende que a decisão não vai se pautar pela análise do processo em si, ou seja, a legalidade do mesmo, a força das provas, testemunhos, etc., mas sim do jogo político estabelecido e de quem terá, no final, a “sorte” de ganhar – Dilma (e, nesse caso, ela não cairia) ou a oposição (que, nesse caso, a afastaria do poder).

Nota-se ainda na imagem que a mão que segura a carta é uma mão aparentemente masculina. Como a carta da dama de paus faz alusão à figura de Dilma Rousseff, a escolha de um homem para determinar seu destino é bastante simbólica. Trata-se da primeira mulher eleita Presidente da República na história do Brasil, e uma das pouquíssimas que alcançaram esse feito no mundo. Não é de se estranhar que, cercada de uma maioria masculina absoluta, Dilma tenha seu futuro nas mãos de um homem. Foi Eduardo Cunha, um homem, o responsável pela abertura do processo de impeachment; dos 65 integrantes da comissão especial de análise das denúncias contra ela, apenas três eram mulheres; e, ao ser deposta, foi também substituída por um homem, o vice-presidente Michel Temer.

Essa mão masculina, que desaparece em um movimento brusco de lançamento da carta, também pode fazer alusão à “mão invisível do mercado”, de Adam Smith (1759, pp. 127-128):

Os ricos consomem pouco mais do que os pobres e, apesar de seu egoísmo e de sua rapacidade naturais, embora desejem apenas sua própria conveniência, embora o único fim ao qual destinem as labutas de todos os milhares que

empregam seja a gratificação de seus próprios desejos vãos e insaciáveis, eles dividem com os pobres o fruto de todos os seus melhoramentos. São levados por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição do que é necessário à vida, que teria sido feita se a Terra tivesse sido dividida em porções iguais entre todos os seus habitantes, e assim, sem o pretender, sem o saber, promovem o interesse da sociedade e fornecem os meios para a multiplicação da espécie.

Na visão de Smith (1759), quanto maior a liberdade das pessoas para realizarem seus negócios (comprar, vender, produzir...), mais equilibrada será a economia, pois todas buscam naturalmente as condições mais vantajosas para si mesmas no processo, gerando uma autorregulação (a famosa “mão invisível”). A expressão, apesar de não ter tanto destaque nas obras do autor, ganhou destaque nas mãos dos defensores do liberalismo econômico. O discurso de um mercado autorregulado, com a menor intervenção estatal possível, ganha força sempre que políticas intervencionistas são utilizadas com maior peso pelos governantes, como foi o caso de Dilma. Diante de um histórico de pactos conciliatórios com o setor financeiro estabelecidos nos governos Lula, com os quais a Presidente não concordava e, por isso, não prezou por manter, Dilma deflagra uma guerra contra o grande capital e força a queda das taxas de juros bancárias, momentaneamente, através da pressão exercida pelos bancos públicos sobre os bancos privados. Tal manobra dura pouco, pois logo o Banco Central toma de volta as rédeas do poder e devolve o controle da política econômica nacional ao mercado financeiro. Entretanto, as relações estavam acabadas. Por isso, a mão dos donos do capital, em sua maioria homens, também é especialmente importante na definição do destino de Dilma no que diz respeito ao impeachment. A mão do mercado se materializa a partir da queda de Dilma, tornando-se visível por alguns instantes. A Presidente é só uma carta no baralho dos donos do capital e, por isso, pode ser facilmente descartada. Com a subida de Michel Temer ao poder, o “equilíbrio” é reestabelecido, com a adoção de políticas favoráveis aos desejos do mercado.

Olhando agora para os destaques presentes no campo E, nota-se que os três se encontram fora do fundo verde do cassino, ou seja, são situações que não dependem apenas da sorte e, por isso, não podem ser imputadas ao acaso. Da esquerda para a direita, o primeiro deles apresenta uma chamada sobre o então juiz Sérgio Moro e seu desejo de recriar a “Politeia de Platão”. Originalmente, o termo faz referência a um modelo de

organização política da cidade baseado na efetivação de um sistema educacional bem ordenado e eficiente, o qual tornaria desnecessário o estabelecimento de uma legislação escrita. Segundo Estelita (2015, p. 36):

[...] Platão, no *Político*, de forma semelhante ao que já havia elaborado na *República*, proporá então a tese ousada de que um governante sábio e conhecedor da ciência política encontrar-se-á acima do *nómos* e administrará a vida na comunidade, portanto, independentemente de qualquer lei ou regulamento escrito, dando origem, com isso, à única e verdadeira *politeía*, a qual possuirá um caráter genuinamente absolutista.

Necessariamente, pois, parece que entre todas as constituições, esta será absoluta e unicamente a exata, na qual os chefes seriam possuidores da ciência verdadeira e não de um simulacro de ciência; e esses chefes, quer se apoiem ou não em leis, quer sejam desejados ou apenas suportados, pobres ou ricos, nada disso assume a menor importância na apreciação desta norma exata. (Platão, em tradução de Paleikat & Cruz Costa, 1991, p. 406).

Tem-se que o juiz Sérgio Moro seria o governante absolutista, o qual está acima das leis e que, deste modo, pode determinar os rumos dos processos que analisa como bem entender. Tal passagem faz referência à condução dos processos que Moro tinha acesso como juiz responsável pelo julgamento, em primeira instância, das ações da Operação Lava Jato. O segundo destaque trazido pela revista é uma continuação do primeiro: ao ressaltar que outras denúncias seguem sem investigação por parte da Lava Jato, Carta Capital aponta que a operação é parcial, assim como seu líder, Moro; como o que importa não são as leis, os processos não estariam sendo julgados da mesma maneira, dando a entender que processos que prejudiquem a Presidente, seus aliados e seu partido tenham preferência na fila de investigação. Seria a operação seletiva em relação ao que e a quem investigar? Ao fazer tais associações, Carta Capital coloca em xeque a credibilidade da Operação Lava Jato e de Sérgio Moro, e assume sua posição política-ideológica aliada à esquerda e contrária ao processo de impeachment instaurado contra Dilma Rousseff.

O terceiro destaque trazido no campo E questiona, indiretamente, as políticas públicas voltadas à educação aplicadas pelo governo Dilma Rousseff. À época, a Presidente queria criar novos cursos de medicina em universidades particulares de 22 cidades, dando prioridade às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. A medida fazia parte da política de expansão de vagas por meio do Programa Mais Médicos e, segundo a secretária de Supervisão da Educação Superior do MEC, Marta Abramo, visava espalhar a formação pelos territórios brasileiros, ampliando o acesso e fugindo do eixo de concentração Sul-Sudeste (Martins, 2015). O Conselho Federal de Medicina se posicionou, à época, contrariamente às medidas. Carta Capital, ao trazer esse tema para debate, estabelece uma relação intertextual com o slogan do governo de Dilma Rousseff: “pátria educadora”. Estaria a Presidente seguindo na direção adequada? Dilma está acertando ou errando? A revista se coloca, em sua capa, como veículo de perguntas, diferentemente do movimento de Veja, a qual se coloca como veículo de respostas.

Por fim, o último destaque do campo E difere dos outros três em formato e estilo. É o único acompanhado de uma imagem e cujo texto está destacado com cores diferentes e em fundo diferenciado. A foto de um Senhor tatuado remete a alguém descolado, moderno, fora dos padrões conservadores; o texto verbal complementa a imagem de forma extremamente astuta: “+QI – a tatuagem sai do gueto e cai no samba”. Ora, algo que durante muito tempo fora marginalizado, visto com maus olhos, tinha se tornado popular, “POP”. E mais: o vocábulo QI não foi colocado à toa; +QI, para além de uma seção específica da revista, também pode fazer referência ao quociente de inteligência – valor obtido por meio de testes específicos para avaliação das capacidades cognitivas de um indivíduo. Logo, desconstruir preconceitos, rever as leituras feitas a respeito da tatuagem e de tudo aquilo que já foi marginalizado é sinal de inteligência, algo positivo de se fazer. Pensando em marginalização e como tal característica pode se associar à figura da Presidente Dilma Rousseff, lembra-se que a mesma, quando jovem, participou da luta revolucionária contra a ditadura militar. Àquela época era, portanto, marginalizada, circulava por espaços de ilegalidade e, como consequência, malvista. Carta Capital pode, com essa alusão, buscar uma atenuação da imagem negativa da Presidente, tão julgada por todos os lados. Afinal, sair da luta armada contra o autoritarismo e se tornar a primeira Presidente mulher de um país de proporções continentais como o Brasil, marcado por contrastes imensos, é “POP”, é “COOL” e merece, sobretudo, respeito.



### 5.2.2. Capa 2 – “OS ENSAÍSTAS DO GOLPE”

Em sua edição 894 – “edição especial da crise” – de 30 de março de 2016, Carta Capital traz a seguinte capa:



Figura 7: Revista Carta Capital, edição especial da crise, ano XX, nº 894 de 30/03/2016

A partir do esquema proposto por Kostelnick e Hassett (2003), nota-se, no campo A, o título da revista nas cores vermelha e branca, seguido pelas informações sobre a edição no campo B, logo abaixo do título, à direita (o código de barras se encontra no campo E, no canto inferior direito). No campo C e tomando partes do campo E, encontra-se a imagem principal, ultrapassando os campos B e A e representando quatro figuras do cenário político brasileiro em destaque, da esquerda para a direita, como “os ensaístas do golpe”: Eduardo Cunha (Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil de 1º de fevereiro de 2015 a 7 de julho de 2016), José Serra (Senador por São Paulo de 1º de fevereiro de 2015 até a atualidade), Gilmar Mendes (Ministro do Supremo Tribunal Federal de 20 de junho de 2002 até a atualidade) e Sérgio Moro (Juiz Federal do TRF da 4ª Região de 26 de junho de 1996 a 19 de novembro de 2018). Centralizada e em destaque, a imagem da Rede Globo de Televisão, inclusive sobrepondo-se ao título da revista. No campo D, à esquerda, encontramos a chamada principal: “Os ensaístas do GOLPE”, com a palavra golpe em destaque, na cor amarela e com forma diferenciada; no campo D, à direita, as figuras de Dilma e Lula são representadas de forma diminuta, porém nas cores originais da foto, enquanto as figuras em destaque, modificadas digitalmente, se apresentam na cor

azul. Na parte superior da capa, os dizeres: “edição especial da crise” na cor preta e em fundo branco.

A análise da imagem principal mostra um grupo de personalidades brasileiras aliadas politicamente à direita e que atuaram de forma preponderante na instauração, no andamento e nos desdobramentos do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Eles são representados aqui como “os ensaístas do golpe”, mas por quê? Surge a necessidade de serem analisados, separadamente, os papéis de cada um deles no caso.

O primeiro que se vê, no canto esquerdo da capa, é Eduardo Cunha (PMDB), com semblante agressivo e boca entreaberta. Segundo coluna publicada pelo jornal El País no dia primeiro de setembro de 2016, Cunha tinha interesse em negociar a manutenção de seu mandato, em perigo desde a instauração de um processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética. Dependia do voto de três integrantes do PT para ser absolvido, porém nenhum deles aceitou votar a seu favor. Indignado com a retirada de apoio do PT à sua causa, Cunha deu andamento ao pedido de admissibilidade do impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff. Sobre esse episódio, Michel Temer (vice-presidente à época e um dos que mais se beneficiou com a saída de Dilma) confirmou o ocorrido, em entrevista concedida à TV Bandeirantes e analisada em 16 de abril de 2017 por Fábio Góis, em matéria do site jornalístico Congresso em foco:

“Ele [Cunha], na verdade... Até vou contar um episódio aqui, que foi o seguinte...”, disse Temer, dando outro rumo à prosa. “Em uma ocasião, ele foi me procurar – e isso era umas duas horas da tarde, mais ou menos – dizendo: ‘Olha, eu hoje vou arquivar todos os pedidos de impeachment da presidente – e eram dez ou 12 pedidos –, porque prometeram-me os três votos do PT no Conselho de Ética’. Eu disse: ‘Ora, que bom. Muito bom. Assim acaba com essa história de você estar na oposição, etc. Até porque, convenhamos, eu sou o vice-presidente da República, do PMDB, e fica muito mal essa situação de você, a todo momento, estar se posicionando como opositorista’”, relatou o peemedebista, dando continuidade à narrativa. “Naquele dia, curiosamente, tinha uma reunião dos governadores com a então senhora presidente Dilma Rousseff. Eu fui ao Palácio da Alvorada, onde se daria a reunião, e ela estava na biblioteca. Eu fui até a biblioteca e disse: ‘Presidente, pode ficar tranquila porque o presidente [da Câmara] Eduardo Cunha me disse, agora, que vai arquivar todos os processos de

impedimento’. Ela disse: ‘Ô, que coisa boa.’ Até, convenhamos, ela foi muito tranquila para a reunião com os governadores. Pois bem. No dia seguinte, eu vejo logo o noticiário dizendo que o presidente do partido – o PT, naturalmente – e os três membros do PT se insurgiam contra aquela fala e votariam contra [Cunha]. Quando foi três horas da tarde, mais ou menos, ele me ligou dizendo: ‘Olha, tudo aquilo que eu disse não vale, porque agora eu vou chamar a imprensa e dar início ao processo de impedimento. Então, veja que coisa curiosa: se o PT tivesse votado nele naquela comissão de ética, é muito provável que a senhora presidente continuasse [no mandato]’”.

O segundo personagem, ainda à esquerda, é o senador de oposição José Serra (PSDB), representado com olhos esbugalhados e fazendo um movimento ameaçador com as mãos na direção das figuras de Dilma e Lula. Serra já havia concorrido à Presidência da República em 2002, perdendo no segundo turno para Lula (PT) e em 2010, perdendo também no segundo turno, dessa vez para a própria Dilma (PT). Com o impedimento da Presidente consumado em 2016, foi convidado por Michel Temer para ser Ministro das Relações Exteriores. Ficou conhecido como um dos grandes articuladores do golpe nos bastidores e, em inúmeras oportunidades, se pronunciou a respeito do impeachment de Dilma, dando o mesmo como “certo” e se opondo à narrativa de golpe. Segundo reportagem do jornal El País de 31 de março de 2016, o senador afirmou que a queda do Governo seria benéfica para o Brasil: “Já vimos que só com a proximidade da queda da Dilma a taxa de risco caiu mais de 100 pontos. A mudança de Governo trará imediatamente algumas melhoras, porque cria novas expectativas nas pessoas. A mudança é saudável”. Em outra reportagem do jornal El País, de 25 de maio de 2016, José Serra (já ocupando o cargo de Ministro das Relações Exteriores) ordenou aos diplomatas brasileiros que fossem combatidas ativamente todas as alegações feitas por Governos, organismos internacionais e órgãos de imprensa de que o impeachment de Dilma Rousseff tivesse sido um “golpe parlamentar”.

Terceira figura representada na capa da revista Carta Capital, à direita e mais ao centro, o ministro do STF Gilmar Mendes aparece com olhar rebaixado e semblante agressivo na direção de Dilma e Lula. Foi nomeado ao cargo por Fernando Henrique Cardoso em 2002 e, segundo reportagem do DW de primeiro de abril de 2016, “rotineiramente é alvo de críticas por sua proximidade com figuras da oposição [ao

Governo Dilma]”, tais como Aécio Neves e José Serra. No ápice da crise do Governo Dilma, após liberação do áudio obtido através de interceptação ilegal determinada por Sérgio Moro da conversa entre Dilma e Lula em 16 de março de 2016 (vide transcrição mais acima), Mendes suspendeu a nomeação de Lula como Ministro da Casa Civil. Além disso, em um pedido de impeachment protocolado contra ele por juristas e membros da sociedade civil no Senado Federal e divulgado pelo site jornalístico Congresso em foco em 13 de setembro de 2016, o denunciado:

[...] no exercício de suas funções judicantes, tem-se mostrado extremamente leniente com relação a casos de interesse do PSDB e de seus filiados, tanto quanto extremamente rigoroso no julgamento de casos de interesse do Partido dos Trabalhadores e de seus filiados, não escondendo sua simpatia por aqueles e sua ojeriza por estes. [...] esse comportamento de S. Excia. ofende ao princípio da impessoalidade, inscrito no art. 37 da Constituição da República. O interesse, aqui, não é discutir o fundamento das decisões apontadas e a pertinência dos meios processuais utilizados, não obstante em alguns casos extremamente discutíveis; mas sim apontar a coincidência que faz o Sr. Ministro pender invariavelmente a favor do PSDB e contra o PT.

Último personagem representado com destaque na capa da revista é Sérgio Moro, no canto direito, com a boca aberta, possivelmente indicando o então juiz em ação. Responsável pelos processos da Operação Lava Jato, determinou a quebra do sigilo e liberação de conversas entre Lula e Dilma – obtidas ilegalmente – no dia 16 de março de 2016, o que prejudicou substancialmente a imagem da Presidente em um momento chave do processo de impeachment. Reportagem de 24 de novembro de 2019 do jornal Folha de São Paulo, em parceria com o site jornalístico The Intercept Brasil, afirma que Moro contrariou o padrão que seguia ao divulgar o grampo de Lula, pois o juiz não tornou públicos outros casos em que houve escuta telefônica. Além disso, ainda segundo a reportagem, Moro sabia da existência de outros diálogos, os quais apontavam que a indicação de Lula à Casa Civil visava garantir a governabilidade de Dilma e não uma blindagem do ex-Presidente contra as investigações conduzidas por ele, mas optou por omiti-los para não ter enfraquecida a tese que usava para sustentar suas ações naquele momento.

Diante do exposto, percebe-se que a capa traz várias suposições acerca dos personagens retratados e é propositalmente grotesca, denotando uma intertextualidade com filmes de terror clássicos dos anos 1980. A chamada principal, fazendo uso de tipografia típica desse gênero cinematográfico, carrega consigo uma avaliação negativa, medonha, indesejável dos ensaístas do golpe, todos unidos de um mesmo lado contra o governo petista. Nota-se também que as fotos dos quatro personagens em destaque na capa foram digitalmente modificadas, de forma exagerada, dando destaque à cor azul. Trata-se de um processo de deformação das cores originais, tal como explicado por Guimarães (2002, p. 160):

A deformação é a mais conhecida e combatida ação negativa da cor. Alteram-se as cores, muitas vezes de forma sutil, outras de forma extremada. Com essa alteração, deforma-se a imagem original e normalmente valores negativos são incorporados. Dependendo da expectativa dos receptores daquela informação, a deformação pode ser bem ou mal recebida, o que me leva a considerar que a deformação pode ser tanto uma ação positiva quanto uma ação negativa, quando se altera a informação original, induzindo o leitor a incorporar valores depreciativos ou positivos que interfiram na sua liberdade interpretativa.

Reafirma-se o caráter negativo que Carta Capital busca atribuir aos ensaístas do golpe. Por outro lado, ao modificar o enfoque para os detalhes, sobressaltam as expressões faciais ostentadas pelos personagens, bastante caricatas. Dessa forma, os mesmos elementos, antes assustadores, podem dar lugar a um terror “pastelão”, bobo, ao melhor estilo “Trapalhões”; ou um terror *trash*, de baixo nível, que não tem credibilidade. Tem-se, a partir daqui, que aqueles que ensaiam o golpe o fazem de forma atrapalhada, absurda, sem sentido, fora da realidade. As manobras são desastradas, visam colocar medo, mas acabam, por vezes, arrancando risadas do público. Trata-se de crítica contundente e debochada dos editores da revista ao teor das supostas acusações contra Dilma, a princípio assustadoras, mas que seriam, ao final, totalmente falsas, descabidas, infundadas e, em certo nível, até engraçadas.

Uma terceira possibilidade no que diz respeito à interpretação da imagem dos ensaístas do golpe se liga à estética dos filmes de vampiros. Esses últimos são, a princípio, figuras assustadoras, que se alimentam de outras pessoas para viver. Levando para o

contexto político, seriam personagens ruins, sugadores, ávidos por poder... Entretanto, filmes de vampiros também são grandes sucessos de Hollywood e extremamente populares no mundo todo (Roso, 2021). Seriam essas figuras realmente ameaçadoras? Ou, ao serem retratadas como possíveis vampiros, ganham contornos “POP”, culturalmente valorizados? À época, o juiz Sérgio Moro, por exemplo, era tido como o grande herói brasileiro na luta contra a corrupção, sendo muitas vezes retratado até como o Super-Homem, com superpoderes... Ora, não são os vampiros também dotados de superpoderes? Um dos mais marcantes é a imortalidade. Estariam os ensaístas do golpe, representantes dos anseios políticos da direita, tentando tomar de volta o poder para governarem eternamente a partir de seus princípios, sustentando o *status quo*?

Ao olhar para Lula e Dilma, tem-se que ambos são representados em tamanho menor, como vítimas desses quatro “monstros do terror”. Tal representação é construída não só por esse viés, mas também pelo enquadre dado à imagem, com o olhar dos monstros de cima para baixo e com a “lua cheia” – representada pelo símbolo da Rede Globo –, em tamanho desproporcionalmente grande, iluminando e dando força ao conjunto dessas “criaturas monstruosas”. Trata-se de representação extremamente danosa para Dilma, visto que a mesma é retratada como pequenina, indefesa, presa fácil dos monstros que a atacam. Entretanto, ao olhar mais atentamente as expressões faciais de Lula e, principalmente, de Dilma, nota-se que não se trata de alguém com medo, mas sim de alguém segurando o riso, o que reforça o cenário de terror de baixo nível, pastelão; parece que nem mesmo a Presidente estaria levando a sério as ameaças ensaiadas contra ela, tudo assemelhando-se a uma grande encenação atrapalhada. Diante desse contexto, Carta Capital parece querer construir uma representação do processo de impeachment como algo desastroso, descabido, mal articulado e que não tem chance nenhuma de dar certo, configurando-se, no máximo, como uma piada de mal gosto.

Já no que diz respeito à Presidente, se Carta Capital buscava construir, de alguma forma, uma representação positiva da mesma, essa capa não foi bem sucedida. Pelo contrário, a escolha pela apresentação de Dilma Rousseff, além de minúscula, colocada ao lado de Lula, abre espaço para inúmeras críticas. A postura do ex-Presidente na imagem pode ser entendida como que “a instruindo”, algo que por muitas vezes foi apontado pela oposição, como se pode verificar, por exemplo, em reportagem do jornal Estadão de 4 de outubro de 2010, em que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que o Brasil precisa de “políticos reais” e que Dilma seria “fantoche” de Lula, o

qual ele classificou como “rolo compressor”. Neste cenário, a Presidente estaria sendo representada negativamente, como alguém fraco, sem poder, passivo, despreparado e sem opinião própria, grudado à figura do ex-Presidente que, supostamente, direcionaria todas as suas falas e ações.

Ressalta-se que a Rede Globo é representada na capa como a grande responsável pela articulação e disseminação dos “ensaios” ligados ao golpe, pois alimenta todo o cenário grotesco colocado contra Dilma e Lula. A emissora é representada como a lua cheia; sabe-se que, em diversas obras literárias e cinematográficas, o período da lua cheia libera os monstros, faz com que ganhem superpoderes, etc. Os vampiros se fortalecem, os lobisomens se transformam e saem à procura de suas vítimas... Ao fazer essa ligação, Carta Capital aponta que os articuladores da oposição ganhariam mais força, se tornariam mais poderosos a partir da tratativa que a Globo daria, em suas mídias, tanto ao golpe quanto a todo o contexto e personagens nele envolvidos.

Além disso, como pode ser observado na imagem, a Rede Globo lança luz sobre Lula e Dilma, como se os dois fossem personagens de uma peça de teatro. Ao considerar o processo de consumo dos textos, Fairclough (2001) lembra a importância de considerar as implicações interpretativas das particularidades intertextuais e interdiscursivas dos textos, pois não seria somente “um texto” responsável pela moldagem de uma interpretação, mas sim os outros textos que os leitores, em maior ou menor grau, trazem para o processo. Diante disso, nota-se que a expressão utilizada pelos editores da capa é “os ensaístas do golpe”; ensaístas: literalmente, aqueles que escrevem ensaios; porém, em uma leitura leiga, também poderia remeter àqueles que ensaiam, ou seja, àqueles que encenam algo: atores. Tal leitura é reforçada pela própria presença do símbolo da emissora Globo e tudo o que ela representa em termos de entretenimento para a população: “fábrica de atores”, “melhores novelas do país”, etc. Ou seja, não seriam quaisquer atores, mas atores globais, com credibilidade e aparato institucional para vender a novela que quiserem. Seria o golpe, portanto, algo encenado? Um teatro criado pela oposição para desestabilizar o governo, instaurando um cenário caótico a nível nacional? A chamada presente no campo E, no topo da capa, dá indícios nesse sentido: “EDIÇÃO ESPECIAL DA CRISE”, e não do golpe ou do impeachment. Ressalta-se a importância da escolha lexical da palavra “crise” e as diversas construções de sentido que podem a ela ser atribuídas. Pode-se fazer referência tanto à crise do governo Dilma, em um sentido negativo de representação da Presidente, quanto à crise do aparato

democrático nacional, instigada pelos ensaístas do golpe e reforçada pela mídia global. Nesse sentido, Carta Capital adota uma postura de retaguarda, marcada inclusive pela escolha visual de colocação do título da revista atrás do símbolo da Rede Globo, como quem observa, de longe e de cima, os bastidores do espetáculo.

Ao optar pelo uso do termo “golpe” e não “impeachment” em sua chamada de capa, Carta Capital estabelece, ao mesmo tempo, uma relação harmônica com outros textos que circularam na época que também consideraram que houve um golpe e, por outro lado, uma relação polêmica com os que se posicionaram na direção oposta; essa heterogeneidade em termos de articulação de diferentes discursos em um texto é chamada por Fairclough (2003) de interdiscursividade. A análise interdiscursiva diz respeito ao processo de identificar quais os discursos articulados em um texto e como se dá essa articulação. Para tal, é preciso verificar as maneiras particulares através das quais certos aspectos do mundo são representados e, por isso, a análise do vocabulário é fundamental. Logo, a escolha da palavra “golpe” por Carta Capital ganha ainda mais importância, pois marca a posição ideológica da revista – aliada aos preceitos da esquerda – e se distancia daquela assumida por Veja.

### 5.2.3. Capa 3 – “BRASIL, 1964 2016”

Na sequência, a figura 8 apresenta a capa da edição 895 de Carta Capital – edição especial golpe – de 6 de abril de 2016:

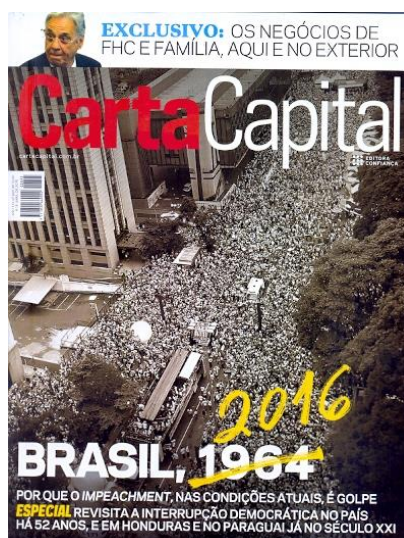


Figura 8: Revista Carta Capital, edição especial golpe, ano XXII, nº 895 de 06/04/2016



Utilizando como referência o esquema de Kostelnick e Hassett (2003), tem-se, no campo A, o título da revista nas cores vermelha e branca, seguido das informações sobre a edição no campo B, logo abaixo do título, à direita, e do código de barras à esquerda. No campo C, abrangendo quase que a integralidade da capa, encontra-se a imagem principal mostrando uma grande manifestação popular nas ruas da cidade de São Paulo, tratada digitalmente. No campo D encontra-se a chamada de destaque da edição, na cor branca e em caixa alta: “BRASIL, 1964/2016”, sendo que o ano de 1964 está rasurado e o ano de 2016 se sobrepõe a ele, na cor amarela. Logo abaixo, ainda em caixa alta, mas com tamanho menor de fonte, duas frases na cor branca: “POR QUE O IMPEACHMENT, NAS CONDIÇÕES ATUAIS, É GOLPE”; “ESPECIAL REVISITA A INTERRUPÇÃO DEMOCRÁTICA NO PAÍS HÁ 52 ANOS, E EM HONDURAS E NO PARAGUAI JÁ NO SÉCULO XXI” (a palavra “especial” está destacada na cor amarela). Na parte superior da capa, acima do campo A, uma imagem do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso acompanhada dos seguintes dizeres, também em caixa alta e na cor branca: “EXCLUSIVO: OS NEGÓCIOS DE FHC E FAMÍLIA, AQUI E NO EXTERIOR” (a palavra “exclusivo” ganha destaque na cor azul).

Mais uma vez, a categoria da intertextualidade se destaca. Logo na chamada principal, observa-se uma referência clara ao golpe de 1964, responsável pela instalação da ditadura militar no Brasil, a qual durou até 15 de março de 1985. Carta Capital, ao fazer a escolha por associar as datas de 1964 e 2016, assume um posicionamento alinhado à esquerda política, avesso ao processo de impeachment instaurado contra Dilma Rousseff, o qual classifica como uma tentativa de golpe. Cabe ressaltar, inclusive, que esta mesma edição contou com um suplemento interno denominado “Memória 1964 e outros golpes” que, segundo Mino Carta (fundador e diretor de redação da revista Carta Capital), visa “recordar ao Brasil o que foi 1964” (Carta, 2016). Ainda segundo ele, enquanto no suplemento encontramos a história de um golpe realizado, na capa vemos a história de um golpe pretendido – “o que se quer é um golpe mesmo e não adianta dizer nada em contrário” (Carta, 2016).

A escolha pelo uso da imagem no campo C editada com um efeito sépia (de foto envelhecida) também não se dá ao acaso. Ao fazer isso, Carta Capital causa automaticamente em seu leitor a sensação de estar revivendo algo que já ocorreu no passado, ou seja, um golpe de Estado. Tal percepção é reforçada pela frase localizada na

parte baixa da capa, em que a expressão “interrupção democrática” é utilizada. Fairclough (2003) aponta que a escolha pelo uso de certos itens lexicais ao invés de outros são determinantes para a construção de sentidos em um texto. Sendo assim, temos aqui um exemplo de como Carta Capital já busca fixar em seus leitores um sentido específico sobre o impeachment: o mesmo só pode ser interpretado como um golpe, pois somente neste cenário existe uma ruptura com a democracia; caso se tratasse de um processo de impeachment legítimo, o mesmo encontraria base legal na constituição federal e não romperia, portanto, com o desenvolvimento do processo democrático brasileiro. Carta Capital busca passar, dessa maneira, uma visão específica dos fatos a seus leitores, de que o processo seria ilegítimo e, portanto, antidemocrático, o que coloca a revista ao lado da defesa de Dilma Rousseff.

Além disso, é possível reconhecer que a foto utilizada retrata a Avenida Paulista, em São Paulo (capital), local icônico de protestos. Ao optar pelo uso do filtro sépia, coloca-se em dúvida se ela seria realmente atual ou uma lembrança dos tempos de manifestação contra o regime ditatorial; um verdadeiro “mundo às avessas”: seria verdade que as pessoas estariam hoje, após anos de luta pelo reestabelecimento da democracia no país, protestando a favor de um golpe antidemocrático? Seria real? São pessoas tentando voltar ao passado, lutando para retroceder, para perder a democracia... Carta Capital faz uso de uma alusão histórica para tecer uma crítica à população que, seja por estar alienada, tomada pela ignorância ou pela falta de consciência política, vai às ruas manifestar-se a favor do rompimento das regras do jogo democrático estabelecidas na Constituição de 1988. Para a revista, não há como enxergar o momento de outra forma que não como um grande retrocesso na história brasileira, o que carimba seu posicionamento ideologicamente alinhado à esquerda.

Segundo Fairclough (2001), o uso de certas palavras pode ser considerado também como um aspecto relevante de intertextualidade, pois nomear um domínio da experiência é equivalente a, no nível do vocabulário, edificar uma configuração particular de elementos intertextuais na produção de um texto. Dessa forma, ao usar a expressão “interrupção democrática” e ligá-la não somente à imagem em sépia, que toma todo o fundo da capa, mas também ao suplemento trazido pela revista, Carta Capital corrobora a ideia de que o que está acontecendo agora é exatamente o que já ocorreu no país há 52 anos. Todos esses itens, apresentados juntos, atribuem credibilidade à fixação de sentido

pretendida e corroboram a ideia de que a informação trazida pela revista de que se trata de um golpe à democracia – e, como golpe, é ilegítimo –, só pode ser verdadeira.

Na parte superior da capa, em contraponto ao uso que foi dado a este espaço por Veja em sua edição 2477, Carta Capital não coloca a figura de Lula, mas sim de um outro ex-Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso (FHC), o qual comandou o Brasil por dois mandatos seguidos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. Enquanto Veja, na maioria das vezes, busca aliar a imagem de Dilma à de Lula, Carta Capital parece fazer uma tentativa de tirar o foco dos mesmos ao trazer à tona possíveis escândalos de corrupção ligados a FHC e seus familiares. Em 2016, ano de publicação dessa capa, os movimentos populares no Brasil que pediam o impeachment da Presidente estavam em seu auge. Além de Dilma, seu partido (PT) também passou a ser quase que cegamente considerado como o grande motor da corrupção no país; frases como “o PT quebrou o Brasil” ou “o PT acabou com a minha vida” eram comumente ouvidas nas ruas e foram usadas, inclusive, por membros dos partidos de oposição ao governo para desgastar ainda mais a figura tanto da Presidente quanto do PT. Vale lembrar que FHC foi eleito por duas vezes Presidente da República estando afiliado ao PSDB, partido considerado como integrante do espectro da direita política do Brasil. A própria imagem do ex-Presidente utilizada na capa remete a alguém que foi “pego no flagra”, ou seja, surpreendido com a revelação de informações sobre as ações supostamente criminosas que a revista viria a expor em seu interior. Sendo assim, ao fazer este movimento, Carta Capital mostra sua intenção de causar uma reflexão sobre a situação que o país vivenciava e de colocar em xeque as ligações diretas que vinham sendo feitas entre corrupção e a figura de Dilma e da esquerda política no país – sobretudo o PT –, implicando também figuras da direita na corrosão das esferas democráticas brasileiras.

Além disso, a partir do que é exposto na capa, pode-se pensar no seguinte contraponto entre FHC e Dilma: enquanto o primeiro é retratado “com a boca na botija” – pego em flagrante, fazendo algo que não é permitido –, e nada parece acontecer, a segunda – eleita democraticamente e contra a qual não existem provas concretas de crime nenhum – está correndo o risco de ser afastada do poder. Carta Capital usa uma estratégia de comparação para afirmar que, a luta não é e nunca foi, de fato, contra a corrupção. Dilma é mulher, ex-guerrilheira, de esquerda, filiada ao PT... Tudo parece fora do lugar para alguns. Os governos petistas, apesar dos problemas internos e inúmeras contradições existentes no seio do partido, vinham há 13 anos materializando mudanças na estrutura

social do país, implementando medidas que visavam a diminuição da desigualdade, favorecendo as camadas mais pobres da população. Os avanços sociais incomodavam, e muito. A classe média estava cansada de topiar com o filho do porteiro na universidade, ou com a empregada doméstica na Disney – “uma festa danada”, como disse Paulo Guedes, atual Ministro da Economia do desastroso governo Bolsonaro –, pois escancarava-se, cada vez mais, o fato de ela estar muito mais próxima da camada social que abomina do que daquela que gostaria de pertencer. O golpe se configura, assim, como destruição de um projeto político de esquerda; visa o reestabelecimento do *status quo*, a manutenção da “ordem” e a concentração do poder na mão daqueles que se entendem como detentores por direito, a classe dominante.

#### 5.2.4. Capa 4 – “ESPECIAL: O CHEIRO DO GOLPE”

Por fim, a figura 9 apresenta a capa da edição 909 de 13 de julho de 2016 da Revista Carta Capital:



Figura 9: Revista Carta Capital, edição 909 de 13/07/2016

De acordo com Kostelnick e Hassett (2003), tem-se, no campo A, o título da revista, sendo “Carta” na cor vermelha e “Capital” na cor branca, com o nome da editora e seu site figurando logo abaixo, no campo B, respectivamente aos lados direito e esquerdo, em letras menores, na cor branca (o código de barras e as informações referentes à edição se encontram no campo E, ao lado esquerdo e próximas ao título). O

campo C é composto por uma foto de rosto de Dilma Rousseff. Ela está maquiada e olha para a frente, com expressão afetuosa, que evoca emoção. No campo D, encontra-se a chamada principal, composta por uma citação da Presidente, entre aspas e na cor branca: “Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da doença e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça”, precedida pelos dizeres “Dilma Rousseff à Comissão do Impeachment”, na cor preta e com fundo na cor branca, e seguida da frase “ESPECIAL: O CHEIRO DO GOLPE”, em caixa alta, sendo a primeira palavra na cor vermelha e em negrito e as restantes na cor preta, o todo com fundo na cor amarela. No campo E, ressaltado na parte de cima da revista por um fundo na cor branca, encontram-se dois destaques: um principal, que toma quase toda a extensão da margem delimitada para esse fim, mostra uma imagem de Eduardo Cunha, com os lábios cerrados e microfone em frente à boca, ao lado dos dizeres: “EMINÊNCIA PARDA. GRANDE PROMOTOR DO COMPLÔ, EDUARDO CUNHA AO RENUNCIAR ASSUME O PAPEL DE HOMEM FORTE DO GOVERNO TEMER”. A primeira frase está na cor vermelha e em negrito; o restante na cor preta, com o nome do deputado também destacado em negrito. O segundo destaque, localizado no canto direito, traz uma foto legendada do chef Alex Atala e os dizeres, em caixa alta, nas cores preta e branca e com fundo circular azul: “+QI – EM BELÉM, O PROTESTO VAI À MESA (Pág. 59)”.

Ao entrar em contato com essa capa, a foto de Dilma Rousseff é o que se destaca mais. Seu olhar piedoso, diretamente voltado ao leitor, quase que comunica por si só a mensagem da chamada principal, presente no campo D. Sua expressão facial é de tristeza e decepção frente à injustiça que está sofrendo. Carta Capital, ao escolher essa foto para a capa, busca não só humanizar a Presidente – mostrando que ela é, como todos nós, alguém que se emociona, que sofre frente às dores e às injustiças –, mas também captar a empatia do leitor, sua solidariedade e compaixão em relação a uma mulher injustiçada.

Diferentemente do terninho vermelho que muitas vezes acompanha Dilma em suas fotos, nessa ela usa paletó e brincos na cor azul. Segundo Pastoureau e Simonnet (1997), o azul é a cor preferida do mundo ocidental; graças ao culto à Virgem, tornou-se marca do divino. Em oposição à cor vermelha, associada ao poder, energia, sangue, guerra, violência, perigo, etc., o azul é símbolo de tranquilidade, serenidade, harmonia e espiritualidade, e também pode estar ligado à tristeza, à melancolia e à depressão. Nos tempos atuais, o azul também é associado ao mundo masculino. No contexto político, o

vermelho está associado ao espírito revolucionário; é a cor ligada ao Comunismo e à ideologia política de esquerda; sem surpresas, é a cor do Partido dos Trabalhadores (PT).

Uma expressão muito usada no meio político nos Estados Unidos é “*in blue we trust*”, dando a entender que, sempre que precisar escolher uma cor que inspire confiança, verdade e justiça, escolha o azul. Parece ser o caminho tomado aqui tanto pela equipe de Dilma, visando a imagem que eles gostariam que ela transmitisse ao público, quanto dos editores de Carta Capital, ao fazerem a escolha por essa foto.

Segundo Guimarães (2002, p. 154), “a cor é, certamente, um dos mediadores sígnicos de recepção mais instantânea na comunicação jornalística”. Ainda de acordo com o autor, para que a cor seja vista como informação, sua utilização deve implicar organização ou atribuição de significado a outras informações, e seu funcionamento pode acontecer de forma autônoma ou integrada aos outros elementos textuais em que se encontra. Uma das relações que podem se estabelecer entre o uso das cores e a intenção e responsabilidade do corpo editorial na divulgação de uma informação é a antecipação:

De todas as combinações de sobreposições entre os sistemas de códigos utilizados pelo jornalismo, o significante de maior influência no direcionamento da notícia é certamente o originado na cor. Podemos considerar que a cor se antecipa aos outros códigos e delimita um número de significantes retirados de seu repertório (armazenamento de experiências e de dados sobre as cores). Na sequência, os outros sistemas são recebidos à luz desse repertório delimitado pela cor e somente um será concretizado, direcionando a interpretação da notícia. Quanto mais força determinada cor-informação tiver dentro do repertório (principalmente pela repetição), maior será a brevidade da sua recuperação pela memória e maior a antecipação no direcionamento da mensagem. (Guimarães, 2002, p. 160).

Ao analisar a chamada principal, presente no campo D, observa-se que a mesma complementa e alimenta a ideia transmitida pela imagem da capa. Os editores optam por estampar uma fala da própria Presidente, proferida em discurso frente à comissão de julgamento do seu processo de impeachment: “Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da doença e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça”. Carta Capital retoma, com essa frase, o passado de Dilma, cheio de percalços e desafios, com o intuito de causar comoção e gerar empatia por parte do leitor. Dessa forma, revela seu

posicionamento favorável à Presidente e alinhado à posição da esquerda política de que o processo que ela enfrenta atualmente é injusto. Isso se torna mais claro ainda ao notar-se que o impeachment é comparado a duas situações terríveis: à tortura e ao câncer – doença que Dilma enfrentou em 2009 –, associação de muito impacto para o público. Além disso, ao fazer a escolha lexical da palavra “dor”, repetindo-a três vezes, Carta Capital pontua algo muito ruim, que ninguém gostaria de sentir; logo, procura causar no leitor uma recuperação de suas próprias experiências de dor, e, por conseguinte, uma identificação positiva com Dilma Rousseff e certa compaixão pela situação que enfrenta.

Outras escolhas de vocabulário feitas pelos editores também chamam a atenção; no campo E, encontra-se a frase: “EM BELÉM, O PROTESTO VAI À MESA”. Trata-se de uma capa, como pode-se notar até aqui, de protesto em relação às medidas que vem sendo tomadas contra a Presidente. Por isso, a palavra “protesto” aparece explicitamente no destaque superior direito. Não somente, protestar está ligado a “+QI”, ou seja, a mais inteligência, fazendo alusão ao fato de que não ser conivente com o que tem acontecido com Dilma é sinônimo de maior capacidade intelectual, de saber o que é o certo a se fazer. Juntam-se à palavra “protesto” outros termos espalhados por toda a capa: “complô”, “golpe”, “injustiça” ... Todos eles marcam uma conotação negativa do processo de impeachment e demonstram, mais uma vez, o viés ideológico da revista.

Na parte inferior da capa, ainda dentro do campo D, encontra-se a frase bastante destacada “ESPECIAL: O CHEIRO DO GOLPE”. Ou seja, alguma coisa que antes só se anunciava, agora está se tornando realidade, pois sente-se o cheiro de algo quando aquilo se aproxima, quando está acontecendo de fato. Salles e Dellagnelo (2019, p. 425) apontam que “a análise do vocabulário contribui para revelar a visão de mundo que é reproduzida em um determinado texto”. Aqui tem-se bem explícito o uso da palavra “golpe” para caracterizar o possível impedimento de Dilma. Logo, sabe-se que, para Carta Capital, trata-se de processo ilegítimo e, portanto, com conotação extremamente negativa. Levando isso em conta, o uso da palavra “cheiro” também pode ter um outro sentido, de algo “podre” no ar... A expressão “sentir cheiro de golpe” significa, no imaginário popular, saber que algo está errado, que alguma coisa não é o que parece ser... Tal como o julgamento do processo de impeachment de Dilma na visão de Carta Capital.

Por fim, tem-se o destaque superior esquerdo, no campo E, que traz uma imagem de Eduardo Cunha, com a frase: “EMINÊNCIA PARDA. GRANDE PROMOTOR DO COMPLÔ, EDUARDO CUNHA AO RENUNCIAR ASSUME O PAPEL DE HOMEM

FORTE DO GOVERNO TEMER”. A expressão “Eminência Parda” refere-se a alguém que manobra atrás da cortina, que atua nos bastidores, de forma extraoficial, influenciando chefes e governantes, sem ocupar a posição de fato (Simões, 1984). Na política, é o indivíduo que está por trás de quem detém o poder, agindo muitas vezes pelas costas desse último, trabalhando a favor ou contra o governante legítimo, podendo inclusive levá-lo a ser deposto, caso lhe seja conveniente.

Carta Capital, ao fazer tal escolha lexical, aponta o papel central de Cunha no afastamento de Dilma, que está prestes a ocorrer (a capa analisada foi publicada pouco mais de um mês antes da decisão final sobre o impedimento, que ocorreu em 31 de agosto de 2016). Temer já havia assumido interinamente o cargo de Presidente da República desde o dia 12 de maio de 2016. Por isso, Cunha também é “homem forte” de Temer, pois todo o “complô” desenhado pelo primeiro levou à queda da governante legítima e à ascensão de seu vice ao poder. Além disso, a saída de Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados à época tornou possível a escolha de um novo nome vindo da base pró-Temer, o que em muito facilitou a tramitação dos projetos propostos pelo governo a partir de então. Dessa forma, Carta Capital termina mostrando todo o ciclo grotesco por trás do golpe, dando nome a seus autores e explicitando seus interesses, justificando porque o impeachment trata-se, definitivamente, de um ato de injustiça cometido contra a Presidente Dilma Rousseff.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar, pelo viés crítico e psicossocial, como o processo de impeachment e a Presidente Dilma Rousseff foram representados, verbal e visualmente, em uma seleção de capas das revistas *Veja* e *Carta Capital*. Para atingi-lo, um longo caminho foi percorrido. Partindo do lugar de pesquisadora, mulher, feminista e interessada pelos estudos críticos em psicologia social, a escolha pela investigação das movimentações políticas e sociais em torno do possível afastamento da primeira mulher eleita Presidente da República na história do país se mostrou evidente. Mas sob qual ângulo? A partir de qual olhar? Muitos caminhos eram possíveis e, todos eles, válidos. Para mim, foi importante buscar entender o posicionamento da mídia a respeito dos eventos em questão, por conta de seu papel destacado como mediadora da realidade. Afinal de contas, a maioria da população não estava presente, de fato, nos bastidores do processo de impeachment; muito menos conhece Dilma Rousseff, seus aliados ou opositores; a maior parte do que foi construído (inclusive por mim mesma) a respeito das pessoas envolvidas, eventos e acontecimentos foi mediado por algum veículo midiático.

Apoio-me em Guimarães (2003) para afirmar que existe um vínculo contínuo entre mídia e realidade. De um lado, a mídia alimenta-se da realidade em que está inserida e transforma fatos do mundo real em notícia; por outro lado, a realidade não existe sem mediação. Bauer (2000, p. 13) explica:

A realidade social é uma construção tanto quanto a realidade midiática. A sociedade midiática não está competindo com a realidade social, mas é um dos componentes para a construção da realidade, um elemento constitutivo da realidade tanto quanto outras redes. [...] Para esclarecer melhor as coisas, nunca houve qualquer realidade fora da transmissão. Cada realidade é (por exemplo, por meio da linguagem ou outro meio de comunicação) socialmente mediada e socialmente construída. Portanto, uma realidade construída pela mídia técnica não pode ser considerada como mais artificial do que qualquer outra forma de realidade.

Ainda segundo Bauer (2000), a crença em uma realidade profunda em contraponto a uma superficialidade da realidade midiática não se sustenta, visto que não são as coisas do mundo que tem uma ordem, nem a realidade possui valores intrínsecos; é o ser humano quem ordena os fenômenos e constrói a realidade com avaliações através de um sistema social de interpretação. Logo, quando falamos sobre realidade midiática, não se trata de caracterizá-la como certa ou errada, ou como mais ou menos adequada à realidade, mas sim de buscar compreender seus caminhos de construção, determinados pelas intenções comunicativas de cada um dos veículos.

Como toda informação necessita invariavelmente de mediação, entende-se que a discussão empreendida neste trabalho ultrapassa a oposição simplista entre certo ou errado; entre fato ou manipulação. Sendo toda realidade inevitavelmente interpretada, veremos que tanto *Veja* quanto *Carta Capital* oferecem visões fatalmente parciais da realidade, tecendo conclusões baseadas em premissas distintas, submetidas a valores específicos, mas ambas com implicações éticas e políticas.

Ao longo das páginas dedicadas à primeira seção, pudemos entrar em contato com um pouco da história política de nosso país e, sobretudo, com o processo de edificação, através de muita luta, desobediência e pressão popular, dos contornos da nossa jovem e frágil democracia, após 21 anos de imersão em um período sombrio e perverso de ditadura militar. Àquela época, uma jovem Dilma Rousseff corajosamente militava pela derrubada do regime, pela democracia e pela liberdade. Foi presa, torturada, perdeu seus direitos políticos. Muitos anos à frente, seu encontro com uma figura emblemática da política brasileira, Luís Inácio Lula da Silva, mudou para sempre os rumos de sua história. Elegeu-se e reelegeu-se, por uma legenda de esquerda, Presidente da República em um país manifestadamente misógino, o que por si só já marca a grandiosidade do feito. E é passeando pelos bastidores dos governos de Lula e de Dilma, sob o olhar de diversos autores, que vamos nos dando conta, aos poucos, dos processos que levam a seu afastamento definitivo do poder um pouco antes da metade de seu segundo mandato.

Na segunda seção, definimos a perspectiva teórico-metodológica a partir da qual a temática proposta foi abordada. Ao decidir pela inserção da pesquisa no campo da Psicologia Social Crítica (PSC), de forma comprometida com a realidade brasileira, enfatizamos a importância de nos contrapormos às formas hegemônicas de construção de conhecimento, politicamente assépticas e desvinculadas de seus contextos histórico-sociais. Segundo Lane (1989), a Psicologia Social Crítica representa uma guinada teórico-

epistemológica dentro do campo da Psicologia Social por sustentar a ideia de uma impossibilidade de separação entre teoria e prática e conferir ao pesquisador o papel de agente político, responsável pela transformação da realidade e promotor da emancipação. Buscamos aliar, à PSC, a metodologia da Análise de Discurso Crítica (ADC), abordagem que considera a “linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (Fairclough, 2001, p. 90). Tal junção permitiu um tecer interdisciplinar com reflexos importantes na construção das análises posteriores.

A seguir, dedicamos a terceira seção aos veículos de comunicação de massa – ou, ainda, mídia de massa – aos quais pertencem as revistas, que se configuram como objeto de estudo dessa pesquisa. Mais precisamente, apresentamos o gênero capa de revista e suas principais características distintivas. Na quarta seção, fundamentamos o método, explicitamos os procedimentos utilizados, definimos o *corpus* de trabalho e trouxemos alguns esclarecimentos a respeito de como entendemos os termos direita e esquerda utilizados nas análises. Por fim, na quinta seção, procuramos discutir, com o máximo de embasamento e profundidade possível, os achados de cada uma das capas analisadas, levando em conta seus aspectos formais, visuais, temporais e manifestações retórico-discursivas.

Acreditamos que os objetivos propostos foram atingidos através do trabalho apresentado; tendo sido devidamente analisados – à luz dos referenciais teóricos escolhidos – os discursos verbais e visuais presentes no material selecionado, identificamos diversas estratégias argumentativas utilizadas, tanto por *Veja* quanto por *Carta Capital*, em cada uma de suas capas e pudemos notar que, em geral, os sentidos materializados pelos discursos da primeira, tanto em relação ao processo de impeachment, quanto à Dilma Rousseff, eram opostos àqueles da última. Tais achados não surpreendem, visto que os veículos constituem nichos político-ideológicos antagônicos: enquanto a primeira dá voz à direita política, a segunda se identifica à esquerda. Sobre as questões ideológicas ligadas aos veículos de comunicação de massa, Thompson (1995, p. 342), afirma:

[...] podemos reconhecer que, nas sociedades caracterizadas pelo desenvolvimento da comunicação de massa, a análise da ideologia deve se interessar, fundamentalmente, pelas formas simbólicas transmitidas pelos meios

técnicos dessa comunicação. Em vez de concentrar-se nos sistemas de crenças seculares formulados e defendidos por grupos políticos organizados, a análise da ideologia deve orientar-se primariamente, na direção das múltiplas e complexas maneiras como esses fenômenos simbólicos circulam no mundo social e se cruzam com relações de poder. Os meios técnicos da comunicação de massa são de interesse fundamental, não apenas como canais de difusão e circulação das formas simbólicas, mas também como mecanismos que criam novos tipos de ação e interação, novos tipos de relações sociais que se difundem no tempo e no espaço. Por isso, a análise da ideologia deve se preocupar tanto com as formas simbólicas que são produzidas e difundidas pelas instituições da mídia, como com os contextos de ação interação dentro dos quais essas formas simbólicas mediadas são produzidas e recebidas.

Ao analisarmos as capas de *Veja*, encontramos em todas elas uma representação negativa de Dilma Rousseff, em contraste com uma representação positiva do processo de impeachment. A Presidente é apresentada como incompetente, impopular, derrotada, abandonada (inclusive por seus aliados), sem apoio, associada a criminosos e, invariavelmente, afastada do poder. Já o processo de impeachment é colocado como um processo indolor, uma possibilidade de limpeza inédita na vida pública do Brasil, causador de euforia dos mercados internacionais e já materializado mesmo antes de realmente acontecer. O posicionamento assumido por *Veja* é consonante com o viés-ideológico de direita que sustenta; trata-se de mídia hegemônica, em nível nacional, defensora do pensamento neoliberal, a serviço da conservação do *status quo*, ou seja, da manutenção de relações assimétricas de poder e, por conseguinte, de dominação (Thompson, 1995).

Já ao analisarmos as capas de *Carta Capital*, encontramos uma representação “mista” de Dilma Rousseff, aliada a uma representação extremamente negativa do processo de impeachment. No que diz respeito à Presidente, a revista não se esforça muito no sentido de construir uma imagem marcadamente positiva da mesma; inclusive, em uma das capas, parece associá-la a certas características negativas bastante conhecidas do público, como manipulável, fraca ou, ainda, “fantoche” de Lula.

A falta de defesa clara de Dilma nos surpreendeu, visto que *Carta Capital* sempre se posicionou no espectro político-ideológico da esquerda, e apoiou abertamente os

governos petistas. Tal postura nos faz pensar sobre o que estava em jogo para a revista e, de forma mais abrangente, para a esquerda como um todo: à época, valia a pena comprar, de forma enfática, a defesa de Dilma? Olhemos os fatos: mesmo o governo contando com uma base aliada composta por cerca de 110 deputados na Câmara, ainda precisava obter o apoio de pelo menos mais 60 para barrar a aprovação do impeachment (era necessária a chamada maioria qualificada, ou seja, dois terços dos votos a favor do processo para que o mesmo fosse admitido). Diante disso, o governo começou uma verdadeira cruzada nos bastidores da Câmara visando convencer boa parte do Centrão a votar contra o impedimento, lançando mão, dentre outros recursos, da velha política do “toma lá dá cá”: ofereceu ministérios ao PP, ao PR e ao PSD, por exemplo, em troca de apoio, mas não conseguiu fechar com nenhum deles. Perdendo na Câmara, a derrota no Senado era dada como certa; a vitória do movimento pró-impeachment parecia, portanto, cada vez mais próxima da realidade. Dado esse contexto, conhecido tanto pela direita quanto pela esquerda, podemos pensar que essa última buscou engendrar um tipo de “resistência teatralizada”, pois ciente do provável desfecho de Dilma, não havia porque se empenhar tão arduamente em compor elaboradas argumentações a seu favor. A revista e, de forma mais abrangente, a própria esquerda, faziam semblante de atividade, apenas para manter as aparências, pois a causa já estava perdida.

Em alguns momentos, também podemos ter a impressão de que Carta Capital procura relativizar a situação de Dilma, colocando-a como “mais um tema” frente a diversos outros trazidos em suas capas, talvez pela situação apresentada ser altamente delicada e desfavorável para a Presidente e para a esquerda; dessa forma, falar sobre outros assuntos poderia trazer um pouco mais de naturalidade e suavidade frente um cenário de iminente derrota. Tal postura contrasta-se diametralmente àquela adotada por Veja, que em suas capas é praticamente monotemática: o impeachment é colocado o tempo todo como tema central e de maior importância; ocupando o lugar de “ganhadora” no embate, Veja não tenta tirar o foco do assunto; pelo contrário, busca fixar toda a atenção do público no impeachment e suas repercussões para o país.

A última capa analisada, na qual é apresentado um retrato bastante humanizado de Dilma, associado a uma fala contundente sobre os horrores da tortura, da doença e agora, da injustiça, talvez seja aquela em que Carta Capital constrói, de forma mais clara, uma representação positiva da mesma. Aqui podemos pensar que a revista, em um misto de culpa pelas suas isenções ao longo do processo, juntamente a um esforço dirigido à

construção de um posicionamento editorial estratégico, apele para a afetividade e busque fixar o discurso da injustiça, que irá prevalecer frente a outros discursos a respeito do impeachment nas narrativas da esquerda nos anos seguintes.

Apesar da defesa “teatro” de Dilma Rousseff, a revista não esconde sua opinião sobre os acontecimentos envolvendo a Presidente e, em relação a isso, adota postura absolutamente contrária e crítica em relação ao impeachment, apontando inclusive as consequências catastróficas para o país caso a queda de Dilma fosse consumada; golpe, crise, retrocesso, complô, injustiça e interrupção democrática são alguns dos termos associados ao processo, sendo a palavra golpe utilizada em três das quatro capas analisadas.

Tendo em mente o que foi trazido por Bauer (2000) a respeito da realidade midiática, entendemos que não se trata neste trabalho de definir qual das revistas traz a verdade sobre os fatos, nem entraremos no mérito do “bom” ou “mau” jornalismo, pois sendo toda e qualquer construção da realidade invariavelmente mediada, os dois veículos analisados fornecem interpretações sobre a realidade, cada um deles partindo de valores diferentes e, portanto, utilizando premissas distintas para sustentar seus processos retórico-discursivos. As construções de Veja e de Carta Capital são modo de apropriação do mundo dentre muitos outros modos ou, ainda, fontes de experiências interpretativas frente a uma diversidade de outras fontes.

Nos dois casos, entendemos que exista uma relação entre a crescente polarização política da sociedade brasileira a uma dicotomia ideológica extremada entre a direita e a esquerda, a ponto de as revistas abrirem mão, escancaradamente, da famosa “neutralidade jornalística” e passem a sustentar uma disputa argumentativa, mais ou menos bem sucedida, em defesa de cada um desses vieses ideológicos. Apesar dos esforços desses veículos no sentido de fixar leituras e determinar interpretações particulares da realidade, em consonância com os vieses ideológicos que carregam, acreditamos ser possível muito mais que a mera absorção e reprodução passiva desses vieses por seus leitores. Retomamos o que é discutido por Fairclough (2001) a respeito das relações entre sujeito efeito ideológico e sujeito ativo, pois também acreditamos que os indivíduos não seriam completamente anulados pelos dispositivos ideológicos, mas capazes de operar ativamente no sentido de questionar e modificar as práticas ideológicas às quais seriam expostos. Essa perspectiva nos cativa por reforçar o potencial transformador do sujeito

que circula criativamente no mundo, e abre espaço para a possibilidade de mudança, questionamento e ação, tão necessários ao momento atual.

Um turbilhão de emoções e sentimentos tomou conta de mim ao ver que muitos dos pontos que me assombravam em relação aos rumos que o Brasil poderia tomar, quando comecei a me interessar pela temática desse trabalho, de fato se materializaram. Assisti, atônita e aflita, à ascensão da extrema-direita ao poder e à enorme onda de retrocessos, em todos os campos, engendrados primeiramente pelo governo de Temer, mas, sobretudo, pelo governo de Bolsonaro. Dentre os inúmeros desgastes promovidos em áreas sensíveis e estratégicas do país, ressalto o sucateamento da educação e, em especial, das universidades públicas, atingidas por cortes orçamentários de pelo menos R\$ 1 bilhão somente nesse ano (Andifes, 2021). Outros dados também são alarmantes: anunciado recentemente, um corte de 87% do orçamento destinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) atinge em cheio a produção científica brasileira (Parreiras, 2021) e o CNPq, maior órgão de fomento à pesquisa no Brasil, diante do menor orçamento do século XXI, só conseguirá pagar 13% das bolsas aprovadas para 2021 (Vaiano, 2021). Todo esse desmonte traz consequências nefastas para o futuro do país, que conta com cada vez menos estudantes interessados em desenvolver pesquisa e em seguir carreira acadêmica.

Nenhuma pesquisa abrange ou esgota a totalidade do conhecimento passível de ser gerado sobre seu objeto de estudo; todo trabalho exige recorte temático, temporal e definição de um objeto de conhecimento claramente identificado e problematizado. Aqui foi feita a escolha pela análise de capas de revistas, por me interessar sobremaneira pelos impactos que o contato com um condensado de informações verbais e visuais tão bem pensado e articulado pode causar em seus públicos, mas outros tipos de mídia poderiam ser investigados em pesquisas futuras sobre a temática: reportagens televisivas, jornais, notícias veiculadas através das redes sociais, dentre muitos outros. Além disso, em se tratando processos retórico-discursivos, olhares diversos podem conduzir a análises e interpretações complementares e, muitas vezes, distintas. Esperamos que esse trabalho suscite mais debates tanto sobre o tema quanto sobre os desdobramentos históricos, políticos e sociais, a médio e longo prazo, da derrocada de Dilma; uma diversidade de materiais sobre o assunto tem sido produzida e está disponível em múltiplos canais. Por fim, que meus colegas pesquisadores se sintam encorajados, mesmo frente aos inúmeros

retrocessos, a continuar lutando e produzindo conhecimento, atuando como sujeitos ativos, criativos e potentes geradores de transformação.



## REFERÊNCIAS

- Almeida, P. R. de. (2004). Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(1), 162-184. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100008>
- Althusser, L. (1972). *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.
- Antunes, R. (2013). As rebeliões de junho de 2013. *Observatório Social de América Latina*, 34, 37-50. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf#page=52>
- Aulete. (n.d.). *Carta*. Recuperado de <http://www.aulete.com.br/carta>
- Bakhtin, M. (2000). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Balthazar, R., & Neves, R. (2019, 24 de novembro). Moro contrariou padrão da Lava Jato ao divulgar grampo de Lula, indicam mensagens. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/moro-contrariou-padrao-da-lava-jato-ao-divulgar-grampo-de-lula-indicam-mensagens.shtml>
- Batista Jr., J. R. L., Sato, D. T. B., & De Melo, I. F. (2018). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola.
- Bauer, T. A. (2000). *Sociedade da informação: desafios e riscos para os discursos da sociedade*. São Paulo: Biblioteca Cisc.
- Belém, E. F. (2016). Biografia diz que Mino Carta foi demitido e que Veja não contraiu empréstimo de 50 milhões de dólares. *Jornal Opção*. Recuperado de <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/biografia-diz-que-mino-carta-foi-demitido-e-que-veja-nao-contraiu-emprestimo-de-50-milhoes-de-dolares-76610/>

- Beliero Jr., J. C. M. (2016). Economia e política da transição democrática no Brasil: uma análise dos governos FHC, Lula e Dilma. *Novos Rumos Sociológicos*, 4(5), 198-213. <https://doi.org/10.15210/norus.v4i5.9037>
- Bobbio, N. (1995). *Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma Distinção Política*. São Paulo: Editora UNESP.
- Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (Re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200005>
- Braga, R. (2013). As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. *OSAL – Observatorio Social de América Latina*, 14(34), 51-61. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf#page=52>
- Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. (2019, 09 de dezembro). *G1*. Recuperado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). O paradoxo da esquerda no Brasil. *Revista Novos Estudos*, 74, 25-45. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100003>
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: Minerva.
- Carta Capital. (2016). *Mídia Kit*. Recuperado de [https://www.editoraconfianca.com.br/formatos\\_html/assets/midia-kit-cartacapital---2016.pdf](https://www.editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/midia-kit-cartacapital---2016.pdf)
- Carta Capital, 25 anos: analisando o poder, onde quer que se manifeste. (2019, 30 de agosto). *Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/cartacapital-25-anos-analisando-o-poder-onde-quer-que-se-manifeste/>

- Carta de Princípios do PT. (1979). *PT*. Recuperado de <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>
- Carta, M. (2016). Mino Carta comenta edição 895 de Carta Capital. *YouTube*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=nPnhRIIYhOk>
- Castro, F., Nunes, S., & Netto, V. (2016, 16 de março). Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça. *GI*. Recuperado de <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In: Poupart, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & DA SILVA, R. (2007). *Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Confira os cinco “pactos em favor do Brasil” definidos por Dilma. (2013, 25 de junho). *Folha de S. Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1300899-confira-os-cinco-pactos-em-favor-do-brasil-definidos-por-dilma.shtml?cmpid=menupe>
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. (2020). A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. *FGV*. Recuperado de <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>
- De Melo, J. M. (2003a). *História social da imprensa: fatores sociais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- De Melo, J. M. (2003b). *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina.

DeFleur, M., & Ball-Rokeach, S. (1993). *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar.

Del Barrio, J. M. (2016, 31 de março). José Serra: “O impeachment não resolve a crise”. *El País*. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459425091\\_262218.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459425091_262218.html)

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2013). Balanço das Greves em 2012. *Estudos e Pesquisas*, 66, 1-35. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>

Dionísio, A. P. (2008). Gêneros multimodais e multiletramento. In: Karwoski, A. M., Gaydeczka, B., & Brito, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexão e ensino* (3. ed., pp. 119-132). Rio de Janeiro: Lucerna.

Escola Panamericada de Arte e Design. (n.d.). *Mídia Impressa X Mídia Digital: Concorrentes ou complementares?* Recuperado de <https://www.escola-panamericana.com.br/acontece/midia-impressa-x-midia-digital-concorrentes-ou-complementares>

Estatuto do Partido dos Trabalhadores. (2016). *PT*. Recuperado de <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2016/03/ESTATUTO-PT-2012-VERSAO-FINAL-alterada-outubro-de-2015-2016mar22.pdf>

Estelita, I. T. S. (2015). *Paideia, Politeia e Areté nas Leis de Platão*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/23853/1/UFPE%20-%20Mestrado%20-%202017.01%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Dep%c3%b3sito%20legal%20-%20Vers%c3%a3o%20digital%20-%2001%20-%20Elementos%20pr%c3%a9-te.pdf>

- Fairclough, N. (1992/2001). *Discurso e mudança social*. (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge.
- Fernandes, P. V. (2016). *Arautos da crise: A cobertura da Operação Lava-Jato em Veja e Carta Capital*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19113/2/Pedro%20Ver%3%adssimo%20Fernandes.pdf>
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (especial), 51-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Fórum – Redação. (2016, 29 de setembro). Feministas lançam manifesto em apoio a Dilma Rousseff. *Revista Fórum*. Recuperado de <https://revistaforum.com.br/noticias/feministas-lancam-manifesto-em-apoio-dilma-rousseff/#>
- Franzoi, S. L. (2007). History of social psychology. In: Baumeister, R. F., & Vohs, K. D. (Orgs.). *Encyclopedia of social psychology* (pp. 431-439). Thousand Oaks: Sage.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Gomes, W. (2004). *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- Góis, F. (2017, 16 de abril). Temer admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara. *Congresso em foco*. Recuperado de <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>

- Guareschi, P. (2000). Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, Edição Especial Temática, 33-46. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Guareschi, P., Roso, A., & Amon, D. (2016). A atualidade das teorias críticas e a revitalização da categoria analítica "ideologia" na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 552-561. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p552>
- Guerra et. al. (2017). *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Guimarães, L. (2002). As cores na mídia. *Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia*, 1, 153-166.
- Guimarães, L. (2003). Descrição de um modelo para análise e aplicação das cores na mídia. *XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*. Belo Horizonte, MG.
- Hohlfeldt, A. (2003). As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: Hohlfeldt, A., Martino, L. C., & França, V. V. (Orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências* (pp. 61-98). Petrópolis: Vozes.
- Ibáñez, T. (1997). Why a critical social psychology? In: Ibáñez, T., & Íñiguez-Rueda, L. (Orgs.). *Critical social psychology* (pp. 27-41). London: Sage.
- Íñiguez-Rueda, L. (2003). La Psicología Social como Crítica: Continuismo, Estabilidad y Efervescencias Tres Décadas después de la "Crisis". *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 37(2), 221-238.
- Inácio, E. M. (2008). *O controle espetacular nas capas da revista Veja: uma análise discursiva*. [Dissertação de Mestrado]. Unicamp, São Paulo. Recuperado de [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270834/1/Inacio\\_ElissandroMartins\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270834/1/Inacio_ElissandroMartins_M.pdf)

Inhauser, H. (2015, 26 de junho). A Resistência Lambe Lambe: a mídia cartaz ainda comunica algo novo? *Muitas Mídias*. Recuperado de <https://muitasmidias.wordpress.com/2015/06/26/a-resistencia-lambe-lambe-a-midia-cartaz-ainda-comunica-algo-novo/>

Inter-Parliamentary Union (IPU). (2020). *Mapa das Mulheres na Política*. Recuperado de <https://www.ipu.org/women-in-parliament-2020>

Itten, J. (1970). *The Elements of Color*. Nova Iorque: Wiley.

Kostelnick, C., & Hassett, M. (2003). Visual language, discourse communities, and the inherently social nature of conventions. In: Kostelnick, C. & Hassett, M. *Shaping information: the rhetoric of visual conventions* (pp. 10-42). Carbondale: Southern Illinois University Press.

Lane, S. T. M. (1989). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. (8ª ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.

Leis, H. R. (2005). Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas*, 73, 1-23. <https://doi.org/10.5007/2176>

Lima, A. F. de, Junior, N. L. (2014). Sobre a(s) metodologia(s) de pesquisa em Psicologia Social Crítica. In: Lima, A. F. de, Junior, N. L. (Orgs.). *Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica* (pp. 7-12). Porto Alegre: Sulina.

Lipset, S. M. (1967). *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar.

Macedo, F. (2010, 04 de outubro). FHC critica Lula e chama Dilma de 'fantoche'. *Estadão*. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-critica-lula-e-chama-dilma-de-fantoche,619961>

- Maciel, D. (2012). *De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política*. Recuperado de [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355\\_Maciel\\_David.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355_Maciel_David.pdf)
- Mannheim, K. (1968). *Ideologia e Utopia* (Sérgio Magalhães Santeiro, Trad.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar.
- Manifesto do PT. (1980). *PT*. Recuperado de [https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento\\_0.pdf](https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf)
- Manso, B. P., & Zanchetta, D. (2013). A revolta do gás lacrimogêneo (em sete capítulos). *Estadão*. Recuperado de <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130623-43713-nac-14-pol-a14-not>
- Martins, C. (2015). Governo quer criar curso de medicina em 22 cidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. *R7*. Recuperado de <https://noticias.r7.com/brasil/governo-quer-criar-curso-de-medicina-em-22-cidades-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-02042015>
- Moehlecke, S. (2002). Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 197-217. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011>
- Moraes, C. (2016, 25 de maio). José Serra instrui diplomatas a defender Governo Temer contra tese do “golpe”. *El País*. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464186364\\_250225.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464186364_250225.html)
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1(3), 1-5.
- Nicolau, J. (2012). *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.



- Nogara, T. (2019). O impeachment de Dilma e a crise do lulismo. *Política & Sociedade*, 18(41), 396-400. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n41p396>
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- ONU Mulheres. (2021). Espaço de liderança para as mulheres. *ONU Mulheres – Brasil*. Recuperado de <http://www.onumulheres.org.br/noticias/espaco-de-lideranca-para-as-mulheres/>
- Orçamento previsto para 2021 pode inviabilizar universidades e parar pesquisas. (2021, 18 de março). *Andifes*. Recuperado de <https://www.andifes.org.br/?p=87511>
- Os 50 anos de VEJA: uma linha do tempo. (2018, 12 de julho). *Veja*. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>
- Paleikat, J. & Cruz Costa, J. (1991). *Platão*. Diálogos. (Coleção Os Pensadores, Trad.). São Paulo: Nova Cultural.
- Pannunzio, M. (2021). Foto em foco: o muro da vergonha. *Nova Imprensa*. Recuperado de <https://novaimprensa.com/2021/03/foto-em-foco-o-muro-da-vergonha.html>
- Parreiras, M. (2021, 12 de outubro). Cortes no orçamento ameaçam bolsas do CNPq e Centro de Vacinas da UFMG. *Estado de Minas*. Recuperado de [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/12/interna\\_gerais,1313032/cortes-no-orcamento-ameacam-bolsas-do-cnpq-e-centro-de-vacinas-da-ufmg.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/12/interna_gerais,1313032/cortes-no-orcamento-ameacam-bolsas-do-cnpq-e-centro-de-vacinas-da-ufmg.shtml)
- Pastoureau, M., & Simonnet, D. (1997). *Le Petit Livre des Couleurs*. Paris: Editions du Seuil.
- Pepitone, A. (1981). Lessons from the history of social psychology. *American Psychologist*, 36, 972-985.

- Pérez, L. F. M. (2012). A questão do poder e da ideologia na análise de discurso crítica (ADC). In: Pérez, L. F. M. *Questões socio-científicas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores* (1 ed., pp. 121-130). São Paulo: Editora UNESP.
- Pontes, G. (2016, 13 de setembro). Leia a íntegra do pedido de impeachment de Gilmar Mendes. *Congresso em foco*. Recuperado de <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/leia-a-integra-do-pedido-de-impeachment-de-gilmar-mendes/>
- Popinigis, F. (2009). Carta Capital. *FGV – CPDOC*. Recuperado de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-capital>
- Prando, R. A. (2016). Política e estilos de liderança: FHC, Lula e Dilma. *Transversal*, 9, 01-22.
- Priberam. (n.d.). *Escapar*. Recuperado de <https://dicionario.priberam.org/escapar>
- Programa do PT. (1980). *PT*. Recuperado de [https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-programa\\_0.pdf](https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-programa_0.pdf)
- Puzzo, M. B. (2008). A linguagem verbo-visual das capas de revista: um subsídio à leitura crítica. [Comunicação oral]. *Anais do 4º Seminário Nacional da ALB*. Campinas, SP.
- Rautenberg, E. (2011). A revista Veja durante a ditadura civil-militar brasileira: uma discussão a respeito de seu papel no campo do poder e da luta de classes. *Em Debate: Revista Digital*, 5, 64-85.
- Resende, V.; & Ramalho, V. (2006). *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- Rodrigues, L. F. (2019). Resenha – Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016) / (Introdução e Parte I). *Entrelugar*, 10(19), 371-380.

- Roso, A. (2021). *Avaliação do Projeto de Qualificação – Mestrado*. [Parecer Descritivo]. Universidade Federal de Uberlândia, MG.
- Rousseff, D. (2011). Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse. *Agência Senado*. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>
- Rousseff, D. (2012). Leia íntegra do discurso de Dilma pelo Dia do Trabalho. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/1083760-leia-integra-do-discurso-de-dilma-pelo-dia-do-trabalho.shtml>
- Rousseff, D. (2016). Íntegra do discurso de Dilma após impeachment. *GI*. Recuperado de <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>
- Ruffato, L. (2016, 01 de setembro). O golpe contra Dilma Rousseff. *El País*. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538\\_750062.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html)
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-16.
- Salles, H. K. de, & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 26 (90), 414-434. <https://doi.org/10.1590/1984-9260902>
- Santos, F. L. B. dos. (2016). *Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante.
- Scalzo, M. (2009). *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto.

- Secco, L. (2018). *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Silva, C. L. (2013). Veja e Ditadura: a memória dos militares refaz a história. *HAO*, 31, 95-107.
- Silva, D. N. (2019, 2 de abril). Ditadura Militar no Brasil. *Brasil Escola*. Recuperado de <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/ditadura-militar.htm>
- Silva, G. J. (2014). Conceituações teóricas: esquerda e direita. *Humanidades em diálogo*, 6, 149-162. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2014.106265>
- Silva, L. C., & Cabral, L. R. (2015). Construção de sentido: análise no gênero capa de revista. *Littera* [online], 6(10), 01-26.
- Silva, W. A., & Moraes, R. A. de. (2019). Direita e esquerda no pensamento de Norberto Bobbio. *Agenda Política – Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos*, 7(1), 168-192.
- Simões, G. A. (1984). *Dicionário de expressões populares portuguesas: arcaísmos, regionalismos, calão e gíria, ditos, frases feitas, lugares comuns, aportuguesamentos, estrangeirismos e curiosidades da linguagem*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Singer, A. (2002). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: USP.
- Singer, A. (2009). Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos*, 85, 82-103.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Singer, P. (1981). *Dominação e Desigualdade. Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Smith, A. (1759). *The Theory of Moral Sentiments*. Londres: Printed for A. Millar, in the Strand.
- Sobreiro, P. (2017, 17 de outubro). Qual a revista de maior circulação no Brasil? E no mundo? *Super Interessante*. Recuperado de <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-revista-de-maior-circulacao-no-brasil-e-no-mundo/>
- Sodré, N. W. (1999). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Sousa, R. G. (2021). Diretas Já. *Brasil Escola*. Recuperado de <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/direta-ja.htm>
- Struck, J.-P. (2016, 01 de abril). O papel do STF no processo de impeachment de Dilma. *DW*. Recuperado de <https://www.dw.com/pt-br/o-papel-do-stf-no-processo-de-impeachment-de-dilma/a-19159575>
- Tarouco, G. da S., & Madeira, R. M. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 149-165. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>
- The National Academies. (2005). *Facilitating Interdisciplinary Research*. Washington: The National Academies Press.
- Therborn, G. (1980). *The ideology of power and the power of ideology*. Londres: Verso Editions and NLB.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2016). Estatística do eleitorado por sexo e faixa etária. *TSE*. Recuperado de <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-porsexo-e-faixa-etaria>.

- Tribunal Superior Eleitoral. (2021). Fato ou Boato: além do Brasil, outros 46 países utilizam urnas eletrônicas nas eleições. *TSE*. Recuperado de <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Maio/fato-ou-boato-alem-do-brasil-outros-46-paises-utilizam-urnas-eletronicas-nas-eleicoes>
- Tude, J. M., & Milani, C. S. (2013). A Política Externa Brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56 (1), 85-103. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100005>
- Vaiano, B. (2021, 23 de abril). CNPq só conseguirá pagar 13% das bolsas aprovadas para cientistas em 2021. *Super Interessante*. Recuperado de <https://super.abril.com.br/ciencia/cnpq-so-conseguira-pagar-13-das-bolsas-aprovadas-para-cientistas-em-2021/>
- Veiga, E. (2021, 18 de agosto). O que é o centrão, que cada vez mais protagoniza o governo Bolsonaro? *UOL*. Recuperado de <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/18/o-que-e-o-centrao-que-cada-vez-mais-protagoniza-o-governo-bolsonaro.htm>
- Velasquez, M. C. C., & Kushnir, B. (2009). Veja. *FGV – CPDOC*. Recuperado de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>
- Vieira, J. A., & Macedo, D. S. (2018). Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: Batista Jr., J. R. L., Sato, D. T. B., & De Melo, I. F. (Orgs.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas* (1. ed., pp. 48-77). São Paulo: Parábola.
- Vigevani, T., Oliveira, M. F. de, & Cintra, R. (2003). Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, 15(2). <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200003>

- Villalta, D. (2002). O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. [Comunicação oral]. *XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação*. Salvador, BA.
- Vitorino, M. A., & Dionísio, A. P. (2010). O gênero capa de revista: descrição de seus aspectos sócio-interativos. [Resumo]. *Anais da 62ª Reunião Anual da SBPC*, Natal, RN.
- Walsh, B. (2011). A noção de discurso na AD Pecheutiana e na ACD de Fairclough e implicações nos diferentes modos de análise. *Raído*, 5(9), 9-23.
- Weber, M. H. (2004). Imagem pública. In: Rubim, A. A. C. (Org.), *Comunicação e política: conceitos e abordagens* (pp. 259-308). Salvador: EDUFBA.
- Wodak, R. (2004). Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, 4(esp.), 223-243.
- Wodak, R., & Meyer, M. (2009). Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology. In: Wodak, R., & Meyer, M. *Methods of critical discourse analysis* (2. ed., pp. 1-33). Londres: Sage.
- Wulfhorst, C. (2004). Transitando entre Folhas e Bytes: a Expressão da Mídia Impressa e da Mídia Digital na Cultura e na Produção de Subjetividades. *Psicologia Ciência e Profissão*, 24(4), 78-87. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000400010>